

CRISTINA BURATTO GROSS MACHADO

**O TERRITÓRIO DA PESCA ARTESANAL DA COLÔNIA
Z4, BARRA VELHA, SC: O PARADOXO ENTRE A
TRADIÇÃO E A MODERNIDADE**

**GUARAPUAVA
2013**

CRISTINA BURATTO GROSS MACHADO

**O TERRITÓRIO DA PESCA ARTESANAL DA COLÔNIA Z4, BARRA VELHA,
SC: O PARADOXO ENTRE A TRADIÇÃO E A MODERNIDADE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Geografia (Área de Concentração: Dinâmica da Paisagem e dos Espaços Rurais e Urbanos).

Orientadora: Profa. Dra. Marquiana de Freitas Vilas Boas Gomes

**GUARAPUAVA
2013**

Catálogo na Publicação
Biblioteca Central da UNICENTRO, Campus Guarapuava

Machado, Cristina Buratto Gross
M149t O território da pesca artesanal da Colônia Z4, Barra Velha, SC: o paradoxo entre a tradição e a modernidade / Cristina Buratto Gross Machado.
-- Guarapuava, 2013
xiii, 117 f. : il. ; 28 cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração em Dinâmica da Paisagem e dos Espaços Rurais e Urbanos, 2013

Orientadora: Marquiana de Freitas Vilas Boas Gomes

Banca examinadora: Carla Luciane Blum Vestena, Cecília Hauresko

Bibliografia

1. Geografia. 2. Pesca artesanal. 3. Pescadores artesanais. 4. Território. 5. Lugar - Geografia. 6. Tradição - Geografia. 7. Modernidade - Geografia. I. Título. II. Programa de Pós-Graduação em Geografia.

CDD 639.2092



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO CEDETEG
 SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E AMBIENTAIS – SEAA/G
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGG

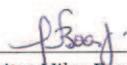


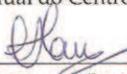
TERMO DE APROVAÇÃO

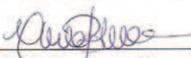
CRISTINA BURATTO GROSS MACHADO

O TERRITÓRIO DA PESCA ARTESANAL DA COLÔNIA Z4, BARRA VELHA, SC: O
 PARADOXO ENTRE A TRADIÇÃO E A MODERNIDADE

Dissertação **APROVADA** em 28/03/2013 como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Geografia, na área de concentração Dinâmica da Paisagem e dos Espaços Rurais e Urbanos, da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), pela seguinte banca examinadora:


 Profª. Drª. Marquiana de Freitas Vilas Boas Gomes – presidente
 Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)


 Profª. Drª. Cecília Hauresko
 Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)


 Profª. Drª. Carla Luciane Blum Vestena
 Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)


 Cristina Buratto Gross Machado

Guarapuava (PR), 28 de março de 2013.

Dedico este trabalho aos pescadores artesanais de Barra Velha.

Dedico também a minha mãe Iris minha maior incentivadora e aos meus meninos, Gil e Miguel.

AGRADECIMENTOS

A minha mãe Iris, por todo amor e dedicação, pela educação em todos os sentidos, pelo exemplo de vida, por ter sido minha mãe, meu pai, minha amiga, meu maior orgulho.

Ao Gilnei, companheiro fiel em todos os momentos desta minha caminhada, agradeço pelo amor, dedicação, paciência e apoio.

Ao meu filho Miguel, que trouxe o amor em sua forma mais pura a minha vida, dando-lhe um sentido cada vez maior.

A Marquiana, mais que uma orientadora, uma amiga, pela sensibilidade perante minhas dificuldades como mestranda e mãe de primeira viagem, pela segurança, competência e incentivos.

As minhas irmãs Gabriela e Caroline, pela força e amor de sempre, em especial à Titia “Caum” pelos cuidados com o Miguel.

Ao meu padrasto Valêncio, pelo apoio, carinho, e, auxílio nos trabalhos de campo e entrevistas.

Aos familiares de Londrina, especialmente a Tia Zelina e Tio Onézimo pelo amor e carinho desde o ventre de minha mãe.

Aos meus queridos avós, *in memoriam*, à Vó Aline minha poetiza favorita, por todos os ensinamentos compartilhados, pelo amor, carinho, conforto e especialmente por ter incentivado desde a minha infância o gosto pela leitura. Ao Vô Normiro, pelo carinho, amor, pela demonstração de caráter e sabedoria perante a vida, pelos “causos” e histórias contadas e que me ensinaram a valorizar as coisas simples da vida. *Quanta saudade!*

Aos amigos dos tempos de Prudente, Cláudia, Alexandre, Ricardo e Dona Fátima, Bia, Marcelino, Flávia e família Ikuta, Bruna, Maurício, Sílvia, Fernanda, Carlinha, Adriano e Odair, pela amizade e convivência.

Ao cunhado Michael, pela leitura e correções ortográficas.

A professora Eda Maria Góes, por me ensinar a dar os primeiros passos como pesquisadora.

Ao professor Anderson P. Portuguesez, pelo acolhimento em Ituiutaba, pelo incentivo e indicações bibliográficas, por aceitar participar de nossa banca de defesa. Também por ter nos “emprestado” a Patrícia, mulher admirável pela sua força e dedicação ao outro. A ela também agradeço.

Aos professores Nécio Turra Neto e Cecília Hauresko, pelas valiosas contribuições dadas em meu exame de qualificação.

As professoras Carla Luciane Blum Vestena e Cecília Hauresko pela participação em minha banca de defesa, também pelas análises e colaborações feitas para o aprimoramento desta dissertação.

Aos professores e colegas do curso de mestrado, pelos ensinamentos e reflexões críticas, em especial ao Professor Francisco de Assis Mendonça, pelos novos olhares à Geografia e a minha pesquisa.

Ao Professor Paulo Nobukuni, pelo apoio e conversas instigantes sobre o papel do professor na sociedade.

Ao colegiado e secretaria do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNICENTRO.

Aos colegas e representantes discentes por me manterem informada sobre as questões da pós-graduação e por representarem nosso coletivo junto ao colegiado, especialmente à Mariza e ao Emerson.

Finalmente, meus eternos agradecimentos aos pescadores da Colônia Z4, que compartilharam suas memórias, angústias, alegrias, e, sem os quais este trabalho não seria possível.

Aos meus demais familiares e amigos.

A energia vital que nos conduz, sustenta, protege e impulsiona em cada instante de nossas existências, ao “meu” Deus, ao “seu”, ao “nosso Deus”.

A realidade é, sempre, mais complexa do que qualquer teoria,
do que qualquer disciplina científica e o espaço nosso de cada dia
é o lugar da coexistência e coabitação do diferente, ali onde
habitat e *habitus* contraditoriamente convivem.

Porto Gonçalves (2007, p.402).

LISTA DE ABREVIATURAS

a.C. =Antes de Cristo

IBGE = Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MASJ = Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville

FUNDEMA = Fundação Municipal do Meio Ambiente de Barra Velha

SUDEPE = Superintendência do Desenvolvimento da Pesca

IBAMA = Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

PRONAF = Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

FHC = Fernando Henrique Cardoso

GPS = Global Positioning System

SEAP = Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca

MPA = Ministério da Pesca e Aquicultura

EPAGRI = Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão do Estado de Santa Catarina

MONAPE = Movimento Nacional dos Pescadores

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Mapa de localização de Barra Velha/SC	13
Figura 02: Baleia arpoada na praia do Tabuleiro/1952.	22
Figura 03: Baleia arpoada na praia do Tabuleiro/1952.	22
Figura 04: Colônia de pescadores na Praia Central de Barra Velha/SC – 1920.	25
Figura 05: Hotel Candeias Bela Vista, 2012.	26
Figura 06: Fileteiras, dezembro de 2012	38
Figura 07: Venda de peixes na praia	43
Figura 08: Canoas de um tronco só.	48
Figura 09: Procissão do Divino às casas	54
Figura 10: Grupo de Terno de Reis visitando as casas.....	55
Figura 11: Estátua de Iemanjá. MACHADO, 03/2011	56
Figura 12: Procissão de Nossa Senhora dos Navegantes	56
Figura 13: Boi de mamão	57
Figura 14: Imagem de satélite de Barra Velha/SC (2011).....	63
Figura 15: Porto das Canoas na Praia Central de Barra Velha/SC – Julho de 2011.	63
Figura 16: Praia Central de Barra Velha, década de 1920	66
Figura 17: Praia Central de Barra Velha, década de 1930	66
Figura 18: Praia Central de Barra Velha, década de 1940	66
Figura 19: Praia Central de Barra Velha, década de 1960.....	66
Figura 20: Área central de Barra Velha, 2010.....	66
Figura 21: Casas entre a lagoa e o mar.....	68
Figura 22: Ressaca e destruição de casas a beira mar	68
Figura 23: Mar arrebenta parte estreita da península	68
Figura 24: Projeto da prefeitura de revitalização da área dos pescadores.	71
Figura 25: Antigo barracão de pesca	73
Figura 26: Novo barracão de pesca	73
Figura 27: Obras realizadas na Colônia dos pescadores.....	74
Figura 28: Foz do rio Itapocu	74
Figura 29: Canos de esgoto na Praia Central.....	86

RESUMO

Esta dissertação aborda as questões relacionadas ao território dos pescadores artesanais da Colônia Z4 sua construção e transformação ao longo de 200 anos de existência. Localizada no município de Barra Velha/SC, a Colônia de Pescadores Artesanais Z4, formou-se a partir da vinda de imigrantes Açorianos para o Brasil, que tinham a intenção de fundar uma Armação Baleeira no local. Com sua chegada deram início a construção desse espaço, resultando no município de Barra Velha. As tradições desse povo dos Açores, ainda se faz presente no município através da pesca artesanal, das festas populares, dos hábitos e cultura, passados de pai para filho a gerações. As técnicas tradicionais e o saber-fazer acumulado ao longo do tempo, ainda são a base da pesca artesanal praticada na Colônia Z4. Desde a década de 1960, houve uma aceleração do processo de urbanização no município, devido à abertura de suas praias às atividades turísticas. Essas alterações ocorreram, principalmente, ao entorno da Praia Central onde está localizada a Colônia de pescadores, que desde então, passou a perder seu território, devido à valorização da área e à especulação imobiliária. Neste mesmo período, com o surgimento e desenvolvimento da pesca industrial no país, o território marinho da pesca artesanal também passou a ser disputado gerando conflitos entre os pescadores artesanais e as indústrias. Mesmo sendo desterritorializados os pescadores da Colônia Z4 tem mantido suas tradições e resistido às pressões de agentes locais e aos conflitos com a pesca industrial. Os pescadores artesanais são os sujeitos desta pesquisa de mestrado que tem por objetivo principal verificar que mudanças ocorreram no cotidiano, na cultura e nas atividades econômicas (subsistência) da Colônia de Pescadores Artesanais Z4, a partir das transformações em seu território. Também fizeram parte da nossa preocupação, ao buscar respostas para compreensão dos processos a ele relacionados, responder as seguintes questões específicas: De que maneiras o moderno dialoga com as práticas tradicionais da Colônia? Que relação há entre a tradição e a resistência destes sujeitos em seu território? A partir desses objetivos optamos em nos aproximar do cotidiano desses sujeitos através da memória individual/coletiva, e, desse modo definimos a História Oral e a Observação Simples como nossos métodos de pesquisa. Conforme nos aprofundamos no cotidiano dos pescadores, percebemos que na medida em que a cidade está crescendo e se articulando à indústria do turismo, está havendo uma sobreposição do espaço turístico ao espaço tradicionalmente ocupado pelos pescadores. E mesmo assim eles têm resistido porque dependem daquele território como base de subsistência e também por possuírem vínculos com o lugar. Outro fator que tem expropriado os pescadores de seu território tradicional é a ação da indústria pesqueira, que explora a natureza sem considerar o seu tempo e o território dos pescadores, retirando qualquer possibilidade de reprodução da pesca artesanal, tendo no Estado o apoio e incentivos necessários para seu crescimento.

Palavras-chave: Pescadores artesanais. Território. Lugar. Tradição. Modernidade.

ABSTRACT

This work studies some questions about artisan's fishermen territory in Z4 Fishermen Colony its foundation and its changes in the last 200 years. Located in Barra Velha/SC this Artisan's fishermen colony was created based on Azoreans migration. They came to Brazil in order to build a whaler structure. With his arrival began the construction of this space, resulting in Barra Velha. The traditions of these people of the Azores are still present in the city through their artisanal fishery, their popular festivities, their habits and culture. Transmitted by oral tradition from father to son for generations, traditional techniques and accumulated know-how over time are the basis of fishing practiced in Z4 Colony. From the 1960s, there was an acceleration of the urbanization process in the municipality because of the opening of its beaches to tourist activities. These modifications occurred mainly around to the central beach, where is located the fishermen colony, that has since went on to lose its territory due to the appreciation of the area and property speculation. In the same period, with the emergence and development of the fishing industry in Brazil, the territory's marine fishing also became disputed generating conflicts between artisanal fishermen and industries. Even they had being deterritorialized, they have kept their traditions and resisted the pressures of certain local agents and conflicts against industrial fishing. This artisans fishermen his life and economy activities in Z4 Colony are the subject of this master research that want study his culture, his day-by-day based on there territory changes. In this research we want to answer some others questions: In what ways modern dialogues with traditional practices of the Colony? What is the relationship between tradition and strength of these subjects in their territory? From these goals we decided to approach the daily lives of these individuals through individual memory / collective, and thus define the Oral History and Simple Observation as our research methods. A deeply in this study show us that is having an overlap of space tourist to space traditionally occupied by fishermen. And yet they have resisted because they rely on that territory as a base of support and also for having links with the place. Another factor that has commandeered the fishermen of their traditional territory is the action of the fishing industry, which explores the nature without considering your time and territory fishermen, removing any possibility of reproduction of fishing, and the state support and incentives to growth.

Keywords: Artisanal fishermen. Territory. Place. Tradition. Modernity.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS.....	ix
LISTA DE FIGURAS.....	x
RESUMO.....	xi
ABSTRACT	xii
INTRODUÇÃO	12
1. A PESCA ARTESANAL EM BARRA VELHA/SC	17
1.1 Antecedentes históricos de ocupação de Barra Velha: Heranças e transformações.....	17
1.2 A formação da Colônia de pescadores Z4	23
2. METODOLOGIA DE PESQUISA: CONCEITOS E CAMINHOS PARA COMPREENDER AS TRANSFORMAÇÕES NA COLÔNIA DE PESCADORES DE BARRA VELHA – SC	27
2.1 Contribuições dos conceitos de espaço, território e lugar para a pesquisa.....	27
2.2 Metodologia qualitativa: história oral e observação simples.....	30
3. O COTIDIANO E A TRADIÇÃO DA PESCA	34
3.1 O enfraquecimento dos laços familiares e as mudanças na pesca artesanal	45
3.2 Cultura e religião	64
4. URBANIZAÇÃO, TURISMO E AS MUDANÇAS NA COLÔNIA Z4	60
4.1 A valorização imobiliária em Barra Velha e a Colônia de Pescadores.....	61
4.2 A “revitalização” da Praia Central e o Porto das Canoas	70
5. COLÔNIA Z4 ENTRE A TRADIÇÃO E MODERNIDADE	79
5.1 Crise ambiental e a pesca artesanal	83
5.2 Conflitos territoriais e as “modernidades” no setor pesqueiro	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	106
ANEXOS	111

INTRODUÇÃO

A pesquisa que apresentamos está diretamente vinculada ao nosso interesse em entender como algumas práticas, tidas como tradicionais, sobrevivem à modernidade e são expressas na paisagem por um mosaico de artefatos e ações que, contraditoriamente integram o novo e o velho num mesmo lugar. Abordamos esta complexa temática nesta dissertação por meio da pesquisa com os pescadores artesanais no município de Barra Velha – Santa Catarina.

O município de Barra Velha, localiza-se no litoral Norte do estado de Santa Catarina (Figura 01), a aproximadamente 130km de Florianópolis e a 37Km de Itajaí. Possui uma área total de 278Km² e suas principais atividades econômicas são o turismo, agricultura (bananicultura e rizicultura) e a pesca. Foi emancipado de Araquari/SC, em 1961.

A ocupação da área que hoje pertence ao município remonta ao período pré-colonial. Existem vestígios arqueológicos (sambaquis) que comprovam a presença de grupos coletores, caçadores e seminômades. Embora, vários grupos humanos tenham vivido nesta região, nosso enfoque principal é a história recente (BOER, 1992).

A história recente da qual nos referimos, consta da ocupação por colonizadores, por volta de 1812, quando D. João VI incentivou a vinda de pescadores açorianos para a caça e produção de óleo de baleia, muito utilizado na época para a construção civil e iluminação pública. Sua intenção era fundar em Barra Velha uma armação¹ baleeira, como outras presentes no estado. A partir daí, algumas famílias açorianas vieram para o Brasil e se instalaram no local.

Desta maneira, com a chegada dos Açorianos deu-se início ao movimento de construção deste espaço, e uma vila foi se estruturando ao entorno da área que contemporaneamente conhecemos por Praia Central.

¹ A armação baleeira era uma instalação litorânea estruturada para a pesca ou caça às baleias e o processamento dos seus produtos, especialmente o óleo. No Brasil existiu desde o início do século XVII até meados do XIX (<http://pt.wikipedia.org>, consultado em 20/12/2012).

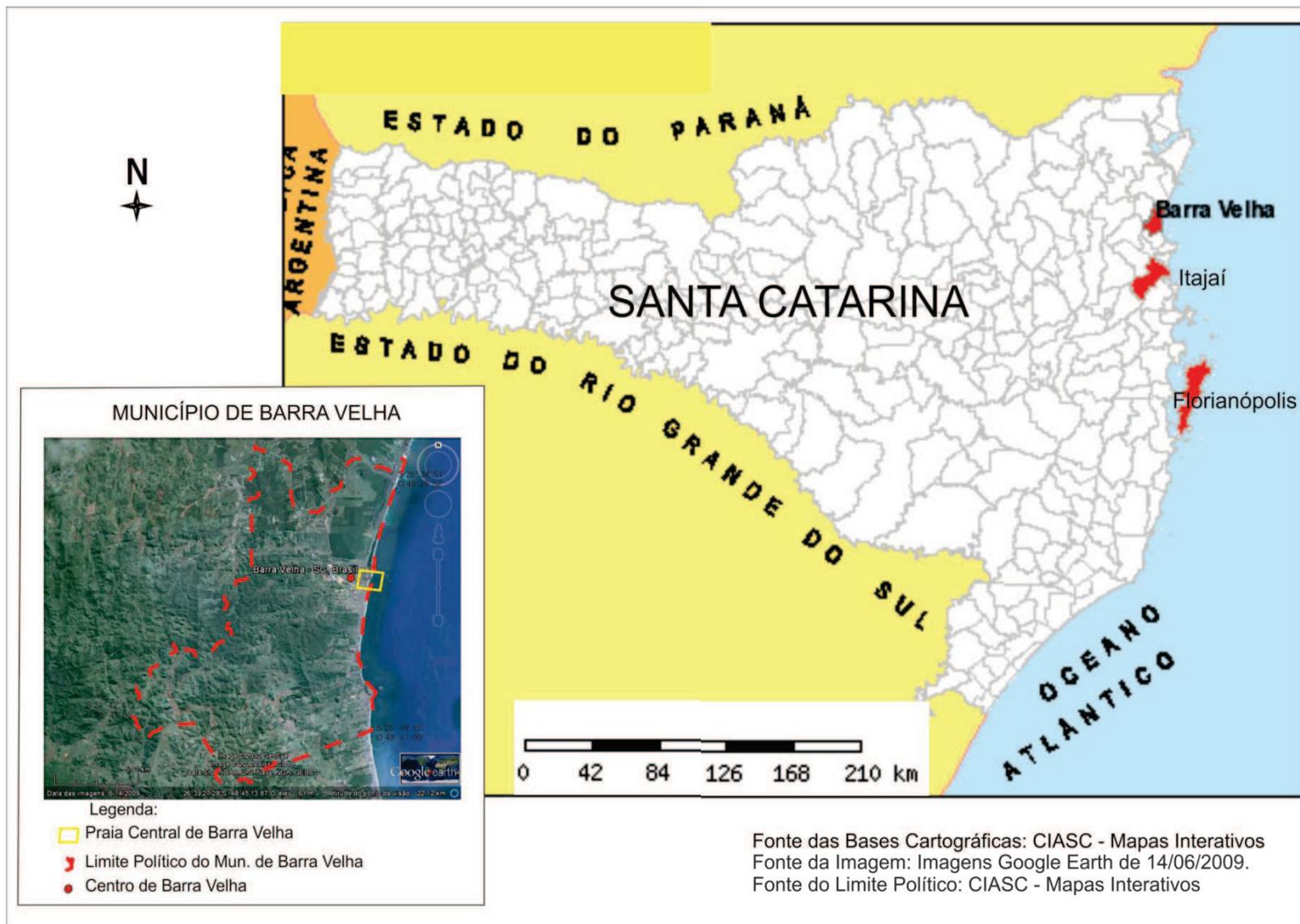


Figura 01: Mapa de Localização do Município de Barra Velha/SC, 2013. Organização da autora.

Devido a alguns imprevistos, como um naufrágio envolvendo os equipamentos para a produção de óleo, a construção da armação baleeira não obteve sucesso, mesmo assim, os pescadores capturaram algumas baleias na região e produziram o óleo que foi enviado para a corte.

Mesmo com o fracasso da Armação, essas pessoas permaneceram neste lugar, fixaram residências, produziram roças e continuaram pescando para a subsistência de suas famílias. Desta forma, adaptaram-se as condições naturais da região e ao invés de caçarem baleias, passaram a viver basicamente da pesca tradicional.

Paralelo à estruturação da vila, foi fundada a primeira colônia de pescadores da região, que mais tarde, na década de 1960, início do regime militar no país, recebeu o nome de Colônia Z4.

Nesses 200 anos de história, muitas transformações ocorreram tanto na cidade de Barra Velha, quanto no território dos pescadores. Os colonos Açorianos deram início a construção do município, que se desenvolveu ao longo dos anos na área originalmente por eles ocupada. Deixaram muitas marcas de sua presença na paisagem, na vida dos pescadores (muitos são seus descendentes), bem como, na cultura do município.

Eles trouxeram as tradições da pesca artesanal que é praticada até hoje na Colônia. Estas tradições sofreram algumas mudanças, mas a essência permaneceu. Daí então, percebemos a necessidade de entender o papel da tradição atrelada às condições do mundo moderno presentes no cotidiano e no território remanescente dos pescadores. Como se dá essa articulação? A tradição seria então a responsável pela sobrevivência da prática de pesca artesanal na sociedade atual?

Questões que buscamos responder nesta dissertação. Especificamente, com relação à Colônia de Pescadores Artesanais de Barra Velha, considerada uma peculiaridade no município, por ser uma das principais que ainda resistem quanto prática tradicional, no litoral de Santa Catarina.

Utilizamos o termo “resistência”, pois considerando os conflitos, aos quais, a Colônia vem enfrentando, seja em terra, diante da pressão do mercado imobiliário e do poder público local. Seja em mar, pelos enfrentamentos e disputas com os barcos industriais, ou, pelo poder público federal que através de políticas ao setor industrial acabou segregando a pesca artesanal, que é carente de políticas públicas para manter sua atividade. Atividade que contraditoriamente em certas regiões, como o nordeste

brasileiro, apresenta resultados superiores à produção da pesca industrial. Mesmo com tantas adversidades, as quais aprofundaremos nos capítulos 3, 4 e 5 deste trabalho.

Nosso interesse por este objeto de pesquisa, também se deve pelo vínculo com o lugar, uma vez que temos familiares residindo no município, fato que nos aproximou do cotidiano dos pescadores e nos instigou a aprofundar questões que nos intrigavam, como, por exemplo: De que maneira justificar a presença dos pescadores artesanais no centro da cidade, especificamente, no Porto das Canoas na Praia Central, num ambiente em veloz processo de modernização? O que teria acontecido à antiga vila de pescadores, que antes se concentrava nesta área?

Essas questões nos levaram a querer compreender como se deram esses processos e para onde foram essas pessoas.

Sendo assim, nosso objetivo principal foi verificar que mudanças ocorreram no cotidiano, na cultura e nas atividades econômicas (subsistência) da Colônia de Pescadores Artisanais Z4, em Barra Velha/SC, a partir das transformações em seu território. Também fizeram parte da nossa preocupação, ao buscar respostas para a compreensão dos processos a ele relacionados, responder as seguintes questões específicas:

- De que maneiras o moderno dialoga com as práticas tradicionais da Colônia?
- Que relação há entre a tradição e a resistência destes sujeitos em seu território?

Após definirmos os objetivos de nossa pesquisa, outro desafio nos foi apresentado, o de encontrar os meios para alcançar tais objetivos, bem como, a metodologia apropriada para esta pesquisa. Como conhecer histórias que ainda não foram escritas, mas que fazem parte da memória dos indivíduos?

Para isso, optamos em nos aproximar do cotidiano dos pescadores artesanais através da memória individual/coletiva, pois, entendemos a memória como “uma evocação do passado. É a capacidade humana de reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total” (CHAUI, 1995, p.125), além disso, consideramos que a memória tem a capacidade de retroceder o passado para o presente.

Desse modo, para abordar esses tempos presentes na memória dos sujeitos desta pesquisa, optamos pela História Oral e Observação Simples, como métodos, também fizemos uso de outros elementos, como fotografias, reportagens publicadas nos

jornais locais, documentos históricos e análise de dados fornecidos pela FUNDEMA (Fundação do Meio Ambiente de Barra Velha).

Diante do exposto, este trabalho está organizado em cinco capítulos. No primeiro capítulo apresentamos as origens da pesca em Barra Velha/SC e a formação da Colônia de Pescadores Artisanais Z4. No segundo capítulo, apresentamos os conceitos e a metodologia que orientou a pesquisa. No terceiro capítulo, trabalhamos com o cotidiano dos pescadores, suas tradições e cultura. No quarto capítulo, abordamos as mudanças ocorridas na Colônia através da urbanização e do turismo no município. No quinto e último capítulo, discutimos sobre as políticas para o setor, as contradições entre tradição e modernidade na pesca artesanal, a crise ambiental e os conflitos territoriais vividos pelos pescadores artesanais de Barra Velha.

1. A PESCA ARTESANAL EM BARRA VELHA/SC

A pesca nos moldes artesanais como hoje se apresenta, teve seu início na pré-história, surge antes mesmo da agricultura (Diegues, 1983), é uma das primeiras técnicas empregadas pelos homens para sua sobrevivência. Em Barra Velha – SC, assim como em diversas partes do globo, os homens se utilizam destas técnicas (modernizadas ou não) há centenas, milhares de anos. Geração a geração, do indígena ao homem branco, do homem medieval ao contemporâneo.

Considerando que esta atividade já era praticada na região de Barra Velha, antes mesmo da chegada de seus colonizadores, os açorianos, é que pensamos ser necessária uma introdução, mesmo que breve, nestes outros tempos da pesca.

Pensamos que essa volta no tempo pode nos auxiliar no entendimento dessa atividade, a pesca artesanal, bem como, no de seus sujeitos, os pescadores artesanais de Barra Velha. Para isso organizamos neste capítulo dois subitens, onde pretendemos apreender parte desta longa história e suas raízes na formação da colônia de pescadores, no seu território, e nas relações desta história com a construção do espaço que resultou nesse município. Também buscamos conhecer as heranças deixadas por esses ancestrais aos pescadores, que hoje são os sujeitos desta pesquisa, que transformações ocorreram ao longo desta história para se chegar à atual Colônia Z4.

1.1 Antecedentes históricos de ocupação de Barra Velha: Heranças e transformações

A Colônia de pescadores artesanais foi a base para que o município de Barra Velha viesse a existir. A cidade cresceu no entorno da vila de pescadores, tendo-a incorporado, restando deste passado o Porto das Canoas, localizado na Praia Central da cidade.

Quando pensamos nas origens da colônia, da pesca e suas tradições em Barra Velha, somos levados há tempos remotos, mesmo antes da ocupação dos homens brancos, cujas práticas de certa forma, compõem as lendas e imaginários da população local e/ou influenciaram as tradições locais.

A ocupação da área que hoje pertence ao município, remonta ao período pré-colonial. Existem vestígios arqueológicos (sambaquis) que comprovam a presença, no passado, de grupos coletores, caçadores e seminômades. Vários grupos humanos passaram, em diferentes momentos, a viver nesta região (BOER, 1992).

O início da ocupação humana teria ocorrido há 4.850 anos A.P² (antes do presente, que por convenção é 1950), sendo o primeiro grupo o de caçadores-coletores-pescadores, que passaram a viver no litoral deixando vestígios de seus acampamentos, os Sambaquis – depósitos antigos de materiais encontrados no litoral, popularmente identificados como “monte de conchas”, que testemunham a ocupação por nativos (indígenas). Também podem ser encontrados no local fragmentos de artefatos como lâminas de machado, esculturas em rochas, pontas de flechas e anzóis de osso.

Os restos de alimentos e alguns desses artefatos encontrados nos sambaquis demonstram que esses grupos dispunham de técnicas e de um vasto conhecimento dos ambientes litorâneos, o que lhes permitiu, em alguns casos, o sedentarismo.

Aproximadamente 3.500 anos depois (1.150 anos AP ou 800 anos d.C.) teriam chegado a região outros grupos, pertencentes a Tradição Itararé que, diferentemente dos primeiros, não se utilizavam de tantas conchas como nos sambaquis, mas eram muito parecidos nos hábitos alimentares. Estes também possuíam um diferencial em técnicas que os permitia produzir artefatos de barro cozido. Suas origens são desconhecidas, mas pelas semelhanças das cerâmicas, seriam ancestrais dos índios Xokleng, que viviam entre a Serra do Mar e o Planalto Catarinense.

Em 1.400 d.C., chegaram ao litoral outras populações identificadas como sendo da Tradição Tupi-guarani, que teriam migrado da Amazônia em torno de 2000 anos atrás. Essas populações já praticavam a agricultura com plantas atualmente conhecidas, como o milho, o aipim (mandioca, macaxeira) e o algodão. Também eram pescadores e produziam cerâmicas como os Itararés. Esses grupos eram os ancestrais dos índios Guarani ou Carijó que foram encontrados na região pelos colonizadores europeus a partir do século XVI, e que ainda estão presentes em Santa Catarina, seja em reservas ou não (MASJ, 1999).

Esses grupos deixaram muitas heranças na região, como a pesca, o plantio da mandioca e a produção do beiju (massa feita com a fécula da mandioca) e da farinha de mandioca. Outros traços herdados são também percebidos na própria cultura da

² Dados do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ) em relatório para a Prefeitura de Barra Velha no ano de 1999.

pesca, como nas canoas de um tronco só e nas redes feitas da fibra de tucum (planta encontrada nos mangues, cuja fibra era tecida e feita a rede). Os açorianos também se utilizaram desta fibra em suas pescarias, antes de passarem a utilizar o fio de nylon.

Não existem muitos registros detalhados da chegada do homem branco na região e suas relações com os indígenas. Porém, o que se sabe, é que houve conflitos e que, por vezes, os europeus utilizaram o conhecimento geográfico dos Carijós (Guaranis) que habitavam o litoral para ocupar o território.

Um exemplo disso foi a utilização do rio Itapocu que desagua na lagoa (laguna) de Barra Velha, onde está um dos trechos do “caminho de Peabiru³”, que seria um caminho de ligação do oceano Atlântico ao Peru. Esse caminho era utilizado pelos indígenas e foi descoberto pelos espanhóis, que o utilizaram para tentar chegar ao rio da Prata (FAGUNDES, 2008).

Também no século XVI, Barra Velha teria servido de base ao explorador espanhol D. Alvar Nunez Cabeza de Vaca que, para tomar posse da província do rio da Prata, optou em fazer sua viagem pelo mesmo caminho descoberto por Aleixo Garcia⁴. Então, em meados de outubro de 1541, “Cabeza de Vaca” e seus homens teriam dado início a viagem rumo a Assunção, pelo caminho conhecido pelos indígenas, o caminho de Peabiru.

De acordo com alguns historiadores (BOER, 1992; FAGUNDES, 2008), em Santa Catarina, assim como em tantos outros lugares no Brasil, as trocas culturais entre indígenas e europeus teriam começado nessas expedições e no contato entre essas etnias.

Os indígenas em alguns momentos foram escravizados e/ou mortos pelos brancos, noutros serviram como informantes sobre o território e forneceram alimentos aos navegadores espanhóis e portugueses, o que explica, por exemplo, nos dias atuais, a utilização da mandioca e do milho na alimentação do homem branco. Plantas originárias das Américas e desconhecidas aos europeus.

³ “A construção do caminho do Peabiru ainda é um mistério entre os estudiosos. As principais teorias a esse respeito são: a) tratava-se da menor e melhor rota entre os oceanos Atlântico e Pacífico, tendo um importante papel no intercâmbio cultural e na troca de produtos entre as nações indígenas; b) foi aberto pelos guaranis em busca de uma mitológica “Terra sem mal”, aconselhados pelos seus deuses” (FAGUNDES, 2008, p.13).

⁴ Aleixo Garcia, português que fazia parte da expedição de Juan Dias de Solis, que foi trucidada pelos índios Charruas na bacia do Prata, ao ficar por mais de 10 anos na ilha de Santa Catarina (Florianópolis) sob o convívio dos Carijós, ouviu falar de um “caminho que levava a um reino de muitas riquezas”, e cujo início era na foz do Itapocu (FAGUNDES, 2008).

A forma como essas culturas tão distintas se mesclaram na região, não se sabe ao certo, o que podemos perceber são alguns traços deixados por eles no presente, por isso concordamos com Cardoso quando ele afirma que:

A origem da atividade pesqueira no Brasil remonta a períodos pré-históricos quando do estabelecimento dos primeiros agrupamentos humanos no território. Nos sambaquis espalhados pelo litoral, os vestígios arqueológicos apontam para o uso que as populações ancestrais faziam do mar para compor sua dieta alimentar. Conchas, carapaças de crustáceos, espinhas de peixe e ostras revelam uma dieta baseada na pesca e na coleta de frutos do mar, praticadas pelos grupos pré-históricos que habitavam o litoral brasileiro. (...) A presença ainda hoje de embarcações como a canoa e a jangada, as redes tecidas com fibras vegetais, algumas armadilhas para a captura de pescado e a cestaria empregada nas pescarias atuais, com maior ou menor transformação, revelam a herança deixada pelas diversas nações indígenas na cultura da pesca brasileira (2009b, p.02).

Assim, é importante compreendermos que uma tradição pode ser constituída de várias outras tradições que a precederam, ou seja, ter a presença de elementos culturais de outras tradições que lhe deram origem. São “heranças culturais” que um grupo transmite para outro.

E neste aspecto, no que diz respeito à tradição, é importante registrar que a entendemos como o “conjunto das técnicas, das instituições e das crenças comuns a um grupo de homens por uma certa duração de tempo”, é também o “que se transmite” de um grupo para outro (GUÉNON 1989, p. 63 *apud* VENEZIANI, 2011).

No caso da pesca artesanal em Barra Velha, podemos claramente perceber essa fusão, de técnicas açorianas e indígenas, só não conseguimos levantar com precisão os momentos históricos onde ocorreram essas trocas culturais.

Porém, para Fagundes (2008) o início da fixação de homens brancos na região de Barra Velha, se deu após a criação do povoado da “Vila Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco” em 1660, que resultou no município de São Francisco do Sul, ao qual Barra Velha pertenceu até 1924, passando a administração de Araquari, até 1961 quando foi emancipado.

Com a criação desse primeiro povoado na região, as terras começaram a ser ocupadas pelos colonos brancos e os indígenas foram recuando para o interior ou sendo

capturados pelos “Bandeirantes”⁵, provenientes da então Capitania de São Paulo. Nesse período, começaram a surgir alguns sítios e latifúndios na região, a população existente estava dispersa, e não se concentrava em núcleos como as vilas ou povoados.

Efetivamente, essa área foi ocupada por volta de 1812 quando D. João VI incentivou a vinda de pescadores portugueses e açorianos para a produção de óleo de baleia, muito utilizado, na época, para a construção civil e iluminação pública. A partir daí, algumas famílias açorianas, se instalaram em Barra Velha com o intuito de pescar e produzir o óleo para a corte; Dentre elas, a família do Senhor Joaquim Alves da Silva, cujo dever era o de fundar nesse lugar, uma extensão da “Armação Baleeira de Itapocorói”, fundada em Penha/SC.

Inicialmente, com o senhor Joaquim vieram alguns escravos e aproximadamente oito famílias de açorianos, logo depois (uma década), chegaram outras 41 famílias dos Açores e Portugal, que ajudaram a fundar o primeiro povoado, “a Freguesia de Barra Velha”, em 1861, dando início as transformações que resultaram na cidade que hoje é conhecida por Barra Velha.

De acordo com registros históricos, os escravos construíram um galpão onde fabricariam o óleo de baleia para a corte, mas os fornos de cobre que utilizariam para produzir o óleo foram perdidos em um naufrágio, o que os obrigou a improvisar, utilizando a estrutura destinada a fabricação da farinha de mandioca. (FAGUNDES, 2008).

Com esse imprevisto não foi possível transformar o local em uma Armação, mesmo assim, algumas baleias foram mortas em Barra Velha, sendo a última delas em 1952, como pode ser visualizado nas Figuras 02 e 03⁶.

Segundo uma de nossas entrevistadas, as técnicas utilizadas na pesca e as canoas, foram adaptadas, mesclando o conhecimento trazido dos Açores com o conhecimento local, que era baseado nos saberes indígenas e nas condições do mar na região.

⁵ Bandeirantes eram desbravadores, representavam “bandeiras” europeias e seguiam fazendo expedições pelo interior do Brasil, em busca de indígenas, quilombolas, pedras e metais preciosos, etc. Enfim, tudo o que fosse lucrativo para o comércio da época.

⁶ Um dos pescadores presentes na fotografia foi avô de um dos nossos entrevistados.



Figura 02: Baleia arpoada na praia do Tabuleiro/1952.
Fonte: Acervo histórico da Biblioteca Municipal de B. V.



Figura 03: Baleia arpoada na praia do Tabuleiro/1952.
Fonte: Acervo histórico da Biblioteca Municipal de B. V.

Esses pescadores e suas famílias foram se fixando definitivamente nesse lugar, deixando suas marcas tanto na história quanto na paisagem. O senhor Joaquim, por exemplo, mandou construir a primeira Igreja, se valeu da mão de obra de seus escravos e fundou a Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Quando ele se aposentou, foi

gratificado por D. Pedro I com três sesmarias⁷, que hoje correspondem à área que pertence ao Município de Barra Velha.

Também não foi por acaso que o Senhor Joaquim foi chamado por D. João VI para fundar uma nova armação baleeira na região. Ele era um homem de posses, e, de acordo com as convenções da época, teria que assumir os gastos com a estrutura da produção do óleo, ficando com os lucros futuros, como numa espécie de arrendamento. Outras Armações de pesca de baleia foram criadas nesses moldes, tinham um fundador que financiava a estrutura e trazia homens para a pesca/caça de baleias e escravos⁸, que geralmente, ficavam nos barracões produzindo o óleo. Esse óleo, bem como outros derivados dessa produção, em Santa Catarina eram levados ao Rio de Janeiro e, posteriormente, exportados a Europa (ZIMMERMANN, 2006).

Porém, mesmo não dando certo a produção de óleo, pelo menos não na escala esperada, os pescadores permaneceram na região com suas famílias, trabalhando na pesca artesanal e na agricultura de subsistência.

A fixação dos açorianos, portanto, foi fundamental para a constituição da colônia, como veremos a seguir.

1.2 A formação da Colônia de pescadores Z4

A Colônia de pescadores (Z4) tem sua história vinculada aos açorianos, especificamente, aqueles que se concentraram na orla marinha da Praia Central.

Nesse lugar instalaram suas famílias e construíram suas moradias, formando uma vila junto à praia e a colônia de pesca. As populações dos arredores vinham até a colônia comprar peixes e vender/trocar seus produtos, como a farinha de mandioca, banana, etc. A pesca instaurada pelos colonos açorianos sempre teve como finalidade o comércio, e, não apenas a subsistência. As pequenas roças, geralmente cultivadas pelas mulheres, é que serviam exclusivamente as famílias dos pescadores.

⁷ As sesmarias indicam o interesse da coroa portuguesa em garantir a área para Portugal. Essa estratégia geopolítica diz respeito a disputa à época do território com a coroa espanhola.

⁸ Segundo Boer (2002) na medida em que os escravos não atendiam mais a necessidade de servir ao trabalho pesado, eram vendidos ou permutados. Não há pesquisas que aprofundem sobre a questão da escravidão na região, porém, registros de casamentos, batismos e óbitos de escravos e ex-escravos no livro da Igreja local, encontrados por (Boer, 2002) indicam que houve escravidão na região.

Então, como a implantação da Armação baleeira não obteve sucesso, como citado anteriormente, deu-se início a pesca artesanal, cuja produção era vendida na própria Colônia, na praia, assim como até o momento acontece.

A vida dos pescadores artesanais da Colônia por vários momentos cruciais teve seu destino traçado pelo Poder público. Em um primeiro momento, quando os primeiros pescadores vieram para o Brasil, foram trazidos pelo incentivo do governante da época, o D. João VI. Este o fez com o intuito de ocupar o território brasileiro, especificamente o litoral sul, a fim de evitar perdas para a coroa espanhola, também, tinha a intenção de manter um negócio lucrativo relacionado a produção do óleo de baleia, produto esse, como já dissemos, que servia para as necessidades da colônia e para a exportação, gerando muitos lucros.

Em um segundo momento, um dos moradores, o Senhor Joaquim A. da Silva foi aposentado ao se ferir durante a pesca e recebeu, como também já o dissemos, três sesmarias de D. Pedro I, aproximadamente entre 1821/1822; Ele passou a ser o proprietário das terras ocupadas pela colônia, mas, não se sabe ao certo como ficou a situação dos outros moradores naquela ocasião, porém, o que sabemos é que os seus descendentes ainda possuem terrenos deixados por ele.

A partir de 1919 o Governo Federal e a Marinha de Guerra começaram a criar e oficializar as colônias de pescadores em todo o litoral brasileiro. Tinham a preocupação de diminuir as importações de peixes e a partir da Primeira Guerra Mundial a preocupação de defender a costa brasileira. Com isso, o litoral foi dividido em Zonas, e cada colônia existente ou nova, passou a receber a letra Z em sua nomenclatura oficial, e um número que a identificava, como o caso da Colônia Z4.

No discurso oficial da época, as colônias e os pescadores atuavam na defesa nacional, pois os pescadores conheciam o mar “como ninguém”. O lema adotado pela Marinha na fundação das Colônias era: “Pátria e Dever”⁹. O primeiro estatuto criado pela Marinha para as Colônias foi em 1º de janeiro de 1923, elas foram definidas como agrupamento de pescadores ou agregados associativos. A partir desse momento, os pescadores passaram a ser obrigados a se matricular nas colônias.

Mais tarde, durante o Governo Militar (1964 – 1985) a pesca artesanal, bem como, a agricultura familiar, foram consideradas economicamente ineficientes e o

⁹ As informações sobre a criação das Colônias de pescadores no Brasil foram retiradas do site da Colônia de Pescadores de Arraial, a Z46. Fonte: <coloniadepescadoresdearraial.blogspot.com.br/p/historico-da-colonia-z46-porque-z46.html> Consultado em 03/12/2012.

Governo, via políticas públicas, e órgãos como a Superintendência do Desenvolvimento e da Pesca (SUDEPE), resolveu modernizar esses setores. Dando início ao agronegócio exportador e a indústria pesqueira.

A partir daí, através da SUDEPE no caso da pesca, os subsídios e recursos foram destinados para a criação e fomento das indústrias da pesca. Os pescadores artesanais foram prejudicados de diversas formas (que serão aprofundadas no quinto capítulo), especialmente no que diz respeito à concorrência desleal pelos estoques pesqueiros com os grandes barcos industriais. Também, pela ausência de políticas públicas específicas para a pesca artesanal, o que afetou sua viabilidade econômica e agravou os problemas sociais nestes grupos (DIEGUES, 1983).

Outras importantes transformações para a vida da Colônia foram as relacionadas à ocupação do seu território original e as mudanças decorrentes do processo de urbanização atrelado ao desenvolvimento do turismo local.

Até meados da década de 1950, como retratou Boer (1992), os pescadores tinham suas residências na orla da Praia Central (Figura 04), onde até hoje exercem sua atividade econômica. Com o início das atividades turísticas no município, em meados da década de 1960, esta área tornou-se valorizada e passou a ser considerada nobre pelo mercado imobiliário, e, por agentes locais que viram no turismo um meio de expandir seus negócios (donos de cartório, imobiliária, comerciantes, etc.). Esses agentes encontraram maneiras de pressionar os moradores dessas áreas, para que vendessem ou saíssem de seus lotes. Tal fato provocou a perda de espaço por parte dos pescadores, forçando-os a ocupar e morar em áreas distantes da praia.



Figura 04: Colônia de pescadores na Praia Central de Barra Velha/SC – 1920 e a vila que se localizava próximo ao antigo Porto de Canoas.

Fonte: Biblioteca Municipal de Barra Velha/SC.

Neste mesmo período, a base da colônia, ou seja, o Porto das Canoas, também mudou de local, o que até então, desde a chegada dos Açorianos, mantinha-se no mesmo lugar. Atualmente, é ocupado pelo Hotel Bela Vista, da rede Candeias (Figura 05). O terreno (a praia) foi cedido pela prefeitura para a construção do empreendimento hoteleiro, em detrimento das possíveis necessidades dos pescadores, que de acordo com entrevistas, nem ao menos foram consultados.



Figura 05: Hotel Candeias Bela Vista, 2012.

Fonte: <http://www.candeias.com.br/>, consulta dia: 14/06/2012.

As transformações na configuração espacial local aceleraram-se a partir da década de 1960, com a intensificação da urbanização e com a abertura de suas praias às atividades turísticas. Atualmente, o município possui 22.386 habitantes (IBGE, 2010), 21.319 na área urbana, 1.067 na rural, sendo que na temporada de verão, a população flutuante (turistas) vai de 50.000 a 100.000 habitantes.

Essas alterações ocorreram principalmente ao redor da Praia Central onde está localizada a Colônia de Pescadores Z4, que desde então, passou a ser desterritorializada, devido à valorização da área e à especulação imobiliária, foco central do nosso trabalho.

2. METODOLOGIA DE PESQUISA: CONCEITOS E CAMINHOS PARA COMPREENDER AS TRANSFORMAÇÕES NA COLÔNIA DE PESCADORES DE BARRA VELHA – SC

A sociedade contemporânea está em constante transformação, especialmente em suas relações cotidianas. Considerando a importância de se estudar essa sociedade mutante e complexa, que ora é moderna, ora é tradicional, onde paradigmas são quebrados e criados a cada instante, é que pensamos estar no cotidiano a chave para o seu entendimento. Como quem move a sociedade são os indivíduos que a compõem, são também esses sujeitos que podem nos mostrar o que está por trás de todos esses movimentos.

Para nos aproximar do cotidiano e dos sujeitos de nossa pesquisa é que optamos em utilizar a *História Oral* e a *Observação simples*, por entendermos que estas metodologias contribuem para a compreensão dos processos de transformação local e de como esses processos são por eles percebidos.

O trabalho com a História Oral só é possível quando os sujeitos estudados se disponibilizam a fazer parte de um trabalho, compartilhando suas memórias, seus hábitos e cotidiano. Então, graças à participação dos sujeitos através das entrevistas é que este trabalho se tornou possível.

O espaço foi para nós, o ponto de partida para a compreensão desse cotidiano, suas transformações e consequências para o ambiente local e para a colônia de pescadores, mas o entendimento do território e do lugar dos pescadores também foi essencial para este trabalho. Como será explicitado na sequência deste capítulo.

2.1 Contribuições dos conceitos de espaço, território e lugar para a pesquisa

Para compreender os processos de transformação na Colônia Z4 em Barra Velha-SC, principalmente, quanto à implicação disso nas práticas tradicionais dos pescadores locais, optamos pelos conceitos de espaço, território e lugar como mecanismos de interpretação desta realidade.

Tanto o espaço, quanto o território, nos ajudam a compreender fatores de identificação, defesa e força, empreendidos pelos pescadores. Isto porque, é por meio das ações, das reações e das interações do homem com o espaço, que ocorrem as transformações deste em território.

E neste aspecto, o conceito de espaço torna-se importante para elucidar os processos de apropriação e expropriação vivenciados pelos pescadores da Colônia Z4.

Segundo Santos,

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. (...) Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas e objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma (SANTOS, 2006, p. 39).

Compreender o espaço, portanto, é compreender a realidade em sua totalidade, como se dá sua formação, organização, modificação e as relações entre os elementos que o compõem. O homem vivendo em sociedade apropria-se do espaço, produzindo territórios e paisagens, sendo estas últimas processualidades históricas da formação de cada território (SAQUET, 2003).

Quanto ao território, também é um conceito importante aqui, uma vez que as relações de poder que se estabeleceram entre estado (poder local municipal), incorporadores imobiliários (alguns dos impulsionadores do turismo local) e os pescadores (paulatinamente sendo condicionados a sair da Colônia) são fundamentais para a transformação do espaço de moradia e de trabalho dos pescadores, em espaços de lazer.

Em se tratando de território, Santos argumenta:

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais da vida, sobre as quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população (SANTOS, 2002, p. 97).

Assim, por entendermos que o território “é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais da vida”, é que percebemos a Praia Central de Barra Velha, como sendo um território, onde atua a colônia de pescadores estudada.

Em nossas análises também procuramos entender o papel do lugar no processo de transformação impulsionado pela globalização e modernização, como ocorrem às trocas entre o local e o global? Quais as relações presentes no lugar, onde o tradicional e o global se entrelaçam, ou como coloca Carlos (2007), se articulam, são equilibradas?

Concordamos com Massey (2010) quando ela afirma que os lugares nunca foram fechados, especificamente no caso de Barra Velha, onde já dissemos, que diversos grupos passaram ou habitaram nesse lugar. Cada grupo em seu devido tempo histórico fez a intermediação entre o lugar e o mundo, deixando suas marcas, construindo uma identidade específica deste lugar.

Compreender o lugar

significa pensar a história particular de cada lugar se desenvolvendo ou melhor se realizando em função de uma cultura/tradição/língua/hábitos que lhe são próprios, construídos ao longo da história e o que vem de fora, isto é, o que vai construindo e se impondo como consequência do processo de constituição do mundial (CARLOS, 2007, p.17).

Considerando que as transformações no espaço, pelo menos as mais significativas, ocorreram na modernidade e são aceleradas pela globalização, é que se torna essencial o entendimento do lugar, pois é no lugar que aparecem as singularidades e percebemos que esse processo não é generalizado graças a certas “resistências” presentes nos lugares. “Cada lugar é, à sua maneira, o mundo. Mas também cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais”. (SANTOS 2008, p. 314).

Partindo desses pressupostos é que optamos em nos apoiar nestes conceitos para investigar o objeto pesquisado, e na metodologia qualitativa como instrumento de coleta de dados.

2.2 Metodologia qualitativa: história oral e observação simples

A metodologia qualitativa foi adotada para esta pesquisa, por considerarmos que ela serve, antes de tudo, para desestabilizar as visões estereotipadas das realidades estudadas, realidades estas que não aparecem tal qual imaginam, como verdades absolutas, inquestionáveis, mas sim, a realidade como a construímos pela nossa pesquisa.

Neste sentido, acreditamos no intercâmbio entre as ciências e que os métodos de pesquisa e interpretação, estão mais relacionados à pesquisa em si e ao seu objeto, do que propriamente a ciência na qual o projeto está inserido ou na qual os métodos foram criados.

No nosso caso, um “intercambio” entre as Ciências Sociais e a Geografia, pois, emprestamos a história Oral e a observação simples, que tradicionalmente são utilizadas nas pesquisas históricas e sociológicas, para compreender nosso objeto de pesquisa. Optamos pela História Oral, pois ela permite a valorização das memórias, por meio de entrevistas com pessoas que vivenciaram o processo de transformação da Colônia. E a observação simples foi adotada como meio de captar o cotidiano dos pescadores, pelo registro de práticas e da rotina diária destes sujeitos.

Escolher a História Oral para a nossa pesquisa foi um desafio, pois sabemos que dentro da Geografia ela ainda é vista com certa desconfiança, mas como optamos pelo trabalho qualitativo e trataremos de informações recentes, a História Oral, é pertinente, pois se trata de “uma técnica ou um método, se preferirmos, qualitativa de trabalho com fontes específicas (...) a história oral como técnica exclusiva só é possível no âmbito da história recente” (ARÓSTEGUI, 2006, p.532).

Consideramos a história oral como método, pois ela é a base de nossa pesquisa ou como Meihy afirma “o nervo da pesquisa”. Esse autor argumenta que:

Trata-se de focalizar as entrevistas como ponto central das análises. Para localizá-las metodologicamente, os oralistas centram sua atenção, desde o estabelecimento do projeto, nos critérios de recolhimento das entrevistas, em seu processamento, na passagem do oral para o escrito e nos resultados. Para serem garantidas como método, as entrevistas precisam ser ressaltadas como o nervo da pesquisa. Os resultados devem ser efetivados nelas (MEIHY, 2002, p. 44).

Podemos dizer que a história oral é tão antiga quanto à própria história do homem (MEIHY, 2011), pois antes da escrita tudo que uma sociedade herdava de seus predecessores era passado pela fala, às histórias, experiências, os saberes, tudo era transmitido de uma pessoa a outra sucessivamente, dependendo única e exclusivamente da memória como arquivo de todo esse conhecimento.

Com o surgimento de tecnologias capazes de gravar a fala, tornou-se possível voltar no tempo e resgatar acontecimentos do passado para entender fatos do presente; isso é possível graças aos sujeitos que se dispõem a compartilhar suas memórias, suas vidas e à gravá-las. Para os “oralistas”, o uso de gravadores foi um avanço, eles facilitam e muito as pesquisas que trabalham com entrevistas, pois, “assim como para a História a escrita marca a fase de transição, da pré-história, no caso da história oral são os aparatos eletrônicos que servem para definir os novos tempos, ou seja, da chamada moderna história oral” (Meihy, 2011, p.92).

Sobre a importância de se trabalhar com a história oral dentro das ciências humanas e sociais, e, de considerar a memória como fonte de dados e fatos históricos relevantes ao entendimento da sociedade contemporânea, é que Thompson coloca que:

A história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidencia dos fatos coletivos (THOMPSON, 1992, p. 17).

Sobre a metodologia da observação simples, esta aparece mais como um apoio á história oral, com a finalidade de registrar o que foge ao roteiro, ao gravador, o que nos é aparente. Ela está atrelada a necessidade do caderno de campo, onde as observações foram anotadas e ao uso da máquina fotográfica onde imagens que nos chamam atenção foram registradas em fotos.

Como não pretendíamos interferir no cotidiano dos nossos sujeitos, pois o lugar da colônia é também o seu lugar de trabalho, a observação simples foi realizada nas diversas idas a colônia durante o tempo deste mestrado (dois anos e meio); desde os primeiros contatos aos agendamentos das entrevistas; Nas vezes em que apenas circulamos pelo local como frequentadores da praia e também como clientes no

comércio dos peixes. Em todos esses momentos registramos o que nos chamou a atenção, seja no caderno de campo ou mesmo em fotografias.

Para a História Oral, tomamos alguns cuidados, como na escolha dos entrevistados, na forma como foi feita a entrevista e a transcrição literal das mesmas, como sugere Meihy (2002).

Nesse caso, foram realizadas 4 entrevistas abertas, semi-estruturadas, na qual utilizamos um roteiro com algumas questões norteadoras (Anexo 1), que foram gravadas e transcritas. Para salvaguardar a identidade de alguns dos sujeitos desta pesquisa, utilizamos pseudônimos ao invés de seus nomes verdadeiros, todos os participantes aceitaram a publicação de suas entrevistas e assinaram o termo de consentimento que está nos Anexos. Foram nossos interlocutores:

Paulo	65 anos, pescador há 40 anos, na ativa. Entrevista realizada em: 22/02/2012, na residência do entrevistado e durou uma hora e quinze minutos.
Antônio	87 anos, pescou por 70 anos, aposentado. Entrevista realizada em: 23/02/2012, na residência do entrevistado e durou uma hora e vinte minutos.
Francisco	68 anos, pescou por 46 anos, aposentado. Entrevista realizada em: 23/02/2012, na residência do entrevistado e durou cinquenta e dois minutos.
José Moacir Viana ¹⁰	60 anos, pescou por 9 anos, autônomo, é presidente da Colônia Z4 desde 2005. Entrevista realizada em: 03/09/2012, na residência do entrevistado e durou uma hora.

Também realizamos outras 5 entrevistas fechadas, com perguntas diretas (Anexo 2) que estão vinculadas aos 4 depoimentos. As perguntas também fazem parte do roteiro disposto no anexo 1, e, com algumas variações de acordo com cada entrevistado. O que mudou foi o modo de aplica-las, diferente da história oral onde deixamos as falas fluírem com maior liberdade, nestas fizemos um direcionamento.

Por se tratarem de questões envolvendo órgãos e personagens locais, a pedido de parte destes entrevistados, os deixaremos sob a condição do anonimato. O que podemos é caracterizá-los, sendo assim, fazem parte desse grupo: Duas senhoras moradoras do município, uma delas a senhora Madalena Cristiane da Silva, tataraneta do açoriano Joaquim Alves da Silva; duas mulheres que atuam na colônia (fileteiras) e

¹⁰ Este entrevistado por ser o presidente da Colônia, considerando que pelos seus comentários e informações concedidas teria sua identidade facilmente revelada e como o mesmo consentiu a utilização de sua identidade e de suas informações, o seu nome verdadeiro foi mantido.

um jovem pescador (tripulante). Também, realizamos duas conversas informais, sem o uso do gravador e sem hora marcada, com o atual prefeito e com um dos responsáveis da FUNDEMA (Fundação do Meio Ambiente de Barra Velha/SC).

Para as entrevistas, partimos do pressuposto que no momento da entrevista (aberta), o pesquisador deva deixar fluir a fala, tornando possível ultrapassar as barreiras do tempo e do espaço que separam os fatos, visto que para a memória humana, uma linha tênue separa o passado dos acontecimentos atuais, então, é possível buscar informações e experiências que desencadearam fatos vividos na atualidade.

Uma das especificidades da História Oral é de que não é a quantidade de entrevistas que é relevante e sim a qualidade das mesmas, “dadas as dificuldades de trabalho com números muito grandes de entrevistas, a história oral, comumente, tem sido explorada em seu aspecto mais diminuto” (MEIHY, 2011, p.27).

Segundo Meihy (2011), por não ter a necessidade de um grande número de entrevistados, o pesquisador tem o seu foco nas perguntas pertinentes aos seus objetivos e, ao mesmo tempo, tem maior liberdade no momento da entrevista, onde podem surgir novas questões através da fala do entrevistado.

Também fizemos usos de outros elementos, como fotografias antigas e recentes da área de estudo, fotografias históricas da pesca em Barra Velha, reportagens publicadas nos jornais de circulação local (Jornal O Correio do Litoral, de Barra Velha/SC e Jornal A Notícia, de Joinville/SC), análise de algumas imagens aéreas (2008) doadas pela FUNDEMA, bem como a utilização de documentos históricos encontrados na biblioteca do município (relatórios e projetos da prefeitura, escrituras, cartas, fotografias) e no acervo particular da Senhora Madalena C. da Silva, que gentilmente os cedeu.

De posse destes dados e das referências teóricas que embasaram a pesquisa, apresentamos a nossa leitura e interpretação dos processos de modernização e resistências no território da Colônia Z4 em Barra Velha/SC, bem como suas consequências nas práticas dos pescadores tradicionais locais. É destes processos que nos ocupamos nos próximos capítulos. Iniciamos a seguir, por apresentarmos os sujeitos da pesquisa, o modo pelo qual os pescadores se apropriaram e vivenciam este espaço.

3. O COTIDIANO E A TRADIÇÃO DA PESCA

Neste capítulo pretendemos analisar parte do cotidiano dos pescadores artesanais de Barra Velha, sujeitos dessa pesquisa, procurando mostrar onde vivem, como vivem, como são suas famílias, suas histórias, suas relações com o lugar e a vida no mar. Enfim, conhecer esse cotidiano tão particular, pois para nós assim como para Martins (2000, p.142) “o cotidiano não é o meramente residual, como pensavam os filósofos, mas sim a mediação que edifica as grandes construções históricas, que levam adiante a humanização do homem. A história é vivida e, em primeira instância, decifrada no cotidiano”.

Normalmente, quando nos remetemos ao termo Tradicional, imaginamos que se trate de algo que existe há muito tempo, e também é comum interpretar o Tradicional simplesmente como o oposto ao Moderno, como algo ultrapassado, arcaico... Porém, o termo Tradicional também é uma construção do mundo moderno. Existe há aproximadamente dois séculos apenas, já que na Idade Média, período que o precede, as tradições e os costumes estavam por toda parte, e não existia ainda uma noção do que seria algo tradicional (GIDDENS, 2010).

Esse mesmo autor nos esclarece que uma Tradição está mais relacionada com o ritual e a repetição, do que com o tempo de sua existência. Estão sempre surgindo novas tradições e elas “evoluem ao longo do tempo”, podendo ser transformadas, alteradas, “inventadas e reinventadas”, sem deixarem de ser uma tradição (ou a mesma tradição). O tradicional coexiste ao moderno.

Outro aspecto relevante para Giddens (2010, p.51) é o de que “as tradições são sempre propriedades de grupos, comunidades ou coletividades. Indivíduos podem seguir tradições ou costumes, mas as tradições não são uma característica do comportamento individual como os hábitos o são”. Certas atividades tradicionais se mantêm vivas porque estão fundidas ao cotidiano de certo grupos, e mesmo nesses tempos de modernidade, de globalização, elas se mantêm porque fazem parte de rituais que se repetem diariamente e que são apreendidos, compartilhados e transmitidos de um indivíduo ao outro. O que nos remete a origem da palavra Tradição, do latim *Tradere*, que quer dizer transmitir, ou confiar algo à guarda de alguém (GIDDENS, 2010).

Sobre Tradição, Veneziani nos elucida que:

Em sua essência, a Tradição é a forma suprema de resistência coletiva à morte. A Tradição é a única imortalidade disponível sobre a terra e na história. Ela é a única transcendência que se concede ao fluir da existência, ou a visão de uma continuidade para além do raio individual de uma existência. Mediante sua continuidade e sua transmissão, é possível manter vivo o que biologicamente se apresenta como destinado ao ocaso. O que se transmite escapa à deterioração ao desaparecimento definitivo: a comunidade salva os tesouros da Tradição e os livra da ruína do tempo (2005, p.14).

A pesca artesanal em Barra Velha sobrevive há mais de um século através de suas tradições, que são “guardadas e transmitidas” pelos pescadores. Seja de pai para filho, seja dos mais velhos aos mais novos, enfim, ela resiste como tradição por que faz parte do cotidiano desses sujeitos e eles a renovam a cada dia impedindo que ela se apague.

Sobre a transmissão da tradição da pesca artesanal, nossos entrevistados confirmam o fato de que ela foi passada de forma oral, às vezes por um familiar, noutras por um pescador mais experiente. Como o senhor Paulo nos relatou:

Pesquisadora - E quem iniciou o Senhor na pesca?

Paulo – A gente vai começando, porque já tá no meio de pescadores, então você vai se animando, você vai indo com eles e como se diz, vai aprendendo junto com eles.

Pesquisadora – Vai aprendendo?

Paulo – É, vai aprendendo com os mais velhos.

Bem como os senhores Francisco e Antônio:

Pesquisadora – E o Senhor aprendeu com seu pai? Como é que foi?

Francisco – Ah, eu entrei com a turma aqui que pescava, com os outros. É eu comecei a pescar com um senhor o Antônio Barreiros.

Pesquisadora – E o Senhor lembra como foi que começou a pescar se foi com os parentes? Como é que foi?

Antônio – Ah, eu comecei a acompanhar o papai, o papai me levava pra brincar e matar aqueles peixinhos, o colombetas que tinham... Então ele me levava.

Pesquisadora – E começou a pescar cedo?

Antônio – Cedo, muito cedo! Desde rapazinho novo eu pescava. De primeiro eu pescava na lagoa, ali eu pesquei muito, pescava com meus parentes que tinham rede, naquela época tainha, bagre, robalo, que naquele tempo tinha muito ali. Agora tá se acabando tudo né.

No início de nossa pesquisa de mestrado, tínhamos a informação de que a maioria dos pescadores da Colônia Z4 era descendente dos fundadores da colônia, os açorianos, que vieram para a região por volta de 1812. Esses dados preliminares foram levantados em bibliografias locais e nos discursos populares.

Ao nos aprofundarmos nesse cotidiano e em suas histórias durante os trabalhos de campo e as entrevistas, percebemos então, que na contemporaneidade existem origens variadas dentro da colônia. Desde os descendentes dos pioneiros açorianos, que herdaram a profissão ou “arte” da pesca de seus pais, que outrora aprenderam com seus avós, e que hoje eles ensinam aos seus filhos. Como também aqueles que incentivam nos seus filhos a busca por novos caminhos ao invés do da pesca. Também encontramos sujeitos que entraram para a pesca, movidos pela falta de empregos na região na década de 1960, 1970, com ou sem ligação parental, e, os “novos” pescadores, que atualmente se aventuram na profissão pela falta de capacitação e estudos exigidos em outros setores (entre outros motivos).

Encontramos na Colônia de pescadores em Barra Velha, homens e mulheres que buscam diariamente, no trabalho da pesca, o sustento de suas famílias.

Registrados junto à colônia são 120 pessoas, sendo 80 homens e 40 mulheres¹¹.

Conforme relatado em entrevistas, o papel das mulheres junto a Colônia tem mudado ao longo do tempo. No início as mulheres eram responsáveis pelos cuidados com o lar e os filhos, e também eram elas que cuidavam de pequenas plantações para a subsistência das famílias (milho, feijão e mandioca). Elas não tinham uma participação direta na pesca, mas em alguns casos, trabalhavam na fabricação dos apetrechos (redes, tarrafas e espinhéis) feitos com o fio do tucum, uma planta encontrada nos manguezais da Lagoa de Barra Velha. Os homens colhiam as folhas do tucum na lagoa e as mulheres “fiavam” e com o fio teciam as redes. Até por volta do ano de 1960 ainda eram utilizadas redes feitas com essa fibra. Aos poucos ela foi sendo substituída pelo fio de algodão e, posteriormente, pelo de nylon.

A técnica utilizada na fabricação do fio e das redes de tucum é de origem indígena, foi transmitida para os homens brancos e esses através da tradição oral a utilizaram e repassaram por gerações (FAGUNDES, 2008). O fio também era utilizado

¹¹ Informações concedidas pelo presidente da colônia o senhor José Moacir Viana em agosto de 2012.

na costura, já que no período muitas roupas eram feitas em casa. As “fiandeiras” de tucum como eram chamadas, faziam os fios para os familiares que pescavam e vendiam o excedente aos outros pescadores:

Antônio - Naquele tempo o fio era diferente, porque era o fio de tucum, primeiro foi o fio de barbante que era mais grosso, depois que apareceu o tucum, mais fino.

Pesquisadora – O tucum é aquela planta?

Antônio – É, que fiavam, as mulheres tiravam, arrumavam, fiavam e nós comprava aquele fio. Elas faziam e traziam aqui pro centro e a gente comprava. Aqui tinha muitas pessoas que compravam aquele fio pra fazer a rede.

Outras mulheres também costuravam roupas para venda e para a família, se preocupavam em aumentar a renda das famílias, como a mãe e a esposa de um dos entrevistados, o senhor Antônio. Ele nos relatou sobre as dificuldades da época e o trabalho delas para auxiliar a família:

Pesquisadora – O senhor pescava e a sua esposa? E como era a vida de vocês?

Antônio – Ah, ela trabalhava em casa e me ajudava... Ela costurava.

Antônio – Ah, hoje sem dúvida é melhor, hoje a gente é pobre mas tem o que comer, naquele tempo não, naquele tempo não era assim. Era muito difícil, a mamãe tinha uma maquinazinha, fazia roupa, fazia calça, camisa, fazia de tudo pra vender, naquele tempo não tinha essas indústrias aí. A minha mulher também, tinha duas maquinazinhas aí e fazia de tudo, trabalhava assim, fazia roupa pros filhos e pra alguém que precisava e fazia pra mim também, agora minha mulher faz 14 quase 15 anos que é falecida, ela trabalhava assim e trabalhava também na roça... Porque ela era da roça, ela era lá de cima, de Santa Luzia, daquele lado, aí eles vieram morar pra aqui. O velho pai dela pescava, aí era o caso, da minha mulher eu tenho saudade... Até hoje, barbaridade...

Na contemporaneidade ocorreram algumas alterações nos papéis das mulheres na Colônia, continuam como no passado representando duplos papéis ou jornadas de trabalho, cuidam de seus filhos e lares, e também procuram alternativas para o aumento da renda familiar. O trabalho delas nas roças parou de ser realizado quando o grupo perdeu os espaços ocupados no passado para a indústria do turismo e para os agentes imobiliários. Com a urbanização e o turismo elas começaram a exercer novas funções, algumas trabalham em empresas e no comércio da cidade, outras continuaram no trabalho doméstico em suas casas e/ou nas casas alugadas aos turistas, e outro grupo passou a atuar na Colônia, na filetagem e limpeza dos peixes.

As “fileteiras” surgem em meados de 1980, começaram a oferecer o serviço na praia aos compradores dos peixes, elas fazem os filés e limpam os peixes e camarões.

Começaram por acaso, sem nenhuma estrutura, hoje como são filiadas a Colônia, receberam uma estrutura coberta, pias com água instalada e trabalham diariamente pela manhã, ao lado do Porto das Canoas (Figura 06), no restante do dia fazem suas atividades no lar.



Figura 06: Fileteiras, dezembro de 2012. Fonte: MACHADO, 2012.

Atualmente, são aproximadamente 15 mulheres. Todas tendo algum tipo de relação com os pescadores, são viúvas, esposas e/ou filhas. Legalmente, são consideradas pescadoras, tem registro junto a Colônia e também recebem o salário defeso¹². O defeso só é pago pelo governo às mulheres de pescadores que não possuem registro em carteira de trabalho, dessa mesma forma elas também são aposentadas, como os pescadores, os agricultores familiares, etc.

Os homens é que vão ao mar, trabalham de domingo a domingo, só não vão pescar se estão doentes ou quando o mar não permite. Saem para pescar diariamente entre duas e três horas da manhã, retornando perto das oito horas. Sobre a rotina dos pescadores podemos ver nas falas de alguns entrevistados, como o senhor Paulo e o senhor Antônio, o quanto ela é exaustiva:

¹² Período de paralisação obrigatória da pesca de um determinado recurso pesqueiro, para proteger a espécie na fase da desova; “O benefício Seguro-Defeso é pago ao pescador que exerce a atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, no período de proibição da pesca para determinadas espécies. Para receber o benefício, o pescador artesanal deve atender aos critérios estabelecidos pela Lei 10.779, de 25 de novembro de 2003” (portaltransparencia.gov.br/defeso/download.asp).

Pesquisadora - E a sua rotina de trabalho? Em que dias e hora trabalha?

Paulo - A gente não estando doente é de segunda a segunda. Não tem dia. O mar deixando. Só se o mar não deixar, mas o mar deixando a gente vai.

Pesquisadora – E os horários?

Paulo – Aqui em Barra Velha a gente tá com uns horários muito ruins. Acorda uma, duas horas da manhã e vai, em compensação, lá pelas sete, oito no máximo, nove, já tamo na praia.

Pesquisadora – Trabalham basicamente à noite?

Paulo – É trabalhamos praticamente à noite. Daí voltamos, costuramos as redes. Deixa pronto, aí a noite vai de novo.

Pesquisadora – Quando o Senhor trabalhava a que horas ia pro mar?

Antônio – Ah, eu ia cedo, era três horas da madrugada, duas horas da madrugada que eu saia, me levantava e ia pescar.

Pesquisadora – E voltava de manhã?

Antônio – Ah, a essa hora eu tava vindo [10h00], mas tinha dias que voltava bem mais tarde. Na pesca do Camarão era mais tarde, chegava mais cedo conforme o tempo, mas se o tempo tava bom a gente ficava, e se o tempo não tava muito bom a gente vinha pra casa.

Pesquisadora – E era de segunda a segunda?

Antônio – Ah sim, se o mar tava bom era. O que mandava era o mar, se o mar tava mansinho, tava calmo aí a gente ficava. Pra qualquer pesca eles queriam o mar manso.

Nessas falas, podemos perceber quão difícil é a rotina de trabalho desses homens. Além dos horários, saem à noite diariamente e só folgam quando estão doentes ou quando o mar está “bravo”, também tem o esforço físico intenso, pois para retirar as redes com peixes de dentro do mar é preciso muita força, já que o trabalho é manual.

Um fato marcante durante as entrevistas foi observar as mãos dos nossos entrevistados, muitas marcas de cortes, devido ao fio de nylon da trama das redes. O senhor Antônio, por exemplo, têm as mãos atrofiadas. Ele não consegue abrir a palma das mãos, seus movimentos são bem limitados. E também apresenta a pele marcada pelos efeitos nocivos do sol, especialmente a do rosto, pois na época em que ele estava na ativa, os pescadores ficavam no mar até o final da manhã.

Como as canoas são abertas, eles estão susceptíveis às intempéries, estão expostos ao sol, chuva, vento e, por não possuírem uma estrutura para o embarque, todas as vezes que saem para o mar entram em contato direto com a água. Eles também

não utilizam equipamentos de segurança, como coletes salva-vidas, por exemplo, e quando pegos de surpresa por tempestades, ficam extremamente vulneráveis.

Alguns dos entrevistados nos informaram que, atualmente, a maioria deles busca informações sobre as condições do tempo diariamente na internet, sempre “tem um dos mais jovens que olha na internet pra ver se vai chover ou ocorrer tempestade”, então, dificilmente alguém é surpreendido pelo mau tempo. Os pescadores mais experientes sabem analisar as condições do tempo, o vento, marés, lua, nuvens, e definir se o “mar está bom” para sair e, fazem isso, sem precisar acessar a internet, mas com a introdução dessas novas tecnologias, parte desses conhecimentos está sendo perdida entre os mais jovens, que apresentam dependência dos instrumentos.

A pesca artesanal marítima em Barra Velha sempre se desenvolveu como uma atividade econômica, ela pode ser definida como pequena produção mercantil litorânea (DIEGUES, 1995), esta atividade se apoia as tradições inerentes a comunidade e sua atividade produtiva tradicional.

O principal mercado consumidor está localizado no próprio município. Em raras oportunidades, como relataram parte dos entrevistados, eles venderam o pescado para pessoas que vinham da área rural ou para pessoas que levaram para fora do município. A colônia em si, sempre efetuou suas vendas na praia.

Muitos de nossos entrevistados já estão aposentados, pois ficaram na pesca por no mínimo 40 anos. O Senhor Antônio, pescou por 70 anos¹³ e só parou quando ficou doente. Todos eles continuaram pescando mesmo depois de aposentados, o Senhor. Paulo, por exemplo, ainda está na ativa aos 65 anos. Sobre esse tempo passado, ou como eles diriam, sobre antigamente, os fragmentos de entrevistas apresentados a seguir nos dão uma noção de como era a atividade pesqueira artesanal há 40, 50, 60 e até 70 anos atrás.

Pesquisadora – E como era a cidade quando o Senhor entrou na pesca (há 40 anos)?

Paulo– A cidade não era tão evoluída e o peixe era levado pra fora, pra Curitiba, Itajaí. O peixe era levado pra fora. Porque não consumia tudo aqui e na época também, o peixe tinha muito mais que hoje.

Sobre a venda do pescado, o presidente da Colônia nos esclareceu que os peixes sempre foram vendidos na praia, dentro das canoas, como ainda acontece. No

¹³ Daí a importância desse sujeito em nossa pesquisa, o “Sr. Antônio” é o pescador de Barra Velha com mais idade, pescou por 70 anos, vivenciou vários períodos da colônia, da pesca e da própria cidade. Fez a gentileza de nos receber em sua casa e nos contar sua história. Também por esse motivo seu depoimento está presente em vários momentos de nosso trabalho.

início da atividade, o consumo era feito pelos moradores do local e região e a população rural que vinha até Barra Velha (até 1970) comprar peixe e vender (ou trocar) seus produtos, como a farinha de mandioca, feijão etc., mas, segundo ele, a partir de um dado momento, começaram a vender para os turistas e para muitas pessoas de cidades próximas, tanto para consumo próprio quanto para revender em suas cidades.

Ele nos relatou que, por inúmeras vezes, políticos da cidade, em promessas de campanha, falaram em instituir uma cooperativa para os pescadores, para que eles tivessem condições de processar, congelar e armazenar os peixes, a fim de ampliar a inserção no mercado consumidor e melhorar sua renda, mas isso nunca saiu das promessas.

O senhor Antônio comentou a venda dos peixes e as trocas de produtos, a exemplo da troca da farinha por peixe, o que não acontece na atualidade, em partes, devido à modernização do mercado alimentício na região.

Pesquisadora – E na época (quando ele começou 74 anos atrás, 1938 aproximadamente) quem comprava o peixe de vocês? Vendia aqui ou ia pra fora?

Antônio – Não era tudo por aqui mesmo, porque era difícil ir pra fora, tinha um e outro que vinha de fora comprar o peixe... Esses que viviam pelo mato e compravam o peixe e levavam penduradinho na mão, enfiado num cipó, compravam e saíam. Alguns vinham de carroça, outros vinham de cavalo, com dois cestão, um de um lado outro do outro, ali eles enchiam aquele cestão, porque tinha muito peixe, só que não tinha uma saída boa né, era muito difícil naquela época e a gente que trabalhava fora não era fácil. E eles trabalhavam, (...) tinham os engenhos de cana, os engenhos de farinha, mas era tudo muito difícil e pra vender tinha que procurar cidades como Joinville, Itajaí... Então eles vinham com carroça com quatro animal e compravam o peixe, ou nós trocava por farinha... essas coisas...

Eles também nos relataram que hoje o mercado consumidor também mudou em relação às classes sociais, que os pobres não compram mais, que antes era diferente, como se percebe nestas falas dos senhores Francisco e Paulo:

Pesquisadora – E na época que o Senhor começou (1943). Como era para vender o pescado?

*Francisco – Ah, eu vendia. Na época que eu comecei vendia mais peixe, porque o consumo maior de peixe é na pobreza e a pobreza hoje não pode mais comer peixe. Porque hoje o peixe fica tudo na mão do **atravessador**. Peixe na praia pra pobre que quer comprar fica tudo difícil [grifo nosso].*

Paulo - Hoje não, você chega com o barco cheio de peixe e o pessoal só olha, é muito difícil comprar. Porque tem mercado e o pessoal é muito comodista, é carne, é frango, e na época não, gado se matava uma vez por semana, alguém matava e vendia a carne.

Pesquisadora - Era só o peixe mesmo?

Paulo – É... Só se tivesse um pintinho em casa.

O fato de muitas pessoas terem deixado de consumir diariamente o peixe em suas refeições, também se deve a introdução de novos alimentos na região, como o frango e seus derivados, ou da carne de gado e porco, por vezes com preços menores que os do pescado. Isso fez com que as camadas mais pobres da população (e não só elas) passassem a dar preferência aos produtos com menores custos. Na região há algumas décadas o peixe é que tinha baixo custo.

Mesmo entre os pescadores, essa mudança na alimentação foi percebida. Os pescadores mais velhos ainda preservam os hábitos alimentares das famílias, dando preferência ao peixe e ao pirão, mas entre os mais novos o pirão deu lugar ao arroz, massas, e o peixe por vezes é substituído por outras fontes de proteína (gado, porco, frango).

Novos hábitos de consumo que chegam ao lugar, reflexos da globalização e ou modernização dos lugares, o que comprova que mesmo mantendo certos elementos de suas identidades, os lugares não estão fechados. Assim como as pessoas que os habitam, os lugares também possuem múltiplas identidades, e o fato de seus ocupantes pertencerem a um mesmo grupo, ou comunidade, não os torna homogêneos em seus hábitos e consumos (MASSEY, 2000).

Nesse mesmo depoimento o Senhor Francisco nos apresenta um importante personagem que surgiu na história da Colônia nos últimos 15/20 anos, o “atravessador”. Pelo que pudemos perceber por meio das entrevistas, esses homens (ou mulheres) nunca foram pescadores, apenas compram os peixes para revender. Não possuem contratos. Alguns pagam por compra, mas a maioria paga por semana.

Quando os pescadores voltam do mar, ou mesmo via celular, antes destes atracarem na praia, eles fazem uma oferta sobre a pesca do dia e se o pescador aceitar, eles ficam com toda a produção. No geral, existe um acordo prévio entre ambas as partes, e o atravessador fornece o óleo diesel ao pescador, descontando depois os valores gastos na produção da semana.

O atravessador utiliza as canoas dos pescadores (Figura 07) para vender o pescado aos turistas e moradores. O que não é vendido pela manhã é repassado às peixarias e restaurantes locais, ou a compradores (eventuais) da região.



Figura 07: Venda de peixes na praia. MACHADO, dezembro/2012.

Com esse repasse do peixe ao atravessador houve um aumento nos preços ao consumidor, que antes comprava direto do pescador, os compradores de fora nem percebem essa mudança, pra eles quem está ali é um pescador, mas para a população local esse fato não passa despercebido devido aos altos preços praticados, especialmente na temporada turística (verão). Devido a isso, muitos, preferem comprar peixes nas peixarias que tem preços menores.

Até o início dos anos 1990, os pescadores é que faziam todo o processo, pescavam e depois ficavam na praia vendendo os peixes, como pode ser percebido nesses fragmentos dos depoimentos de Francisco e Paulo:

Pesquisadora – Inicialmente não tinha o atravessador?

Francisco – Não, cada um vendia o seu produto.

Pesquisadora – O pessoal estava falando que o Senhor não fica mais vendendo ali na praia.

Paulo – É, normalmente eu não fico mais. Chego com o peixe, repasso e vou embora. Tem muito serviço em casa com rede, essas coisas. Então não dá tempo pra ficar ali até meio dia, e às vezes tem que trazer o peixe e guardar ainda. É muito complicado.

Em relação a essas mudanças e as pessoas envolvidas no processo, outro sujeito tem aparecido na cadeia produtiva da pesca artesanal, o “tripulante”, que nada mais é que o pescador que não possui um barco e que pesca com alguém em troca de uma comissão. A necessidade desse tripulante surge com a diminuição da força de trabalho familiar. Isso também ocorre quando as canoas passaram a ser compradas e os

motores, que se tornaram imprescindíveis, se tornaram um item muito caro para os pescadores.

Paulo – Eu já pesquei muito sozinho, mas geralmente é em dois.

Pesquisadora - Mas e como é? O barco é dos dois.

*Paulo – Não, o barco é meu e aí a gente pega um **tripulante**, digamos.*

Pesquisadora – Daí paga uma porcentagem ou salário?

Paulo – É, paga uma porcentagem.

O atravessador tem um papel contraditório nessa relação, embora ele diminua o lucro do pescador e aumente o valor do peixe ao comprador, ele proporciona um tempo livre maior para o pescador. Antes eles pescavam a noite, vendiam o peixe pela manhã, preparavam as redes e a embarcação à tarde, para pescar novamente à noite, e com isso tinham pouco tempo de descanso. Com o atravessador, passaram a ter mais tempo livre, porém diminuíram seus ganhos na venda do peixe, já que eram eles, anteriormente, que determinavam o valor de seu produto. Hoje se submetem aos valores do atravessador.

Outra questão, diz respeito à garantia de venda total da pesca, uma vez que os atravessadores compram o lote todo de pescado, enquanto anteriormente, os pescadores tinham que levar para casa os peixes que sobravam para guardar, se tivesse onde, ou, dar aos vizinhos, até mesmo jogar fora o excedente.

Os tripulantes têm os mesmos direitos que os outros pescadores, e se cadastram na colônia para receber o salário defeso e aposentadorias, não tem vínculo empregatício com os donos das canoas, não recebem salários e sim uma comissão/ou parte da produção, os acordos são verbais, não existem contratos de trabalho.

Estes novos sujeitos da pesca artesanal, representam mudanças estruturais nessa atividade, que por muito tempo era baseada em relações familiares e de compadrio, e se hoje existem, é porque em algum momento houve uma carência de mão de obra na colônia.

Entre os fatores que contribuíram para isso estão o crescimento urbano na região, a partir de 1970 e ao surgimento de novas opções para os jovens, como as escolas, colégios técnicos, as universidades, bem como as novas vagas para o trabalho no comércio, indústria e turismo. As novas opções de vida fizeram com que muitos filhos (as) de pescadores seguissem por novos rumos, deixando de trabalhar na pesca

com seus pais. Quebraram o ciclo da produção familiar na pesca artesanal que até então era fundamental para sua reprodução. Daí a necessidade da substituição da mão de obra familiar pela dos tripulantes.

3.1 O enfraquecimento dos laços familiares e as mudanças na pesca artesanal

Como foi possível verificar, muitas transformações ocorreram na pesca artesanal em Barra Velha, tanto na estrutura, em seus instrumentos de pesca e tecnologias empregadas, quanto nas relações sociais dentro do grupo. O trabalho que outrora era estritamente familiar, hoje apresenta novas configurações e novos sujeitos, mas sua principal característica do trabalho artesanal, necessariamente dependente do “saber-fazer”, dos conhecimentos adquiridos e acumulados por gerações de pescadores, ainda permanece. Essa herança cultural é transmitida em sua prática, “na lida” cotidiana desses trabalhadores, os mais experientes ensinando aos mais novos.

Dentre os saberes do pescador estão os conhecimentos práticos relacionados ao mar, como o movimento das marés, ondas, correntes oceânicas, o relevo submarino (da plataforma continental na região que costumam pescar), bem como, os relacionados aos ventos, nuvens, e ao comportamento dos cardumes. Porém, a sabedoria adquirida ao longo de uma existência não é inerente ao saber-fazer, como esclarece Diegues:

O conhecer do velho pescador se traduz pela sabedoria, algo distinto do saber-fazer. A sabedoria não diz respeito ao manuseio de um apetrecho de pesca, mas onde e quando utilizá-lo. A sabedoria, o pescador a adquire não somente pela experiência, mas indo pescar e ouvindo os mais velhos. No entanto, para uma boa pescaria não é suficiente o conhecer. É preciso ter sorte. (...) a sorte tem um peso ainda maior quando o pequeno pescador trabalha com armadilhas fixas, mas mesmo aí o conhecer do pescador é fator de sucesso. “É preciso ter ciência para assentar bem um cerco”. Isso traduz a necessidade do conhecimento do perfil de fundo, da direção das marés, tec. O conhecer é contrabalanceado pela sorte, porque muitas vezes, dentre dois cercos assentados próximos, um pode amanhecer cheio de tainhas, enquanto o outro está vazio (1983, p. 195).

Para este autor, o bom pescador ou o bom profissional da pesca artesanal precisa ter essas qualidades, o conhecimento empírico dos ambientes marinhos, o saber-fazer e mais a sorte, sem que o domínio dos outros dois quesitos aumente o terceiro.

Esses elementos, especialmente “a sorte” diferenciam um pescador artesanal do pescador industrial, uma vez que esse não conta com a sorte ou pelo menos não é tão dependente dela, uma vez que o conhecimento do ambiente e das espécies é substituído pela tecnologia, pelos radares e sonares, que encontram os cardumes. A sorte também se traduz nas dificuldades enfrentadas nessa profissão, os riscos por passarem tanto tempo no mar, a imprevisibilidade da natureza e dos cardumes. Tais elementos também revelam que o tempo para esses homens não é sentido da mesma forma que um operário em uma fábrica, por exemplo, pois:

O tempo é um movimento de múltiplas faces, características e ritmos, que, inserido à vida humana, implica durações, rupturas, convenções, representações coletivas, simultaneidades, continuidades, descontinuidades e sensações (a demora, a lentidão, a rapidez). É um processo em eterno curso e em permanente devir. (DELGADO, 2006, P. 33)

Esses homens têm seu tempo e ritmo dependentes da natureza e dos ciclos de reprodução e migração das espécies, o que na atual conjuntura da profissão parece contraditório, porém mesmo estando inseridos

na “teia temporal capitalista, não é pois, nessa medida que os pescadores encerram seu tempo. Se a sociedade que os envolve tende a subsumi-los ao seu jugo do tempo do relógio como forma predominante, viu-se que no seu ciclo da pesca, o tempo natural ainda flui” (CUNHA, 2000, p.105).

Assim como na natureza, o ciclo de produção do pescador artesanal, não é previsível ou controlado apenas pelo seu trabalho, outras variantes interferem no seu ritmo e nos resultados. Para Diegues, “a mobilidade dos recursos pesqueiros no ecossistema marinho marcado pela complexidade dos fenômenos naturais é, em grande parte, responsável pela imprevisibilidade de captura com reflexos imediatos na própria organização da produção e do mercado” (DIEGUES, 1983, p. 6).

Essa imprevisibilidade também afasta os mais jovens da pesca, porque a incerteza sobre os resultados tornam a atividade menos atrativa, sendo que se um pescador “pega uma maré de azar”, como eles dizem, e pesca pouco (ou nada) durante alguns dias no mês, isso afeta drasticamente a sua renda, e pode resultar em dívidas. Diferente de outros profissionais assalariados, o pescador não tem essa segurança financeira, se ele não produzir não recebe.

O presidente da Colônia nos informou que esse é o motivo de muitos pais incentivarem seus filhos a procurar outros trabalhos, essa incerteza, segundo ele, também faz com que poucos membros da colônia se “arrisquem” em financiamentos do Governo, como o PRONAF¹⁴.

Desde 1995 (governo de FHC) os pescadores artesanais podem contar com políticas públicas de financiamento, para comprar barcos, motores, apetrechos, equipamentos para a conservação e transporte do pescado, etc. Essa linha de crédito especial possibilita o financiamento desses elementos indispensáveis à pesca artesanal, mas a incerteza da capacidade de quitar as dívidas afasta os pescadores de tais políticas.

Segundo dados da secretaria da Colônia Z4, os seus pescadores pertencem a um grupo do Pronaf, que consegue prazo de um ano para começar a pagar pelos financiamentos. Os pescadores acham que é pouco tempo, pois precisam se organizar nesse período de carência e guardar dinheiro, o que nem todos conseguem fazer ao longo desse período ficando assim endividados e, por esse motivo, a maioria nem tenta os financiamentos, especialmente os pescadores que trabalham como tripulantes, pois recebem menos que o dono da embarcação. Na Colônia, quem recorre a esses financiamentos, geralmente são os pescadores mais estruturados, que já possuem pelo menos uma canoa.

Como já mencionamos anteriormente, quando parte dos “saberes” do grupo se perde, e tem seus instrumentos de trabalho artesanais trocados por produtos industriais, como o exemplo das redes, dos motores a diesel, das canoas que hoje são compradas, ao invés de serem feitas por alguém da comunidade como antes, faz com que a atividade seja cada vez mais dependente dos produtos e valores do mercado capitalista.

Na Colônia Z4 ainda existem muitos barcos artesanais feitos de um tronco só (Figura 08), barcos construídos há décadas e que resistem ao tempo devido à qualidade das madeiras que eram feitos e a sua boa conservação.

¹⁴ Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar) é uma política pública voltada aos agricultores familiares, pescadores artesanais e aquicultores bem como suas organizações. Tem como objetivo geral “*propiciar condições para o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda, contribuindo para melhoria de vida e a ampliação do exercício de cidadania por parte dos agricultores familiares*”, (Pronaf,1996). Foi através da luta organizada dos pescadores e pescadoras artesanais, que se tornou possível estender esse benefício a essa categoria. A partir de 1997, portanto, o Pronaf atende aos pequenos aquicultores e pescadores profissionais que se dediquem à Pesca Artesanal com fins comerciais, explorando a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou regime de parceria com outros pescadores artesanais (COSTA, 2003, p.03).

Hoje os novos barcos são todos comprados e tem preços altos para os que começam na pesca. O senhor Antônio, esclareceu que no “seu tempo” era muito mais fácil de conseguir uma canoa, muitos pescadores sabiam fazê-las. Atualmente eles compram fora do município.

Antônio – É, o barquinho era nosso mesmo. Tinha uns homens que faziam esses barquinhos, eram feitos até de palmito. Pegavam um pau e faziam, agora é tudo feito de madeira já cerrada, aqui já não é feito mais, vem tudo aí das cidades. Já ficou mais caro.



Figura 08: Canoas de um tronco só. MACHADO, 12/2012.

Esse aumento na dependência dos mercados externos, de certa forma, faz com que aumentem também as diferenças (econômicas) entre os membros da Colônia. Especialmente no caso dos mais novos e dos tripulantes, estes tem menores chances de se estruturar na pesca, demoram mais para conseguir comprar um barco, por exemplo, quando conseguem. O grupo já apresenta certas disparidades econômicas, alguns pescadores mais antigos possuem dois, três, quatro barcos, enquanto outros só possuem sua força de trabalho que, de certa forma, é explorada pelos que possuem mais barcos.

Para Diegues (1983, p.207) mesmo com essas mudanças na estrutura da pesca artesanal, ela ainda não se caracteriza como produção industrial capitalista, “trata-se de um sistema de parcerias” onde o “camarada” ou tripulante “não estão totalmente despojados dos meios de produção e tem um controle variável do processo de trabalho”. Entendemos aqui como processo de trabalho, todo o saber-fazer, mais o conhecimento adquirido historicamente e repassado aos sujeitos através da transmissão oral.

Esses e outros motivos como à falta de investimentos e políticas públicas mais acessíveis aos iniciantes, a escassez de peixes, as disputas com a pesca industrial, a falta de uma renda fixa e as possibilidades de estudar ou trabalhar em outras áreas, acabaram afastando muitos dos filhos dos pescadores da pesca artesanal, comprometendo a sucessão dessa atividade. Também percebemos que, por vezes, os próprios pais incentivam os filhos a procurarem outras atividades e não a pesca, como podemos ver nesses depoimentos dos senhores Paulo, Francisco e Antônio:

Pesquisadora – E o Senhor tem filhos mais velhos? (na casa tinha um bebê).

Paulo – Tenho três filhos mais velhos com a minha ex-mulher.

Pesquisadora – E algum deles seguiu a pesca?

Paulo – Não, nenhum deles.

Pesquisadora – Mas o Senhor chamou algum deles para pescar e não quiseram como foi?

Paulo – Até teve um que andou trabalhando comigo há algum tempo atrás, mas eu tô meio que tirando ele porque a coisa tá ruim. Ele agora tá trabalhando na praia, mas no corpo de bombeiros. Tem um que trabalha em São Paulo e outro que mora aqui na Barra Velha e trabalha na Havan (loja de departamentos).

Pesquisadora – E tem gente nova começando a pescar?

Paulo – Não, ninguém quer mais. A mão de obra nossa tá muito pouca, já não tem quase ninguém. Tem muita embarcação e pouca mão de obra, tá acabando né. A artesanal tá fraca.

Pesquisadora – Qual é o mais novo que está na ativa? Que idade?

Paulo – O mais novo acho que tem uns 30 anos, por aí. A piaçada não quer mais nada. Tem esse meu que tem 30 anos, mas também não tá muito chegado não. Se ele arranjar outra coisa ele vai pegar outra coisa porque não tem mais futuro né. Antigamente já não tinha, hoje então.

Pesquisadora - E dos seus filhos alguém seguiu o caminho da pesca?

Francisco – Agora não.

Pesquisadora – Mas chegaram a pescar algum tempo?

Francisco – Ah, chegaram né, mas aí desistiram né. Agora tem um que mora em Curitiba e outros que trabalham aqui no mercado São João, no frigorífico.

Pesquisadora – Mas por que eles desistiram da pesca? O que o Senhor acha?

Francisco – É que a pesca é um ramo que não tem garantia né. Hoje ainda tá mais fácil, mas era difícil a pesca...

Pesquisadora – E dos seus filhos. Teve alguém que seguiu na pesca?

Antônio – Dos meus filhos até que é interessante, até a Senhora falou numa coisa muito boa, meus filhos, meus filhos, eu tenho 10 filhos. Tenho quatro filhas mulher e tenho seis filhos homem e não tenho nenhum que pesque, só tenho um filho que tarrafeia. Tarrafeia¹⁵ ali na lagoa, brinca por aí, mas a outra pescaria não (profissional).

Pesquisadora – E o Senhor Sabe por que seus filhos não seguiram a profissão?

Antônio – Não seguiram a profissão porque eu não quis. Eu achei que pra mim era muito difícil, muito sacrificosa, uma pesca muito sacrificosa, porque naquele tempo era remo, depois sim que apareceu os motores, uma coisa e outra, mas esses motor sabe como é né? Não era todos que podiam comprar...

No final da entrevista com o Senhor Antônio um de seus filhos chegou para visitá-lo e afirmou o que o pai nos contou, que ele sempre incentivou os seus filhos a estudar, queria um futuro melhor para eles. Em suas palavras nos disse: *“A pesca é muito sofrida! Paga muito pouquinho, é uma vida muito dura”!*

Em certos momentos se tem a impressão de que a pesca artesanal está fadada ao fim, que tem seus dias contados, assim como aconteceu com outras atividades artesanais, porém, no decorrer das entrevistas e conversas com os pescadores, percebemos que ela continua se renovando, se reinventando.

É sabido que muitos pescadores não desejam que os filhos sigam seus passos na profissão e que os filhos preferem outras atividades, porém, percebe-se que em casos onde os pais tiveram êxito com a pesca, que conseguiram acumular bens e equipamentos pesqueiros, como barcos e motores, os filhos tendem a seguir na profissão para cuidar dos “negócios” da família. Outros jovens que tiveram contato com a pesca e seu cotidiano, não conseguem se adaptar ao ritmo das empresas, e nem ao fato de trabalhar em um local fechado o dia todo. *“O pescador acostumado com a liberdade, quando ele vai pra empresa, cumprir horário, em lugar fechado... ele não aguenta, volta pra pesca”... (José M. Viana)*

Portanto, não existem regras ou padrões preconcebidos, ou predeterminados que possam afirmar que a profissão está acabando, pois sempre existem as resistências, as exceções às regras. Nesse caso, as minorias devem ser consideradas.

¹⁵ Utiliza a técnica de pesca com Tarrafa, uma rede de pequeno porte em forma de círculo com pesos (chumbos) presos em toda a sua volta, o pescador lança a tarrafa no ar para que ela caia aberta na água, depois puxa a rede ao seu encontro com uma corda presa a ela, capturando os peixes que estiverem no local do arremesso e que se prenderem na tarrafa.

Mesmo diante de todas as dificuldades e problemas ligados à profissão, quando perguntamos se eles gostam do que fazem, eles disseram que sim, como pode ser percebido nos depoimentos, a maioria não pensa em desistir da atividade e, se por acaso tentaram alguma vez, acabaram voltando para a pesca:

Pesquisadora – O Senhor pode dizer que gosta de pescar?

*Paulo – **Eu gosto da arte.** Gosto de pescar.*

*Paulo – É... Meu avô foi um dos que ajudou na pesca da baleia, ele era natural de Joinville, mas se dedicou muito a pesca aqui. Inclusive morreu de tanto pescar, morreu novo, ficou muito debilitado, muito fraco, não se alimentava direito e essas coisas que acontece... Antigamente era assim. Eu tenho um pouco do sangue dele... **Ele gostava muito de mar e acho que a gente puxa um pouco pra família.***

Pesquisadora – Quando o Senhor estava na pesca o que mais gostava de fazer?

*Antônio – Era a pesca de tarrafa, **a pesca da tainha, era a melhor coisa pra mim.** Não se ganha muito, mas tem que se gastar como se ganha. E assim vai a vida.*

Pesquisadora – Chegou a pensar em desistir da pesca alguma vez?

*Francisco – **DESISTIR, desistir não,** porque também não sabia fazer outra coisa.*

Pesquisadora – Gostava da pesca?

*Francisco – Gostava, todo o ramo que a Senhora trabalha tem que gostar daquilo, **porque se não gostar não adianta, não vai...***

O senhor Antônio chegou a trabalhar como operário, mas não conseguiu se adaptar e voltou a pescar:

Pesquisadora – Quando o Senhor era pescador chegou a pensar em desistir?

Antônio – Em desistir? Eu uma vez fui trabalhar lá em Joinville, viver lá em Joinville, mas não me acostumei. Veja como são as coisas. Só por causa da pesca. Não me acostumei, aí eu voltei, voltei novamente e aqui fiquei.

Pesquisadora – O Senhor fez o que em Joinville?

*Antônio – Eu trabalhei na Cônsul (fabrica de eletrodomésticos)... **Mas pra mim a pesca era melhor.** E isso foi de um largo tempo pra cá, não foi no começo não, foi de um largo tempo. Então eu vim morar ali, comprei um terreninho ali perto da praia, vendi esse terreninho fui pra lá, voltei, depois fui morar aqui onde estou.*

A permanência desses homens e dos jovens na pesca vai além das questões financeiras ou de falta de opção de trabalho, ela está ligada a identidade que o pescador

possui com o mar, com a natureza. É a ligação deles com o espaço vivido, com o território. Entre os pescadores aposentados o sentimento que aflora e que nos relatam ao lembrarem-se da época em que pescavam, é a “saudade de ir para o mar, da liberdade”. São valores que foram concebidos pela profissão e demonstram a presença da tradição e dos aspectos culturais por eles preservados ao longo do tempo.

Sobre as mudanças pertinentes a rotina deles na pesca, além das que já foram destacadas, também ocorreram algumas em relação às novas tecnologias ou instrumentos modernos aos quais eles se adaptaram e que, segundo eles, facilitaram a atividade, como o uso de GPS e da internet na previsão do tempo. Hoje muitos pescadores possuem o GPS, equipamento que os auxilia a marcar os pontos onde estão instaladas as redes (redes de espera) e que eles utilizam para se localizar; Sobre esse aspecto, o senhor Francisco nos narrou:

Francisco - Ah sim... Os motores hoje estão bem melhores, é como uma firma, já melhorou em tudo. A pesca também, hoje já tem aparelho pra ir e voltar já não se incomoda mais, pode chover, pode fazer cerração que vai certinho na rede e volta.

Francisco - Ah, é que de primeiro a gente não tinha nem uma capa para evitar chuva, não tinha aparelho nenhum e o pescador hoje, todos vai pro mar com aparelho, o GPS, então ele vai certinho na rede e volta certinho na praia, naquele tempo não... Tinha dia que a gente ia bater na barra sul, outro dia na Barra, outros em Itajuba (praia próxima), não tinha rumo. E tinha anos com cerração e quando cerrava aí... errava tudo, porque não sabia por onde andava.

Pesquisadora – E como faziam antigamente?

Paulo – Antigamente era só no olho, a lua mandava também, a lua, a maré, geralmente quando a lua tá grande, crescida, é difícil de dar alguma coisa muito ruim. Quando a lua é minguante como agora, a noite fica escura a noite inteira aí a probabilidade de dar alguma coisa é maior. Mas hoje a gente não arrisca mais, o tempo tá muito esquisito dá umas tempestades de repente, tá tudo muito desmatado, as tempestades pegam muita força e não dá tempo de nada.

No depoimento do senhor Paulo, outro elemento natural que segundo ele sofreu alterações, foi o tempo, que era mais previsível, mesmo sem os recursos tecnológicos de hoje. Recursos que pelo discurso, não são muito “confiáveis”, os mais antigos ainda preferem observar a natureza ao invés de acreditar apenas na previsão.

3.2 Cultura e religião

Muitos dos traços e elementos culturais que são percebidos no povo e no município de Barra Velha contemporaneamente têm suas origens atreladas a da colônia de pescadores, ou seja, aos colonizadores açorianos. A religião Católica, as festas e a arquitetura que ainda se faz presente em algumas construções, o sotaque, o folclore, as comidas, os comportamentos, etc.

Sobre as festas locais sabe-se que elas foram trazidas de Portugal e dos Açores e que existem registros das primeiras festas realizadas pela colônia, pelas famílias que vieram com o Senhor Joaquim Alves da Silva (FAGUNDES, 2008). Conforme o depoimento do senhor Francisco, a festa do Divino Espírito Santo foi trazida por seu tataravô. E de sua família ele foi o único a seguir a tradição. Outras festas e rituais do município também tem essa origem, como o Boi de Mamão e o Terno de Reis. Hoje essas festas e tradições já não pertencem exclusivamente aos pescadores, elas fazem parte das tradições locais, foram além de suas origens.

A festa do Divino Espírito Santo é realizada pela Igreja Católica e por seus fiéis, que a organizam. Desde o início desta festa é eleito um casal que deverá organizar a festa e eles são chamados de Imperadores, esses imperadores fazem procissões (Figura 09) durante a semana da festa, levam as bandeiras do divino até as residências dos “festeiros” mais antigos, convidando-os para a festa.

Ela acontece 50 dias após a páscoa, e teve sua origem em Portugal durante o reinado de Dom Dinis e da Rainha Isabel de Aragão no século XIII. É uma festa religiosa, mas em suas origens era feita para homenagear o império. No final da festa, o casal de “imperadores” é coroado e deve dar comida aos “pobres” (na origem a rainha jogava pães aos pobres), que na verdade são os convidados ou os participantes da festa (LEO MUNHOZ, JORNAL A NOTÍCIA – Joinville, 26/05/2012).

O senhor Francisco nos contou como era a organização da festa no tempo em que participava:

Pesquisadora – E como era? Como organizavam? A Colônia participava?

Francisco – Não tinha envolvimento nenhum com a colônia (quando eles se referem à colônia, só fazem referência à associação). A festa era assim, no dia da festa era sorteada uma pessoa que organizava. Era uma festa, como se diz? Popular né. Popular, mas pra quem organizava a festa saia muito caro né.



Figura 09: Procissão do Divino às casas.

Fonte: <http://julianobernardes.blogspot.com.br/>, acessado em 21/06/2012.

Pesquisadora – Por quê? Ele tinha que pagar?

Francisco – É, os convidados dele era tudo por conta dele. Vamos dizer assim, no domingo, na missa, era sorteado um homem e uma mulher e aquele casal que caía tinha que fazer a festa na segunda-feira. E na segunda-feira ele dava almoço pra quantas pessoas ele quisesse, e a bebida né. Ali em cima, no salão. E o baile era por conta do festeiro e da festeira, era tudo de graça. E daí esse casal ia fazer no ano seguinte.

Pesquisadora – Então esse casal acabava fazendo duas festas. Dois anos seguidos.

Francisco – Dois anos seguidos. Na minha época eu acabei organizando a festa com uma mulher, a esposa de um cara daqui de São Francisco, ele era da fazenda em Florianópolis e ela era professora. Ele era da fazenda em São Francisco, mas ainda moram em Florianópolis. Nós demos almoço pra 550 pessoas convidadas. Era o almoço e a bebida. Mas o pessoal de baixo, que não eram convidados da festa, participavam do mesmo jeito, iam entrando e comendo. Depois, não sei quem foi, cortaram o baile e a bebida no salão, aí a festa começou a cair. Hoje, pra não acabar a festa eles estão fazendo em família. As famílias é que organizam.

Outra representação da cultura açoriana e que ainda permanece é o “Terno de reis”, que representam os três reis magos em procissão, anunciando a chegada do menino Jesus. Todos os anos os homens dos grupos de terno de reis da cidade (Figura 10) saem nas casas cantando e tocando músicas de natal, eles são recebidos com comidas e bebidas. Esse evento acontece até o dia 06 de janeiro e atualmente é organizado por populares e alguns membros da Colônia também participam.

A prefeitura de Barra Velha tem promovido um encontro regional de grupos de Terno de Reis. Em janeiro de 2013 aconteceu o segundo evento, realizado na Praça Lauro Loyola, no centro da cidade.



Figura 10: Grupo de Terno de Reis visitando as casas.
 Fonte: aquarelafm.com.br, Consultado em 10/01/2013.

Outras imagens representam a religiosidade presente no município, como a Nossa Senhora dos Navegantes (originária de Portugal, protetora dos pescadores e dos navegadores), a Iemanjá (de origem Africana, popularmente conhecida como “Rainha do mar”) e Janaina (de origem africana, popularmente conhecida como a sereia do mar e na Umbanda é uma cabocla das águas, comumente tem sua imagem associada à Iemanjá e por vezes é considerada filha de Iemanjá).

Em Barra Velha, assim como em tantos outros lugares no Brasil, existe um sincretismo entre as duas entidades, Nossa Senhora dos Navegantes é homenageada pelos fiéis católicos e Iemanjá pelos membros do Candomblé e Umbanda, a “união” foi uma forma encontrada pelos escravos de cultuar seus Orixás driblando a imposição do cristianismo pela igreja Católica. O sincretismo se mostrou tão importante para Barra Velha que até hoje a festa é realizada conjuntamente. Iemanjá também é homenageada no réveillon do município, no dia 31 de dezembro.

Em nossas entrevistas, perguntamos se havia alguma devoção a Nossa Senhora dos Navegantes ou a Iemanjá, pois do lado da colônia dos pescadores, existe uma estátua (Figura 11) de Iemanjá¹⁶. Alguns entrevistados foram incisivos em nos responder que não acreditam em nenhuma das duas, mas existem pescadores da Colônia que acreditam em uma delas ou nas duas e participam da procissão que acontece no dia 02 de fevereiro.

¹⁶ Essa estátua foi doada ao município pelo artista plástico José Cristóvão Batista em 1993 (FAGUNDES, 2008, p. 60).

Na procissão (Figura 12) feita no mar, os pescadores da Praia do Grant vêm até a Praia Central de Barra Velha trazendo a imagem da Nossa Senhora dos Navegantes em um barco, depois disso, os barcos/canoas seguem de volta a Praia do Grant, onde é realizada uma missa e depois uma festa na praia.



Figura 11: Estátua de Iemanjá. MACHADO, 03/2011.



Figura 12: Procissão de Nossa Senhora dos Navegantes.

Fonte: Lizandro Lima, Radar Sul - Portal Turístico e Cultural do estado de Santa Catarina. Consultado em 10/01/2013.

Através destas expressões religiosas, podemos perceber a ligação da população local com a Igreja Católica, trazida pelos colonizadores da região e em menor expressão ao Candomblé, religião de origem africana, que supostamente tenha sua origem com o período da escravidão na região.

É preciso também destacar que a religiosidade dos pescadores vai além dos ritos e crenças das religiões “oficiais” como a Católica, o Candomblé, Protestantismo etc. Ela está ligada a relação dos homens com o mar, um misto de medo, admiração e respeito.

Podemos perceber por meio de simples rituais cotidianos que cada um manifesta de maneira particular, em forma de uma oração, de um benzimento com a água do mar, um beijo em um crucifixo ou patuá pendurado no pescoço, enfim, essas práticas nos foram reveladas em depoimentos, conversas e em observações. Se referem tanto ao pedido de proteção ou permissão para entrar nas águas do mar, quanto em agradecimentos pela boa pescaria do dia, pela vida que foi salva durante algum incidente no trabalho.

Dentre as festas e manifestações populares presentes em Barra Velha, cuja origem também é açoriana e que tem se mantido viva até a atualidade, está o “Boi de Mamão” (Figura 13).

Trata-se de uma brincadeira ou “farra”, onde uma pessoa usa a fantasia de boi que na sua origem tinha a cabeça feita de mamão, daí o nome. Ele tenta assustar todos a sua volta, seja em bailes ou em outras festas, o “boi” aparece juntamente com alguns músicos que cantam as histórias do boi e com outros personagens, como a onça, o vovô, cavalinho, etc. (BERNARDES, 2010).



Figura 13: Boi de mamão. Fonte: BERNARDES, 2010.

Outra festa que acontece no município, e que tem relação direta a história do lugar e a miscigenação das culturas açorianas e indígenas, presentes também na Colônia Z4, é a Festa Nacional do Pirão, organizada pela prefeitura há 15 anos. É uma festa

grande que dura uma semana e que é realizada em homenagem à comida típica do município que é o pirão com peixe, essa comida representa a fusão dessas culturas, o pirão feito com a farinha de mandioca de origem indígena e o caldo de peixe feito nos moldes da culinária açoriana.

Essa festa, indiretamente está relacionada aos pescadores, já que fazem parte da disseminação desta tradição pela cidade, como podemos ver nos depoimentos dos senhores Antônio e Francisco que até hoje tem como base na sua alimentação o peixe, o pirão e a farinha:

Pesquisadora – E sobre a alimentação de vocês. O Senhor lembra como era?

Antônio – A alimentação. A minha alimentação era peixe... Eu não tenho vergonha de contar, a minha alimentação é o peixe e também a farinha da mandioca. Eu fazia o pirãozinho, um peixe, o caldo do peixe (...) porque eu gosto demais do peixe. A minha comida era essa. Peixe, um pirãozinho.

Francisco – É o peixe. Aqui em casa mesmo, pra nós aqui só não entrava peixe aos domingos.

Pesquisadora – E domingo tinha o que?

Francisco – Ah, no domingo inventava outra coisa. Mas ainda hoje pra mim é o peixe (o prato principal).

Pesquisadora – E o pirão?

Francisco – Ah, o pirão também.

Pesquisadora – E tinha algum prato que a família de vocês fazia e que tá repetindo até hoje?

Francisco – Acho que não... O pirão. Porque pra mim o tal de arroz e o pão eu não como. Pra mim comer arroz tem que ter uma farinhazinha.

Diante dos depoimentos e informações sobre os pescadores e o município de Barra Velha, podemos ver quão difundida e entrelaçada estão a cultura e as tradições deste grupo com as da cidade, pois eles fazem parte da construção deste espaço, mesmo que em alguns momentos não sejam percebidos desta forma, suas tradições permeiam a vida da população. Para Santos:

Os de “baixo” não dispõem de meios (materiais e outros) para participar plenamente da cultura moderna de massas. Mas sua cultura, por ser baseada no território, no trabalho e no cotidiano, ganha a força necessária para deformar, ali mesmo, o impacto da cultura de massas. Gente junta cria cultura e, paralelamente, cria uma economia territorializada, uma cultura territorializa, um discurso territorializado, uma política territorializada (SANTOS, 2002, p.145).

A cultura dessa comunidade pautada no território e no trabalho é a sua força contra a massificação da modernidade, ela representa a resistência de suas tradições e de seu lugar.

Os processos de urbanização e expansão da cidade de Barra Velha os conduziram a mudar os espaços de moradia da colônia, mas não conseguiram afastá-los, pelos menos não totalmente, da sua prática de pesca. No capítulo que segue, veremos como a produção da cidade e do turismo transformou a colônia Z4 e mudou a vida dos pescadores tradicionais.

4. URBANIZAÇÃO, TURISMO E AS MUDANÇAS NA COLÔNIA Z4

O processo de urbanização das cidades, especialmente as litorâneas, apresenta algumas transformações contraditórias, quando os lugares conectados as dinâmicas capitalistas deixam de servir às necessidades da população local e passam a servir uma população flutuante, que vive esse lugar (nesse caso Barra Velha) nos finais de semana, ou, um mês no ano.

Enfim, quem teria a necessidade de residir próximo ao mar, pois trabalham e tem suas histórias atreladas a aquele lugar, nesse complexo movimento dos capitais imobiliários, é expulso pela supervalorização dos imóveis que servem ao turismo.

Este seria um dos lados negativos do turismo que, muitas vezes, tem resultado em uma urbanização perversa (FONTELES, 2004 e PORTUGUEZ, 2010). Um dos motivos é que as imobiliárias/construtoras nesses casos não vendem apenas imóveis, nesse “pacote,” está a praia, a paisagem.

Esse interesse do turista pela praia faz parte do ideário da sociedade moderna.

Fonteles (2004) esclarece que o surgimento do Turismo e do interesse dos homens urbanos pelo mar, nem sempre foi o mesmo. Na Europa, até o século XVIII, as pessoas tinham uma visão negativa do mar, sentiam medo, pois em seu imaginário associavam-no a eventos ruins, que em parte eram difundidos pela Igreja, como o dilúvio, ou, a desastres, naufrágios, invasões, peste negra, eram “imagens repulsivas que os afastavam do mar”, essa visão começou a mudar quando:

a partir da segunda metade do século XVIII, o sistema de representações imposto pela teologia começou a desmoronar. O mundo voltou-se para outras formas de admiração da natureza, distanciando-se do “providencialismo”. A beira mar passou a ser apreciada esteticamente e moralmente. O europeu de classe alta passou a valorizar a emoção do banho. Esperava que o mar acalmasse suas ansiedades, corrigisse os efeitos perversos da civilização urbana, prática muito comum ainda nos dias de hoje. (...) A vida urbana, cada dia mais tensa e insegura, criou o desejo pela procura de ambientes naturais (FONTELES, 2004, p. 29).

Essa mudança no pensamento ocidental acabou atraindo os interesses das elites e da classe média com poder aquisitivo maior, as paisagens litorâneas, primeiro na Europa e depois no mundo. O turismo transforma lugares em mercadoria, e para

satisfazer esse mercado, por vezes exigente, os agentes locais acabam moldando ou sistematizando os lugares para que esses tenham as condições esperadas para atrair os seus consumidores.

Nem sempre essa estrutura pensada e construída para o turismo leva em consideração as necessidades da população local/nativa (FONTELES, 2004). Especialmente quando os agentes do poder público local estão envolvidos diretamente nesse mercado, aí sim, percebemos um descaso maior com as necessidades básicas da população local, como no caso de Barra Velha, o qual apresentamos a seguir.

4.1 A valorização imobiliária em Barra Velha e a Colônia de Pescadores

Em Barra Velha-SC, mesmo a estrutura feita para receber o turista geralmente é precária, pois nem os recursos mais valiosos e “atrativos”, que são o mar, as praias, a lagoa, são preservados.

A maioria dos turistas que vem ao município Barra Velha, não sabe, por exemplo, que não existe coleta e tratamento de esgotos e que todo o material é despejado *in natura* no mar; Também não sabem quão poluídas são a Praia Central e a Lagoa, onde seus filhos se banham, pondo em risco sua saúde e de sua família.

Esta prática, de certa forma, tem a ver com as características do turismo em seu aspecto mercador, que além de muitas vezes, desconsiderar a qualidade dos serviços oferecidos ao turismo, tampouco se preocupa com os nativos.

Para Fonteles (2004) o instrumental do mercado turístico (vendas, marketing...):

nem sempre leva em conta as populações nativas como cidadãos, mas como objetos que têm o papel principal de satisfazer as necessidades dos visitantes. Assim, aos poucos elas vão se desfazendo do seu principal meio de produção – a terra – vendendo-a para especuladores ou para agentes interessados em investir em pousadas, restaurantes e similares. Tais agentes, mais tarde, serão seus concorrentes na disputa pelo controle dos espaços – territoriais e sociais. Os moradores nativos sem condições econômicas para iniciar o seu próprio empreendimento ficam impossibilitados de se organizar em termos de emprego e renda para sua família e para a sua comunidade. O que lhes resta é alienar-se em função da nova realidade, perdendo, em muitos casos, a própria identidade (2004, p. 95-96).

Neste aspecto, consideramos um dos “impactos” negativos do turismo em Barra Velha, e da forma como ele se desenvolveu no município, a ação dos agentes locais na desapropriação e “compra” de imóveis nas áreas centrais, que de acordo com alguns sujeitos de nossa pesquisa, tais agentes, mesmo “dentro da lei”, em muitos casos agiram de “má fé”.

Um exemplo foi à mudança do Porto das Canoas, justificada pelo poder público como medida de segurança.

Segundo nosso entrevistado, o Senhor Antônio, a prefeitura, em nenhum momento mencionou a construção de um hotel no local. A justificativa pautou-se na redução dos conflitos, para evitar problemas aos frequentadores da praia com relação às crianças, que poderiam se ferir com as canoas:

*Antônio – (...) Lá era um pouco mais longe, ali no Bella Vista (Candeias), ali era nosso porto, (...) Ali era um porto muito bom, muito calmo naquele tempo era melhor de sair, de chegar, aquela coisa toda. Esse aqui não, era bom por um lado, mas não por outro... Então de lá a gente saiu e veio pra cá. Foi o Prefeito, esqueci o nome... ele tirou nós de lá e botou pra cá. **Por causa das canoas, porque a canoa quando vinha do mar às vezes tinha muita gente, muita criança na frente e era fácil de machucar.***

Sobre esse evento (ver Figura 14), os entrevistados identificaram fatores positivos na mudança, pois o novo local é protegido das correntes, o que facilitou a saída das canoas para o mar, e, como os pescadores já não residiam próximo ao porto antigo, acabou não alterando, aparentemente, o cotidiano do grupo.

Porém, a nova área é próxima de um costão rochoso e alguns acidentes (e incidentes) já aconteceram no local, inclusive a morte de um rapaz, pescador iniciante, que acabou caindo da canoa e batendo com a cabeça nas pedras.

Com o tempo os pescadores foram perdendo seu território, e, suas famílias foram saindo da orla da praia, mudando-se para bairros mais distantes. Tivemos relatos sobre a antiga vila dos pescadores, que se localizava nas proximidades do antigo Porto das Canoas, aos arredores da Lagoa de Barra Velha e da Praia da Península (ver Figura 14).

Os relatos também enfatizam como as pessoas foram saindo dessas áreas conforme o interesse das terras pelos turistas foi se fortalecendo. O que mais se repetiu nas falas dos entrevistados foi de que eles teriam vendido as propriedades por baixos preços, pressionados pela chegada dos turistas e pelo aumento de interesses de empresas

ligadas ao turismo e a construção civil pela área tradicionalmente ocupada pelos pescadores.



Figura 14: Imagem de satélite de Barra Velha/SC (2011).
 Fonte: www.apolo11.com/satmap2_cidades.php?citynum=4391.
 Adaptada pela autora.



Figura 15: Porto das Canoas na Praia Central de Barra Velha/SC – Julho de 2011
 MACHADO.

As ações “comerciais” destes grupos acabaram provocando a saída dos moradores de perto da praia, como pode ser observado nos depoimentos a seguir:

Antônio – ah, aquilo ali foi perdido, porque o papai deu pra mana e ela ficou morando ali, depois papai faleceu, mamãe faleceu e a mana também, daí eles ficaram naquele terreno e daí

*acabou-se que eu não posso dizer pra Senhora como que ficou, sei que eu **recebi uma quantiazinha muito pequena, quase nada daquele terreno**. E hoje tem gente que reside lá ainda, agora tem muitas casas por lá.*

O Senhor Paulo, acrescenta que eram muitas famílias:

*Paulo – **É, mas tinha bastante gente pra cá também. Lá (áreas próximas a lagoa e a península) era como uma coloniazinha de pescadores naquela região ali. Tinha bastante pescador ali.***

Pesquisadora – E como foi que o pessoal saiu de lá?

*Paulo – **Ah, isso aí é que vem vindo o pessoal de fora, vão comprando as áreas, aí pegam os pequeninhos e vão empurrando. Pro interior.***

Pesquisadora – E agora a maioria do pessoal mora longe?

*Paulo – **É, já mora longe. Dos pescadores, acho que o que mora mais perto da praia sou eu ainda.***

Pesquisadora – E o pessoal vem como para a Colônia?

*Paulo – **É de bicicleta... A pé. Mas a maioria de bicicleta. O progresso vai chegando, o pequenininho vai vendendo e vai recuando...***

Como citado pelos entrevistados, a maioria dos pescadores mora atualmente, longe da orla e da Colônia, alguns vem a pé, outros de bicicleta, pois em Barra Velha não existe transporte urbano que circule entre os bairros e o centro.

Desta forma, contemporaneamente, o que ainda demarca o território dos pescadores da colônia Z4, em terra¹⁷, é uma parte da Praia Central onde eles deixam os barcos quando não estão no mar (Figura 15), o Porto das Canoas e o barracão de pesca. Lugares utilizados para comercializar o pescado, armazenar as redes e os barcos, mas que também funcionam para eles como ponto de encontro. A alguns metros dali, fica outro espaço dos pescadores, a sede da Colônia, onde estão a secretaria e a associação dos pescadores.

Em entrevista, uma antiga moradora nos contou que no município houve dois agentes fundamentais, uma imobiliária e um antigo cartório, que teriam agido em conjunto para “comprar” os imóveis de áreas que se tornaram nobres após a chegada do turismo a região; Nossa entrevistada nos informou que eles descobriam quem eram os donos (por vezes posseiros, que não deixavam de ser donos) dos imóveis, se tinham documentos ou não, e faziam propostas de menor valor, abusando da falta de conhecimento das pessoas, por vezes analfabetas, e as convenciam a vender o lote.

¹⁷ O outro território é o mar, espaço de trabalho.

Noutras vezes, quando o morador não tinha os documentos de posse do imóvel, independente do tempo em que a família estivesse no local, eles “davam um jeito” de expulsá-los. Agiram como os “grileiros”, regulamentavam as posses para eles ou a quem lhes desejasse, e obrigavam as pessoas a sair ou a vender pelo valor que eles oferecessem. Sem o conhecimento das leis, as pessoas acabaram cedendo.

Infelizmente esse tipo de ação de desapropriação de imóveis e terras no Brasil ainda é muito comum. É claro que nem todos os imóveis de Barra Velha foram adquiridos através desses agentes e desta forma, outros atores fizeram parte desse processo, mas em relação aos terrenos que foram inicialmente ocupados pelas famílias de pescadores, esses dois agentes mencionados foram fundamentais.

O processo de urbanização do município ocorreu de forma lenta e gradual (Figuras 16, 17, 18, 19, e 20) como consta nos registros fotográficos da Biblioteca Municipal. Podemos perceber uma maior transformação após a década de 1960 (Figura 19). Essa expansão se deu por conta do crescente interesse pelo turismo na cidade e também, pela busca de imóveis na praia para o lazer (segunda residência), já que até esse período o que movimentava a economia era a pesca e pequenas produções agrícolas.

Podemos observar que nos períodos representados nestas imagens, ainda não existiam edifícios em Barra Velha. Os mesmos só começaram a surgir a partir da década de 1970. Porém, as casas oriundas da ocupação, hoje já não existem (em sua maioria), e foram substituídas por edifícios de diferentes tamanhos. Conforme informações obtidas nas entrevistas, muitas famílias de pescadores, até esse período, residiam próximas da orla, mas com a valorização do território pelos capitais imobiliários e turísticos, os antigos moradores foram cedendo às pressões do mercado e saindo dos lotes que ocupavam.

Quando algumas áreas são valorizadas pelo mercado, recebendo infraestruturas, conseqüentemente, a tendência é que os impostos aumentem, e também potencializem a saída dos moradores que, via de regra, não conseguem mais se manter naquele lugar. Alguns ao vislumbrarem uma possibilidade de mudar de vida, vendem o lote pensando em ter lucro e melhorar suas condições materiais.

Outros, por não possuírem a documentação do imóvel, são obrigados a sair, sem muitas condições de barganha com os novos proprietários.



Figura 16: Praia Central de Barra Velha, década de 1920.
Fonte: Arquivo histórico da prefeitura municipal.



Figura 17: Praia Central de Barra Velha, década de 1930.
Fonte: Arquivo histórico da prefeitura municipal.



Figura 18: Praia Central de Barra Velha, década de 1940.
Fonte: Arquivo histórico da prefeitura municipal.



Figura 19: Praia Central de Barra Velha, década de 1960.
Fonte: Arquivo histórico da prefeitura municipal.

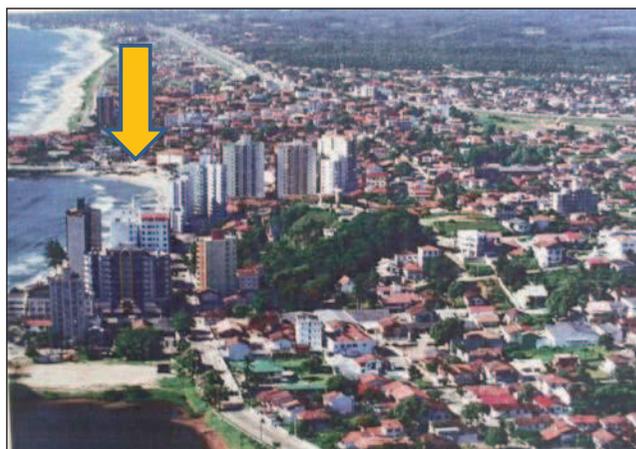


Figura 20: Área central de Barra Velha, 2010.
Fonte: Arquivo histórico da prefeitura municipal.

Estes casos foram muito presentes no litoral, pois muitos terrenos eram da marinha, e as prefeituras, responsáveis por fazerem as legalizações dos mesmos, nem sempre regularizavam para os posseiros, sua atitude variava conforme seus interesses, como já mencionado anteriormente.

Na área da Praia Central, ao lado do Porto das Canoas (indicado pela seta), apresentada na figura 20, podemos perceber um número maior de edifícios verticalizados em frente ao mar, esse espaço está a cada ano mais valorizado pelo mercado imobiliário local, que segue a lógica dos municípios litorâneos, onde o metro quadrado em frente ao mar tem seu preço estipulado de acordo com o interesse das elites pelos lugares.

Os terrenos em Barra Velha não são tão procurados pelos turistas, como na cidade vizinha, Balneário Camboriú, que se tornou conhecida internacionalmente e na alta temporada de verão recebe cerca de um milhão e meio de turistas, Número muito superior ao de Barra Velha que chega aos cem mil visitantes no mesmo período, e também não possui a mesma estrutura física turística que Balneário Camboriú. Mas nos últimos 10 anos, os valores tem crescido.

Em média, terrenos próximos a Praia Central que em 2007, valiam cinquenta mil reais, em 2013 estão a venda por duzentos mil reais, em média. O que determina esses valores é a proximidade ao centro, a praia. Na Praia Central já não possuem terrenos vagos a venda, o que faz com que os valores dos imóveis no local continuem aumentando.

Contudo, outro aspecto da expansão urbana, para além da valorização da terra urbana, diz respeito às consequências ambientais da ausência de planejamento, que por vezes, provoca desvalorização imobiliária.

A praia da Península, que por décadas, abrigou a antiga vila de pescadores (também pertencente à Colônia Z4), com a valorização imobiliária e o loteamento da prefeitura, tornou-se, por um tempo, área nobre da cidade. O que pode ser percebido pelo padrão das casas construídas no local (Figura 21).

Quando a prefeitura resolveu organizar essa área, ela desconsiderou a necessidade de manter a vegetação das dunas e, pelo contrário, aplainou as dunas com tratores e as casas foram construídas sobre elas. A vegetação dessa área serve para segurar os sedimentos que são diariamente depositados pelo mar e para proteger a área das ressacas, dos ventos, das mudanças de marés e tempestades (entre outras funções).



Figura 21: Casas entre a lagoa e o mar.
Fonte: MACHADO, julho de 2010.

Essa área edificada da península é extremamente susceptível aos eventos marítimos (como as ressacas), pois fica entre a lagoa (que na realidade é uma laguna) e o mar; quando ocorrem maré alta e chuvas, a lagoa enche e extravasa para suas bordas, alagando o bairro ao seu entorno.

Quando acontecem esses eventos naturais¹⁸ que atingem a península, parte da população que aí reside fica com suas casas alagadas pela lagoa, enquanto que outros têm suas casas invadidas pela ressaca do mar (Figura 22), que chega a romper o asfalto que atravessa a península (Figura 23), deixando muitas famílias isoladas do restante da cidade.



Figura 22: Ressaca e destruição de casas a beira mar. Fonte: Jornal do Comércio/ Piçarras, 03/04/2010.



Figura 23: Mar arrebenta parte estreita da península. Fonte: Jornal do Comércio/ Piçarras, 17/04/2010.

¹⁸ São eventos próprios desta região, porém, os desastres, consequências dos eventos, são ampliados nas áreas mais habitadas.

Por isso, atualmente, os proprietários dessas residências foram proibidos pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Ambientais Renováveis (IBAMA) de fazer quaisquer alterações nos terrenos e a prefeitura não pode mais permitir construções na península (Informação Oral - FUNDEMA – Fundação do Meio Ambiente de Barra Velha, 2010).

O que influenciou a ação do IBAMA foi o fato de que essa área deveria ter sido preservada. Com essa medida, eles pretendem administrar a área para tentar melhorar a situação no futuro.

Outro problema também enfrentado no local, é que em alguns lugares onde a areia ficou solta, sem vegetação e sem asfalto, ela migrou com os ventos e soterrou algumas casas. Fato esse lembrado pelo Senhor Francisco durante sua entrevista:

Pesquisadora – Eu vi umas fotos antigas e a faixa de areia era bem larga aqui?

Francisco – Bem larga! O mar não atravessava em lugar nenhum, agora tem um lugar, onde acaba o calçamento que a prefeitura tem que ficar aterrando, aterrando, porque o mar passa ali.

Pesquisadora – E o Senhor sabe por que isso acontece? Por que ficou saindo a areia da praia?

*Francisco – Por que limpavam as dunas né! Ali nessa praia entre o mar e a lagoa era só duna de areia, só duna de areia, a praia inteira. Tinha cada pororoca (uma espécie de árvore) que dava pra fazer uma porta inteira. Aí começaram a passar o trator, passar o trator, e limpar tudo. Aí veio o vento sul... Porque naquela época tinha mais vento sul que hoje. E o vento sul começou a carregar aquela areia pra lá pro norte. Um rapaz que trabalha ai na praia (...) filho do Orlando (...), quando ele saiu da casa dele a areia já tava quase cobrindo o telhado, o vento foi levando, levando e aterrando. **Dali onde termina as casas pra lá, tinha mais umas vinte casas de pescadores e aquilo foi aterrando tudo. Aí começaram a correr, tiveram que sair. Ali tinha venda de secos e molhados, tinha de tudo ali. Agora tá tudo proibido, abandonado. Não pode construir mais nada.***

Como ficou claro nessa fala, algumas famílias dos pescadores tiveram que abandonar suas casas que estavam sendo soterradas, consequência da intervenção do poder público (prefeitura), que fez alterações na área, sem considerar as características físicas do ambiente de dunas.

Esta ação da prefeitura, na época (a partir de 1970) comprometeu algumas famílias que ainda permaneciam no local, pois a maioria já havia saído. Foram sendo expropriadas, paulatinamente do seu território, ora pelos especuladores imobiliários, ora pelos desastres naturais, ampliados pela ação equivocada do poder público.

4.2 A “revitalização” da Praia Central e o Porto das Canoas

Ao longo da história da Colônia Z4, em várias oportunidades, os pescadores sofreram pressão por parte do poder público local, para que saíssem da Praia Central¹⁹, a fim de que a mesma fosse revitalizada.

Esta é uma questão polêmica, tendo em vista, que a comunidade de pescadores estava presente neste lugar antes mesmo da cidade existir.

Porém, com o passar dos anos a Colônia e muitas famílias vem perdendo parte do território original, a exemplo da mudança do Porto das Canoas e da transferência da moradia das famílias de pescadores que viviam no entorno da lagoa para outros bairros na cidade.

Os pescadores tradicionais fazem parte da história e da identidade deste lugar, mas será que irão resistir com a perda do direito de usufruto de seu próprio território? As políticas de “ordenamento” territorial não deveriam considerar os direitos de mobilidade e de ocupação destes moradores?

A tendência quando tais políticas são movidas pelo Capital, neste caso pelo turismo, é que os sujeitos com menor poder aquisitivos acabem tendo que ceder àqueles que detêm o poder político e econômico. Trata-se de um campo de forças, onde quem possui menor capacidade de articulação é prejudicado. Dessa forma,

o poder se manifesta por ocasião da relação. É um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece, os dois polos fazem face um ao outro ou se confrontam. As forças que dispõem os dois parceiros (caso mais simples) criam um campo: o campo do poder (RAFFESTIN, 1993, p 16).

Quando entram no campo de forças vinculado ao Estado, acabam tendo que ceder. A história comprova que neste campo de forças, o mais fraco na maioria das vezes é submetido às decisões dos mais fortes. É o que percebemos em casos de atingidos por barragens, por rodovias, criação de Unidades de Conservação, ou seja, por obras do Estado. Entendemos que os pescadores também estão sujeitos a este jogo de poder, quando do interesse do poder público local e o imobiliário.

¹⁹ Isso já no segundo e atual lugar em que o Porto das Canoas foi instalado, lembrando que já foram obrigados a deixar seu primeiro local.

A prefeitura publicou em um jornal local (Figura 24), o projeto que pretende instaurar no lugar onde os pescadores estão atualmente. Em 2011, começaram as obras. Os pescadores tiveram o barracão antigo derrubado e a área ganhou um novo calçadão. De acordo com os entrevistados, a prefeitura não irá retirá-los do local como haviam informado na reportagem. O senhor José Moacir Viana, presidente da Colônia, nos falou que nada vai mudar, e que há anos a prefeitura tenta tirá-los do local, mas não consegue.

Projeto para rotatória aguarda por recursos

Barra Velha – Após a derubada da casa próxima as Canoas dos Pescadores em janeiro, a administração aguarda agora a liberação de R\$ 700 mil para a revitalização da praia Central de Barra Velha. O projeto que se estenderá das proximidades do hotel Candeias até o Costão dos Naufragos incluirá, além de completa urbanização, a instalação de uma rotatória que fará a ligação do primeiro trecho da via com o início do acesso ao Costão. Há também a previsão da instalação de uma praça no local onde hoje ficam as Canoas dos Pescadores.

De acordo com o prefeito Samir Mattar, o projeto completo já foi desenvolvido pela prefeitura e devidamente licitado, faltando agora apenas a liberação dos recursos por parte do Governo do Estado, através da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina – Badesc. O município

deverá entrar com um contrapartida “pequena”, como classificou o chefe do executivo. O prefeito garantiu também que este será o último ano dos quiosques sem padronização. A falta de higiene dos ambientes foi a principal reclamação de moradores e veranistas nessa temporada.

A praia do Tabuleiro, uma das mais frequentadas do município, também deverá ganhar mais atenção por parte do poder público esse ano. Essa é pelo menos a garantia da atual administração que estuda a revitalização do local. A previsão é de que o projeto comece a ganhar forma no final do primeiro semestre.

Recursos na ordem de R\$ 700 mil são aguardados para o início da obra

REPRODUÇÃO/OCL

Figura 24: Projeto da prefeitura de revitalização da área dos pescadores
 Fonte: TOSCAN, G. Jornal O Correio do Litoral, Barra Velha/SC – 21/05/2010.

No projeto era previsto a retirada dos pescadores para um novo local, que ficaria próximo à lagoa²⁰, onde o acesso dos pescadores ao mar se daria por dentro da lagoa, o que aumentaria o seu percurso (e gastos com combustíveis) para chegar ao mar. Isso se confirma nessa reportagem, “instalação de uma praça no local onde ficam as canoas dos pescadores”.

Porém, em 2011, o prefeito citado teve seu mandato caçado e o seu vice foi quem assumiu o governo e as obras. Ele construiu o novo barracão de pesca dos pescadores que no projeto original não era previsto. Sobre essa mudança, da derrubada do antigo barracão (figura 25) e da construção do novo (figura 26), o senhor José Moacir Viana (presidente da Colônia) nos informou que eles não foram consultados sobre as obras, nem sobre como seria a nova estrutura.

O que gerou certa polêmica e insatisfação por parte de alguns pescadores, especialmente os mais velhos, pois no barracão novo fizeram alguns guichês individuais para que cada pescador pudesse guardar ali os seus apetrechos, só que devido a escada íngreme de acesso, a maioria desses guichês não estão sendo utilizados. O senhor Paulo nos relatou que “ele mesmo nem usa”, pois o material que precisaria ser guardado para evitar roubos é muito pesado (galões com diesel, redes), então ele “deixa dentro da canoa mesmo”.

Outra reclamação é de que o espaço que seria utilizado para o reparo das redes é muito aberto e alto, eles não tem muitos locais para prendê-las do lado de dentro do barracão, e, quando chove ficam expostos à chuva. Eles também nos informaram que só queriam que a prefeitura consertasse o telhado do barracão antigo, que para eles já estava bom. Perguntamos ao presidente da Colônia sobre a verba utilizada para esta obra e ele falou que veio do Governo Federal, mas que ficou sob a responsabilidade da prefeitura, eles nem ficaram sabendo quanto veio do Governo e nem quanto foi gasto.

O que poderia ser tomado como positivo desta obra é que talvez a mesma signifique que a prefeitura realmente desistiu de mudar o Porto das Canoas deste lugar, já que “melhorou” a infraestrutura da Colônia, haja vista, que este novo barracão não aparece no projeto original de “revitalização” da orla da praia.

²⁰ A Lagoa de Barra Velha na realidade é uma Laguna, está localizada na borda litorânea e sua estrutura que é aberta, tem suas águas salobras, sofre interferência das marés e possui canais de ligação com o mar (Guerra, 1978).



Figura 25: Antigo barracão de pesca.
Fonte: MACHADO, julho de 2010.



Figura 26: Novo barracão dos pescadores.
Fonte: MACHADO, janeiro de 2012.

Em conversa informal (2011) com o prefeito, perguntamos se os pescadores continuariam na praia e ele respondeu que sim. Mas não obtivemos maiores esclarecimentos²¹ e nem acesso ao novo projeto. A partir da Figura 27 é possível visualizar o que foi feito até o momento, onde era o barracão dos pescadores e onde o mesmo foi reconstruído.

Na figura 27B, podemos perceber a mudança de lugar do barracão de pesca e a construção de uma rua entre o novo barracão e as canoas, o que diminui o espaço para as canoas na areia. Esse fato, segundo os entrevistados, faz com que, nas marés cheias, sobre pouco ou nenhum espaço na praia para eles atracarem as canoas e que talvez, se isso ocorrer, tenham que colocá-las sobre o asfalto, interrompendo o trânsito de veículos no local.

Desde o início de nossa pesquisa (2010) pudemos acompanhar parte dessa discussão e ver algumas obras já realizadas do projeto que está na FUNDEMA. A ideia era fazer essas obras na praia e concluir outras, que já estavam iniciadas, como a construção de dois molhes para a abertura de um novo canal na foz do rio Itapocu (Figura 28), que era dentro da lagoa. Essa figura demonstra onde era a foz natural (flecha 1), a abertura da lagoa (laguna) para o mar e onde foi feita a nova abertura (flecha 2).

²¹ Até o momento não obtivemos informações sobre o futuro desse projeto de urbanização da Praia Central. Estivemos na prefeitura em dezembro de 2012 e perguntamos sobre o Plano Diretor do Município e possíveis obras desse projeto, os funcionários da Secretaria de Desenvolvimento Urbano nos informaram que não sabiam como ficaria o projeto, também soubemos da inexistência de um Plano Diretor no município.



Figura 27: Obras realizadas na Colônia dos pescadores.
Fonte: Organização da autora.



Figura 28: Foz do rio Itapocu, organização da autora.
Fonte: <http://blog.diarinho.com.br>, em 14/06/2012.

A prefeitura abriu esse canal para que a lagoa, durante as chuvas, não extravasasse e diminuíssem as enchentes. Também tem a intenção de que com o rio desaguando praticamente dentro do mar, haveria um maior transporte de sedimentos, que com a ajuda dos molhes acabariam se depositando nas praias de Barra Velha, o que melhoraria o problema da erosão na costa, já que “ampliaria” a faixa de areia.

Com essa obra, eles também pretendem construir uma marina dentro da lagoa, para atrair outros turistas com seus barcos e lanchas. Bem como, construir uma nova colônia de pescadores nas margens da lagoa (parte do continente), com um mercado municipal para a venda dos peixes e um loteamento de casas populares destinadas às famílias dos pescadores (FUNDEMA, 2010).

Esta prática se assemelha a algumas políticas de ordenação territorial que têm esse viés de desvalorizar a história, a identidade dos lugares, privilegiando a “nova ordem”, ou seja, o que o Capital, neste caso o imobiliário e o turístico percebem como ideal para o território. Que seria um “território unifuncional”, porém, “enquanto espaço-tempo vivido, o território é sempre múltiplo, diverso e complexo” (HAESBAERT, 2005, p. 6775).

Um dos principais motivos elencados pela prefeitura é o de que com essas obras a praia irá atrair um número maior de turistas, o que movimentará ainda mais o comércio da cidade.

Esse espaço está sendo pensado para o turismo, mas de forma conservadora, restrita, pois um planejamento turístico deveria considerar as formas com as quais a população local, neste caso, os pescadores, fossem inseridos a esse processo, mas, na maneira como eles tem agido, tem provocado a exclusão.

Para Raffestin (p.26, 1993), “a cada mudança de estado, técnica e, por consequência, a cada mudança de territorialidade, a produção territorial é alterada e os problemas a serem enfrentados com relação ao ambiente são diversos”.

A comunidade de pescadores como se percebe ao longo de sua história, perdeu parte de seu território, espaços que já habitaram, trabalharam e que no presente tem outras funções, outros ocupantes. E novamente, agora com o Porto das Canoas, ela está em um novo processo de desterritorialização, não se pode prever o futuro, mas concordamos com Haesbaert (2004) quando ele coloca que ninguém pode existir sem território. Estes processos de reordenamentos territoriais geram uma segregação sócioespacial, pois não consideram a identidade, a cultura, os interesses e o modo de

viver de uma população que construiu seu território a gerações e que depende do mesmo para a sua sobrevivência. Sobre este aspecto, Souza, esclarece que:

As razões e motivações para se conquistar ou defender um território podem ser fortemente ou até primariamente de cunho cultural ou econômico; (...) A defesa de uma identidade pode estar associada a uma disputa por recursos e riquezas, no presente ou no passado; a cobiça material não é, de sua parte, descolável do simbolismo, da cultura. (2009, p.60)

A presença do Porto das Canoas no que é considerado um dos pontos mais frequentados da praia demonstra, em partes, a “resistência” desse grupo no seu território. As canoas coloridas sobre a areia da praia tornaram-se uma característica do município, sua presença mesmo não tendo a rigidez de uma construção ou de um edifício, possui materialidade e traz referência ao lugar. Por muitos turistas e moradores a Praia Central é chamada e conhecida como a Praia das Canoas, o que demonstra sua importância nesse espaço, que é considerado um dos pontos turísticos mais visitados e fotografados pelos turistas no município.

Daí, considerarmos que o Porto das Canoas faz parte não só da(s) identidade(s) dos pescadores, mas também do município. Sobre esse aspecto consideramos que, assim como para os pescadores, o lugar e o município, não possuem uma única “identidade”, na verdade não se tratam de “identidades fixas” (MASSEY, 2000) ou homogêneas. Pois este “lugar está aberto”, ele se comunica com o exterior, como já vimos no início deste capítulo, sempre se comunicou.

O sujeito contemporaneamente considerado como local/nativo, descende de sujeitos que também vieram de fora, de outros lugares, com outras identidades, culturas... Enfim, o que deve ser levado em conta é o direito de o próprio grupo decidir seu futuro, direito de manter seu território da pesca, mesmo não tendo a propriedade dessa terra. Eles em nenhum momento em seus depoimentos foram contra a presença dos turistas, pelo contrário, sabem e valorizam a importância econômica que esse grupo representa para eles e para o município, portanto, é necessário “conciliar” os espaços turísticos aos espaços tradicionalmente ocupados pelos pescadores. Este seria o papel da prefeitura.

Antes da globalização, cada sociedade determinava as características de seu território que por sua vez, iria se revelar através da paisagem. Na contemporaneidade os elementos urbanos mesclam-se e migram de um território a outro, assim como na

construção do espaço. É comum percebermos nas cidades certas características nas construções que não correspondem às necessidades locais, ou não condizem ao clima, a cultura, ou aos signos do lugar.

Criar territórios é uma necessidade inerente ao ser humano, para que assim possa habitar um determinado espaço e ativar o processo de reprodução social (HAESBAERT, 2005). É por isso então que chamamos um espaço transformado pela ação humana através de processos complexos que se materializam e se sobrepõe definindo processos de territorialização, de território.

A paisagem de Barra Velha permite identificar a dinâmica do lugar, com as permanências e as rupturas, e, sobretudo permitem identificar como os pescadores constituem seu território nesta área da pesca. A questão para nós está nas consequências das alterações impostas pelos agentes produtores da cidade (estado e incorporadores mobiliários) na vida dos pescadores.

É importante, nesse caso, lembrar que os pescadores têm sua principal renda econômica na atividade de pesca e a localização da colônia é estratégica para eles, tanto do ponto de vista físico, pois está em uma pequena baía o que facilita sua saída ao mar, quanto economicamente, pois vendem seus peixes diariamente, por décadas no mesmo lugar.

Considerando o mercado turístico como sendo um mercado global, que procura seguir modelos elencados internacionalmente, podemos compreender os interesses da prefeitura e dos comerciantes de Barra Velha em torná-la mais atrativa. Especialmente se considerarmos que o modo de se transformar um espaço “opaco” em “luminoso”, é torná-lo globalizado, modernizado, paisagisticamente moldado para atrair um consumidor. Este, por sua vez, busca o “belo”; que no modelo pasteurizado do capital, deveria apresentar as mesmas características em todos os lugares, independente de sua história, de seus conflitos sociais e culturais.

Dessa forma, os agentes governamentais locais, apropriados dos argumentos “desenvolvimentistas”, reproduzem o discurso da revitalização, e tentam moldar o local para atender as demandas do Capital, para atraí-lo; Mesmo que para isso tenha que se sobrepor a sua população local, aquela que ajudou a construir os lugares, a paisagem, e as relações de convivência social. Que deveriam ser valorizadas, sendo passível até de serem incorporadas em outro tipo de turismo. Em que o turista possa buscar o peculiar, o naturalmente belo, a paisagem historicamente construída e não uma paisagem moldada e artificializada para lhe agradar aos olhos (YÁZIGI, 2001).

Concordamos com Santos, pois:

A mesma materialidade atualmente utilizada para construir um mundo confuso e perverso, pode vir a ser uma condição da construção de um mundo mais humano. Basta que completem as duas grandes mutações ora em gestação: a mutação tecnológica e a mutação filosófica da espécie humana. (SANTOS, 2002, p. 174)

Essa “materialidade”, como Santos coloca, poderia incluir, ao invés de excluir, uma população que é colocada a margem por viver em um modo de vida que não é o que está em voga ou o da maioria. Então, por ser minoria acaba tendo seus hábitos, culturas e práticas sociais desconsiderados pelo poder público.

É preciso valorizar os traços culturais e as histórias deste lugar ao invés de torná-lo exclusivamente atrativo ao turismo, é necessária uma mudança de pensamento por parte dos gestores quando estes tendem a ignorar elementos que realmente seriam interessantes, como Haesbaert (2005, p.6791) nos esclarece que, “toda a ação que se pretenda transformadora, hoje, necessita, obrigatoriamente, encarar esta questão: ou se trabalha com a multiplicidade de nossos territórios, ou não se alcançará nenhuma mudança efetivamente inovadora”.

Nesse contexto, pensamos que é fundamental conhecer as realidades, as diferentes formas de vida dessa sociedade, sem as “lentes” impostas pelos agentes massificadores da globalização. E aí valorizar a diversidade, as culturas populares da forma que elas são, com suas histórias, tradições, hábitos e modo de vida. Para essa valorização é preciso conhecer, desmistificar o estilo de vida desses sujeitos, como os pescadores artesanais, que vivem em um ritmo e condições de trabalho diferenciadas da grande maioria da população.

Diante desses pressupostos, consideramos essencial em nossa pesquisa o entendimento de como esses sujeitos tem experimentado a modernidade e como ela está influenciando as suas tradições, seus saberes e práticas da pesca artesanal. É o que trataremos no capítulo que segue.

5. COLÔNIA Z4 ENTRE A TRADIÇÃO E MODERNIDADE

Na contemporaneidade, percebemos que certos lugares são urbanizados e/ou modernizados de forma acelerada, enquanto que noutros os processos ou “tempos” são mais lentos. Em uma sociedade capitalista como a nossa, alguns lugares são mais atrativos ao Capital (“luminosos”), força motriz da globalização, enquanto que outros são menos atrativos (“opacos”), como ressalta Santos (2002).

Essa luminosidade ou opacidade é que determina, até certo ponto, a voracidade dos agentes hegemônicos diante de certos lugares, o que muitas vezes, devido à presença destes, um lugar opaco possa se tornar luminoso.

Para o pensamento de Santos (2002, p.264), espaços luminosos seriam “aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando assim mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização”. Os espaços opacos seriam aqueles que não apresentam tais características, ou pelo menos, ainda não foram percebidas suas potencialidades perante o Capitalismo. Pensamos que tais elementos são essenciais para o entendimento da mundialização dos lugares.

Muitas cidades litorâneas em Santa Catarina (e Brasil) tiveram sua urbanização e crescimento acelerados somente após a década de 1970, quando suas praias se tornaram “visíveis” através da intensificação do turismo na região.

No caso de Barra Velha, essa “visibilidade” teve início quando D. João VI, visando novos lucros com as Armações Baleeiras, viu em Barra Velha potencial para desenvolver a atividade, pois sua localização fazia parte das rotas migratórias das baleias Jubarte.

Santos (2008), também afirma que existe uma disputa de forças entre os elementos externos (globais) e os internos (locais), e que cada lugar, de acordo com sua história, cultura, tradição e povo, fará uma articulação própria em relação ao novo. Também, considerando que se os lugares não estão fechados, são permeáveis a difusão dos sistemas e mecanismos técnicos, científicos e informacionais que são a base do processo de globalização, bem como, a migração de povos culturalmente distintos, o que diferencia os lugares é a sua “identidade”.

De acordo com Gupta e Ferguson (2000, p.34) a “identidade de um lugar surge da interseção entre seu envolvimento específico em um sistema de espaços hierarquicamente organizados e a sua construção cultural como comunidade ou

localidade”. Estes autores também concordam que a globalização ou o “capitalismo em expansão tenham profundos efeitos desarticuladores sobre sociedades existentes” (idem), porém eles também trazem elementos que ao transformar os lugares e mediar as relações de poder pré-existentes, acabam por vezes, fazendo parte do processo em que o “espaço adquire uma identidade distintiva”. Isso demonstra quão “fluidos” são os lugares.

Talvez possamos dizer que esse diferencial, esta “identidade” existente nos lugares é que inibe, em partes, a sua homogeneização, é o que lhes dá personalidade. Também precisamos lembrar que nem todos os lugares expressam a mesma resistência à massificação cultural. Muitas vezes os elementos externos se sobrepõem aos internos desfragmentando ou eliminando, e o que era tradicional, simplesmente deixa de existir, pelo menos no plano da matéria. Por vezes fica na memória dos indivíduos, noutras ficam os registros em fotografias, jornais, livros, museus...

Quando perguntamos aos nossos entrevistados sobre as mudanças que ocorreram na pesca artesanal ao longo dos anos, como as redes de nylon, os GPS, e os motores à diesel nos barcos, eles sem dúvida respondem que essas mudanças ajudaram muito, que antes era muito difícil. E no caso dos motores, antes eles tinham que remar alguns quilômetros todos os dias. É preciso salientar que estas mudanças técnicas não significam que a tradição se perdeu e sim que a atividade dos pescadores foi potencializada, facilitada.

A verdadeira tradição deste grupo está na sua cultura, na pesca que, apesar de usar artificios modernos, não deixa de ser tradicional, pois os ritos, o saber-fazer e a organização social do grupo permanecem, não há uma ruptura, entre passado e presente. O que pode existir são mecanismos modernos de “desencaixe” (GIDDENS, 1991) que tem afastado os pescadores mais novos dos conhecimentos empíricos acumulados no espaço-tempo da Colônia, como por exemplo, o uso da internet para as previsões do tempo.

A informação passada de pai para filho, ou melhor, do pescador mais experiente para o novato, ainda é feita de forma oral. É preciso também deixar claro que tradição não é o oposto do progresso, é possível ter o progresso (ou desenvolvimento) econômico mantendo os vínculos tradicionais, um não precisa exterminar a presença do

outro para poder existir, até porque “todo o verdadeiro progresso²² pressupõe uma tradição” (VENEZIANI, 2005, p. 20).

Quando elementos utilizados no cotidiano do trabalho são “modernizados” ou substituídos de forma a gerar um esforço humano menor e a facilitar as atividades, percebemos que não existem dificuldades em abandonar as ferramentas tradicionais pelas novas, o saudosismo aparece mais em relação a elementos culturais, tais como: as festas que já não acontecem; os filhos que não querem seguir na profissão dos pais; o modo como as pessoas viviam em comunidade, o envolvimento entre elas, quando se visitavam e tinham mais tempo para conversar em frente de casa. Hoje “*cada um mora num canto*” (Sr. Paulo), com a mudança dos pescadores de perto da praia a maioria só se vê na hora do trabalho.

O que são então essas forças externas, se não esse fenômeno chamado de Globalização? Muito já se discutiu sobre esse tema e muito se discute. Existem vários autores que tentam entender e explicar esse processo, dentre eles, segundo Giddens (2010), alguns são “céticos” e outros “radicais”.

Giddens (2010) nos esclarece que os céticos seriam aqueles pensadores que não acreditam no poder e na amplitude da globalização, defendem a ideia de que o mundo ainda se parece com o que era há tempos atrás e que está longe de ser “um único mundo”, que todo esse discurso da homogeneização dos lugares, é um “mito”. Já os radicais acreditam que a globalização é real e que está em toda a parte. Também defendem que as nações já não são soberanas e que os políticos não teriam mais poder de influenciar na economia como faziam anteriormente. Concordamos com esse autor quando ele diz que:

A globalização, tal como a estamos experimentando, sob muitos aspectos não só nova, mas também revolucionária. Não acredito, porém, que nem os céticos nem os radicais tenham compreendido corretamente nem o que ela é, nem suas implicações para nós. Ambos os grupos veem o fenômeno quase exclusivamente em termos econômicos. Isso é um erro. A globalização é política, tecnológica e cultural, tanto quanto econômica. Foi influenciada acima de tudo por desenvolvimentos nos sistemas de comunicação que remontam apenas ao final da década de 1960 (GIDDENS, 2010, p. 20).

Esse caráter “revolucionário” diz respeito à evolução tecnológica das comunicações, das informações, que estão em constante aceleração e modernização, o

²² Para esse autor o “verdadeiro progresso” não seria apenas econômico e sim social.

processo tem se intensificado, pelo menos nesse quesito. Grande parte da população tem condições de receber informações atualizadas sobre acontecimentos mundiais, mesmo que não seja pelos recursos de última geração, ainda temos o rádio, a televisão que a grande maioria tem acesso. Um equívoco comum sobre esse tema é pensar que estamos imunes a esse processo, pois como relata Giddens (2010, p. 22):

É errado pensar que a globalização afeta unicamente os grandes sistemas, como a ordem financeira mundial. A globalização não diz respeito apenas ao que está “lá fora”, afastado e muito distante do indivíduo. É também um fenômeno que se dá “aqui dentro”, influenciando aspectos íntimos e pessoais de nossas vidas.

Trata-se de “um conjunto de processos complexos” (*Idem*) que vem interferindo ora positivamente ora negativamente na vida e no cotidiano de grande parcela da população mundial, com maior ou menor intensidade. Daí a dificuldade de seu entendimento, tamanha sua abrangência e complexidade.

As raízes da globalização permeiam o surgimento do pensamento moderno, onde as novas técnicas e o avanço das ciências atreladas a pensamentos de equidade social resultariam na tão “sonhada globalização com a mais completa humanização da vida no planeta. Finalmente, quando esse progresso técnico alcança um nível superior, a globalização se realiza, mas não a serviço da humanidade” (SANTOS, 2006, p. 64).

Os ideais Iluministas que desenvolveram a “ciência, a tecnologia e o pensamento racional” moderno na Europa nos séculos XVII e XVIII foram subvertidos pelo capitalismo, esses pensadores conseguiram se libertar das pressões e das influências da Igreja, mas acabaram presos por esse outro poder, não eles diretamente, mas o seu legado, os seus ideais. Sobre esses ideais Diegues (2007, p.399) afirma que:

Acreditava-se até então que a “dominação da natureza” fosse a solução para a humanidade. Hoje, graças à contracultura e ao ambientalismo, temos a consciência de que há limites na relação com a natureza. Não se pode fazer qualquer coisa em nome do progresso. Há limites que o antropocentrismo não reconhecia.

Para esses pensadores “quanto maior o desenvolvimento da ciência e da tecnologia o mundo iria se tornar mais estável e ordenado” (GIDDENS, 2010, p. 14). Para Latour (2009), a modernidade teria duas vias, uma política pautada no pensamento marxista de libertar o homem de sua própria exploração, mas que caiu junto com o muro de Berlim em 1989, e outra de dominar a natureza a favor do homem (processo que

também está em queda, assim como foi com o muro) e de transformá-la em mercadoria. Esse pensamento que coloca a natureza no papel “servil” e que a transformou também em mercadoria foi a alavanca para um dos maiores problemas da humanidade moderna, a crise ambiental.

5.1 Crise ambiental e a pesca artesanal

A globalização é multifacetária e dentre os seus aspectos negativos está a crise ambiental. Pois assim como os “homens comuns” foram desconsiderados ou esquecidos nesses processos, e continuam sendo explorados até o seu limite, assim também foi com a natureza. Os pensadores modernos não previram os limites de sua exploração, queriam transformá-la a serviço do homem, da ciência, mas não tinham ideia de quão acelerada seria essa apropriação e da fragilidade de alguns sistemas naturais. Ela (a natureza), mesmo não sendo um ente pensante, também dá avisos e respostas às explorações, e tem reações que muitas vezes nos surpreendem. O tempo natural e o social não são os mesmos, e esse fato deve ser considerado.

O homem contemporâneo precisa desconstruir essa racionalidade desenvolvimentista, onde a natureza precisava ser “dominada” e áreas naturais eram consideradas improdutivas, sem “valor”. Hoje, com a crise ambiental batendo a porta, muitos já têm despertado para a realidade e buscado novas “racionalidades”. Essa crise veio nos questionar sobre os mecanismos produtivos e os modelos teóricos que criaram e incentivaram o crescimento econômico desconsiderando os limites da natureza, Leff nos esclarece que:

A degradação ambiental se manifesta como sintoma de uma crise de civilização, marcada pelo modelo de modernidade regido pelo predomínio do desenvolvimento da razão tecnológica sobre a organização da natureza (LEFF, 2011, p. 17).

Os problemas ambientais põe em xeque o modelo de produção moderno e nos alertam sobre a necessidade de mudanças na estrutura do sistema capitalista e no estilo de vida proposto por esse sistema.

A dificuldade em tornar esse sistema “sustentável” aparece quando se torna necessário “enfrentar” nações e empresas hegemônicas, que pensam apenas nos lucros imediatos e desconsideram os impactos futuros.

De acordo com Leff (2011) a perversidade desses atores hegemônicos é significativa, pois não se apropriam apenas dos recursos naturais, como também das teorias e ideologias ambientais. Utilizam-se de conceitos como desenvolvimento sustentável, para camuflar suas verdadeiras intenções, ludibriando assim parte da população que compra esse discurso sem questionar, ou mesmo, perceber as verdadeiras intenções de quem está por traz dele.

Outra faceta desse falso desenvolvimento sustentável neoliberal é a de que seus agentes tentam transferir a responsabilidade das grandes corporações, para a sociedade em geral. Por exemplo, quando culpabilizam o problema da poluição do solo e das águas aos moradores das cidades e propõe soluções para os indivíduos de “fazerem a sua parte” e assim “resolverem” os problemas ambientais.

A mídia televisiva através dos canais abertos (e não somente) é a grande disseminadora desses discursos, pois é a que alcança a maior parte da população e tem seus programas financiados pelas grandes corporações. Daí seu interesse em manter esse sistema como ele está. Concordamos com Gomes, 2009, pois:

Ao considerar que os problemas ambientais estão diretamente relacionados ao processo de desenvolvimento do sistema capitalista de produção industrial e de consumo e de todos os valores subjacentes que contribuem para que ele se desenvolva, também é verdadeiro afirmar que o processo de urbanização tem um importante papel para a reprodução do sistema. E a cidade, expressão material deste processo, não só o lócus de produção industrial, mas também um importante espaço para difusão das ideias (individualidade, competitividade, consumismo, entre outros) que contribuem para a manutenção e reprodução da ideologia de progresso e desenvolvimento (p.51).

Quando a natureza é transformada em mercadoria, o pensamento desses agentes é de que o mercado dará conta de sua regulação, “seu intuito não é internalizar as condições ecológicas da produção, mas proclamar o crescimento econômico como um processo sustentável, firmado nos mecanismos do livre mercado como meio eficaz de assegurar o equilíbrio ecológico e a igualdade social” (LEFF, 2011, p. 26).

Vivemos sob o discurso da “igualdade”, dos direitos, do ter, do poder; É o “moderno-colonial” (PORTO GONÇALVES, 2004), onde um modelo de justo e

evoluído/desenvolvido foi eleito e passa a impressão de perfeição, de auge. Modelo que tem falhas, que não se sustenta, que se reproduz sacrificando pessoas e ambientes, mas que contraditoriamente é almejado pelos que estão à margem.

Sob a égide deste discurso “construiu-se uma ordem internacional que levou à concentração do poder econômico e político, a homogeneização dos modelos produtivos, dos padrões de consumo e dos estilos de vida” (LEFF, 2011, p. 84). Infelizmente o Brasil é um desses países, que busca esse modelo de desenvolvimento, onde a resposta para as desigualdades sociais aparece sob a forma de incentivos ao consumo, onde a autonomia produtiva e econômica é relegada à dependência aos outros países. Dessa forma, acredita-se que se a população está consumindo mais é porque estamos no caminho certo. Certo? Em que sentido? É certo perseguir um modelo que explora os que estão em desvantagem econômica? Por onde esse caminho nos levará?

A maioria dos países quer o título de “primeiro mundo”, de desenvolvido, de ser um país sem desigualdades, mas qual é o preço? Será que no “primeiro mundo” não existem desigualdades? Vivemos na verdade em um mundo de ilusões, de fantasias, onde a essência e a diversidade (cultural, social, ambiental...) são postas de lado em prol de um único estilo de vida que dificilmente será compartilhado por todos.

Então, a “igualdade” que esse modelo divulga nunca será alcançada. E se fosse alcançada geraria um caos, se toda a população do globo tivesse o mesmo padrão de consumo de um cidadão norte-americano de classe média, realmente precisaríamos de mais de um planeta para dar conta (PORTO GONÇALVES, 2004).

Será que esse estilo (norte-americano, europeu) é comprado por todos? Existem resistências? Acreditamos que sim, que essa resistência é percebida quando saímos da escala global e observamos na local. A resistência a esse modelo neoliberal muitas vezes acontece de maneira inconsciente e/ou involuntária; também pensamos que ela se dá nos lugares, é claro que as técnicas e produtos deste modelo se disseminaram, assim como o seu discurso, mas cada lugar de acordo com sua identidade as absorve ou não, com maior ou menor intensidade. Sobre esse aspecto, consideramos o fato da pesca artesanal em Barra Velha ter se mantido por mais de 200 anos como uma forma de resistência, que se dá pela sobrevivência deste grupo, pelo seu trabalho e tradições. Sobre o poder das tradições na resistência desta comunidade no mundo moderno, nos apoiamos em Hauresko quando ela afirma que:

Entendemos que hoje toda e qualquer comunidade tradicional transita entre a tradição e a modernidade. Elas alteram suas tradições, as modificam, na tentativa de se manter ou sobreviver no tempo presente, sem perder a sua essência. Talvez pudéssemos dizer que não há, a rigor, modernidade que não seja alimentada e oxigenada pela tradição. Muito do que é “velho” subsiste no “novo” (2009, p. 53).

Ao adentrarmos no cotidiano dos pescadores artesanais de Barra Velha, percebemos que eles, mesmo sendo homens “simples”, são conectados a natureza pelo seu trabalho na pesca e já percebem mudanças decorrentes da exploração desenfreada feita pela pesca industrial e também pela sua própria atividade. Eles perceberam as alterações na água do mar devido à poluição, as mudanças nas praias que, pela retirada da vegetação das dunas, estão diminuindo de tamanho, o reflexo das enchentes no continente sobre e das marés cheias (ressacas) que ficaram mais agressivas, etc.

Outro elemento relacionado à pesca e ao meio ambiente pertinente à essa paisagem é a poluição das águas da Praia Central e do mar da região. O esgoto do município não é tratado (FUNDEMA, 2010) e na área central ele é escoado para o mar junto com um canal de águas pluviais e fluviais que deságua na praia (Figura 29), próximo a colônia dos pescadores.



Figura 29: Canos de esgoto na Praia Central.
Fonte: MACHADO, janeiro de 2012.

Sobre essa questão da poluição das águas do mar, percebemos nas falas dos nossos entrevistados que eles têm consciência sobre essa problemática e que ela é percebida no seu cotidiano na pesca.

Paulo – As vezes chega um cardume de peixe, mas ele não fica mais na beirada, fica um dia e some, porque ele sente que tem algo estranho na água, que tem veneno ali, que tem coisa ruim na água, então ele recua, ele vai pra alto mar.

Também é preciso lembrar que o mar é parte do território desse grupo, já que muitas vezes eles chegam a navegar 40 km da costa para pescar. Sobre as mudanças ambientais no mar, também achamos importante destacar o relato do Senhor Antônio sobre as baleias que eram abundantes na região e se tornaram espécies em extinção.

Antônio - mataram umas três ou quatro baleias aqui, no meu tempo, mas saia daqui pra Joinville, o povo era de Araçatuba, lá do sul, eles vieram aqui e mataram. aquela baleia que tá ali o osso (que foi pescada em 1952 e sua ossada fica exposta na praça da lagoa), aquela baleia tinha 17 metros. Aquela baleia era grande! E todo o dia que nós saia pra pescar, nós passava por elas... Porque tinha grande quantidade! Não era uma, nem duas, nem 10... Tinha muito mais e nós também tinha receio delas. Eu pesquei muito andando perto daquelas coisas e não sabia o tamanho delas. Depois que veio aquela baleia ali, que ela tava morta e eu subi em cima dela, até fiquei muito pouco tempo em cima dela, eu fui em cima dela e fiquei com medo, aí caí na água e voltei pra trás, mas era grande!

Outra mudança importante para a pesca é em relação aos cardumes que diminuíram e a algumas espécies de peixes comerciais que desapareceram nessa área. Eles justificam (nas três falas a seguir) essa diminuição dos estoques pela pesca predatória industrial devido à proximidade ao porto de Itajaí e pela própria pesca artesanal exercida por eles. Atualmente com as leis ambientais relacionadas ao defeso o quadro está aos poucos se revertendo.

Antônio - No espinhel grosso só matava o cação, depois eu passei a pescar com rede grossa, rede grossa é a rede pra mangona, malha bem grande e nós matava só mangona, agora acabou-se a mangona, não tem mais! Aqui pra nós não tem. Não sei como é que desapareceu, não posso falar pra Senhora bem certo. O que desapareceu... É que apareceu muitas pesca né, de barcos... De barcos grandes, aí tinha muito e daí foi desaparecendo aquele peixe, como de fato foi desaparecendo vários peixes, vários tipos de peixes.

Pesquisadora – Devido à pesca predatória? Pescaram demais e desapareceu?

Antônio – É, eu desde novo conheci muitos tipos de peixe que hoje já não vejo mais, acabou-se! Como o bagre, nós chamava de bagre bugre. O bagre bugre, esse peixe, o bagre (camassari?), o bagre (arpia?), a pescada bicuda, que era um peixe grande e vários tipos de peixes, desapareceu tudo, tinha muito e foi indo, foi indo e hoje se a Senhora quer um peixe daqueles não tem.

O senhor Francisco também nos informou que no período de sua aposentadoria, já percebia muitas diferenças no mar:

Francisco – Quando eu parei de pescar já tava poluído.

Pesquisadora – Mas o Senhor percebia na pesca alguma diferença?

Francisco – É que cada vez ia mudando né. A sujeira que mais aparecia era aqui na lagoa, no mar já não tinha tanto porque é muito grande né e pra aparecer custa.

Pesquisadora – Então o Senhor acha que os peixes que desapareceram foi em virtude da pesca excessiva e não em função da poluição?

Francisco – Era muita procuração, agora pararam mais né, por exemplo, a sardinha. A sardinha tinha a vontade, a gente andava um tanto como daqui ao colégio (uns 300m) só em cima de cardumes de sardinha, era sardinha pra todo o lado, hoje já não vê mais. A sardinha agora para três meses e depois continua três meses, para mais três (é o defeso da sardinha) e vamos levando né. Mas a sardinha agora tem mais produção de sardinha que há 15 anos atrás. Estamos pegando mais sardinha.

Pesquisadora – Estão controlando mais?

Francisco – Ah, tão pegando mais. Mais tão respeitando mais o defeso. Ah, sim. A sardinha tinha uma época que dá pra dizer que não tinha mais. Pegavam muito.

Sobre as espécies em extinção Paulo nos relata:

Pesquisadora – Que peixes vocês estão pegando hoje em dia? Tem algum que vocês pescavam muito e que sumiu?

Paulo – Tinha muito antigamente o cação, que é da família do tubarão, acho que hoje em dia já não existe mais, e eu matei quantidade daquele peixe, quantidade mesmo! E hoje não existe mais, foi a pesca industrial que também eliminou com ele, é um peixe que cria muito pouco.

Pesquisadora – São poucos filhotes...

Paulo – É dois filhotes, alguns dão 15, 12, é pouco em comparação com outro tipo de peixe como a corvina, qualquer outro tipo de peixe de escama que ele desova e dá milhares de filhotinhos. Então o cação é diferente, é um peixe que procria muito pouco e é um peixe muito bobo de morrer, é muito fácil de pescar ele, então foi onde que acabou. Tá em extinção hoje, o cação aqui pra nós tá em extinção.

Pesquisadora – Tem algum outro peixe em extinção?

Paulo – Em extinção, hoje em dia... A pescada branca também tá em extinção porque antigamente tinha quantidade e hoje já não tem mais, lá uma vez no ano se tira uma, esses dias ainda, andei tirando uma e o pessoal pegou uma outra, mas é coisa rara, a gente até brinca um com outro e diz assim: “Tira foto aí e vamos guardar porque ninguém sabe quando vamos pescar outra.”

A cada ano os pescadores tem sentido o impacto da poluição e da exploração excessiva de algumas espécies, em 2011, se surpreenderam com a quebra na pesca da Tainha, considerado o ponto alto da pesca artesanal, a safra da Tainha foi muito inferior ao que esperavam, segundo os pescadores os cardumes se aproximam da costa no inverno, e é possível pescá-los na beira da praia, porém, é um peixe sensível às mudanças na qualidade das águas, “nesse ano a pesca da tainha foi bem fraca, a tainha

ficou fora, longe da costa, nem a pesca industrial pegou” (Presidente da Colônia, Sr. José Moacir Viana).

No mar as disputas por território são entre os pescadores artesanais e os pescadores industriais, como dividem o mesmo espaço em busca dos mesmos peixes, o artesanal sempre sai em desvantagem, pois não possui os equipamentos, as embarcações que a pesca industrial possui e muito menos os incentivos e políticas públicas destinadas a esse setor.

Para entender melhor estas diferenças entre a pesca artesanal e a pesca industrial retomaremos a seguir alguns fatos históricos que resultaram no panorama atual do setor pesqueiro.

5.2 Conflitos territoriais e as “modernidades” no setor pesqueiro

Até meados de 1930 a pesca no Brasil tinha seu alicerce na pequena produção mercantil, e em várias comunidades de pescadores a pesca estava atrelada a agricultura de subsistência. Com a introdução da pesca da sardinha por traineiras, onde parte da produção era enlatada, teve início uma nova dinâmica relacionada à pesca. Mesmo dispondo de um Capital maior, o trabalho nas traineiras ainda tinha a participação de seus proprietários, que geralmente possuíam um único barco.

As maiores mudanças no setor pesqueiro no Brasil se deram a partir de 1967 com a instituição da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) pelo Governo Militar (DIEGUES, 1983, p. 02). Com a criação desse órgão, disponibilizaram recursos financeiros a fim de transformar a pesca do país em uma indústria de base, a pesca se tornaria uma atividade empresarial capitalista. Contudo, passados 12 anos após o início destas políticas, para os pescadores artesanais quase nada mudou, como Diegues nos esclarece:

Os resultados não foram animadores, e os pequenos pescadores que somente receberam migalhas dos poludos recursos destinados a empresas, muitas vezes fantasmas, continuaram sendo responsáveis por uma grande parte da produção pesqueira no Brasil. Surgiram empresas de pesca, e praias antes célebres pelos seus pescadores se esvaziaram, sendo ocupadas por residências secundárias (1983, p. 03).

Nessa passagem, o autor também argumenta que mesmo sendo uma categoria importante na produção nacional de pescado, a pesca artesanal não recebeu a atenção merecida do Governo, e, além disso, ele aponta para a desterritorialização de comunidades de pescadores em prol de “residências secundárias”, que em sua maioria se tratam de residências de veraneio. Esse “esvaziamento” a partir da década de 1970 se deve a evolução de outra indústria, a do turismo. Esta que também tem sua parcela de culpa na marginalização de comunidades de pescadores Brasil a fora.

Em Barra Velha, muitos dos problemas enfrentados pela Colônia Z4 no decorrer de sua história teve a ação direta/indireta desses dois setores, a pesca industrial e o turismo. Esse segundo atrelado às ações empregadas pelo Poder Público local, como já mencionado.

A SUDEPE foi extinta na década de 1980, sendo substituída pelo IBAMA que passou a administrar as políticas federais para o setor. Desde que o IBAMA assumiu as responsabilidades pelo setor pesqueiro, começaram a monitorar a pesca no país. Em 2003 foi criada a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), que em 2009 foi transformada no Ministério de Pesca e Aquicultura (MPA), (CARDOSO, 2009b, p. 3).

Atualmente o MPA tem publicado quase que anualmente o Boletim Estatístico da Pesca onde apresentam os resultados dos monitoramentos feitos pelo IBAMA. O último Boletim publicado em 2010 reafirma o que Diegues (1983) e Cardoso (2009b) já discutiam que é o fato de que mesmo com tantos subsídios e incrementos públicos para a pesca industrial, quem continua fornecendo a maior parte do pescado ainda é a pesca tradicional, com exceção das regiões Sul e Sudeste onde a produção da pesca industrial é superior.

De acordo com esses boletins, Santa Catarina aparece no ano de 2010, como o maior produtor de pescado do país, foram 183.770 t que correspondem a 23% da produção nacional. Mesmo com todo esse destaque para a produção pesqueira do estado, cabe salientar que houve uma queda de 16% em relação ao ano de 2009 (MPA, 2012).

Essa diminuição na quantidade de toneladas pescadas não se resume apenas ao ano de 2010, a produção pesqueira em Santa Catarina tem apresentado um declínio ao longo dos últimos anos e o MPA aponta como causa a queda de 50% na captura da sardinha-verdadeira. Essa queda é um reflexo de décadas de exploração desta espécie

pelas traineiras da pesca industrial. A pesca artesanal é responsável por cerca de 23% da produção do pescado no estado (EPAGRI, 2005).

Devido à proximidade do Porto de Itajaí, importante centro da indústria pesqueira no país, a Colônia Z4, entre outras da região, começou a perceber os reflexos desta atividade na pesca tradicional. As informações coletadas pelos órgãos que monitoram a pesca (MPA, EPAGRI²³) apenas confirmam o que os pescadores têm observado há anos, a diminuição e desaparecimento de muitas espécies, resultado dos impactos da pesca industrial predatória empregada há muito tempo. Hoje, todos estão pagando pelos “custos” ambientais dessa exploração desordenada dos recursos marinhos. A indústria da pesca por depender do tempo natural de reprodução de sua “matéria-prima”, não deveria agir como as indústrias que empregam a produção em massa, para sua própria sobrevivência precisa ter ciência suas especificidades e fragilidades produtivas, pois:

Mais do que qualquer outra atividade produtiva, a pesca se realiza dentro de processos de trabalho profundamente influenciados pelo tipo de recursos a serem explorados. Ao contrário da indústria, onde a matéria-prima é relativamente homogênea, permitindo a produção em massa, a pesca exige ajustes contínuos a condições naturais em contínua mudança. Essas condições naturais em contínuo movimento dificultam a produção em massa e quando, pela introdução do maquinismo, ela se torna possível, como no caso da pesca do arenque, ocorre o risco do extermínio da espécie (DIEGUES, 1983, p. 87).

A extinção de espécies marinhas pela sobrepesca, não é nenhuma novidade no mundo, na Europa o primeiro tratado para a proteção de espécies ameaçadas, foi assinado no século IX. A evolução da pesca na Europa e Ásia fez com que depois da redução dos seus estoques pesqueiros, as suas frotas migrassem para as águas dos países menos desenvolvidos. A pesca industrial do Brasil está longe de alcançar a tecnologia e o porte dos navios europeus e japoneses, por exemplo, mas especialistas já pontam para uma séria crise no setor.

As principais diferenças entre a produção realizada pela pesca industrial e artesanal são os impactos ambientais causados pelas diferentes técnicas utilizadas e as quantidades produzidas/pescadas em cada tentativa.

²³ Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina.

A artesanal utiliza meios e técnicas menos agressivas, como as redes de emalhar utilizadas na pesca de espera, é a técnica mais utilizada por eles na pesca marítima (mar aberto). São aparelhos relativamente simples, pois consistem em retângulos de rede com flutuadores numa extremidade e pesos na outra. É lançada à água num local onde se saiba haver cardumes de peixes a nadar, os quais ficam "emalhados", ou seja, presos nas malhas da rede. Horas mais tarde o pescador volta ao local com sua canoa e, geralmente, em dois puxam a rede de volta, apanhando os peixes capturados.

Esta é considerada uma técnica menos agressiva, pois, se o tamanho das malhas for o adequado pode se controlar o tamanho dos peixes que serão pegos. Como eles encontram os cardumes “no olho”, na observação da água, não possuem a mesma precisão em encontrá-los que a pesca industrial com seus sonares, que a tornam mais eficiente e mais predadora.

Já nas duas principais técnicas utilizadas pelas traineiras industriais na região, o “arrasto” e o “cerco”, além da quantidade de peixes muito superior, por vezes toneladas em cada tentativa, essas técnicas não deixam escapar nada que estiver em seu alcance, inclusive as redes dos pescadores artesanais.

Na pesca de cerco, um barco maior lança a rede ao mar junto de outro barco, que rodeia o cardume fechando a rede. É muito utilizada para a captura da sardinha e tainha. Nas malhas para a sardinha, por exemplo, muitas espécies impróprias para a comercialização são pegas e posteriormente rejeitadas, também pegam muitos filhotes de outras espécies quebrando assim o ciclo reprodutivo das mesmas. No arrasto, uma rede que pode ter centenas de metros (profundidade e largura), é arrastada pelo barco e como a rede vai da superfície ao fundo oceânico, ela devasta o fundo do mar, causa impactos tanto na fauna quanto na flora marinha (ALARCON *et al*, 2009).

A pesca artesanal mesmo que em menor escala também teve um papel importante nesse cenário, especialmente depois que introduziram os motores nos barcos, proporcionando maior mobilidade em busca dos cardumes, e o aumento do tamanho e a invisibilidade das redes de nylon, que fizeram com que o pescador artesanal pudesse aumentar a sua produção.

Com a maior mobilidade do pescador artesanal ele ampliou sua área navegável e conseqüentemente de pesca, sendo assim, também aumentaram as áreas de convívio com os barcos industriais. A disputa pelo território e pelos cardumes é cada

vez mais acirrada. Os pescadores não estão satisfeitos com a situação atual da pesca, como pode ser visto nesta fala do senhor Paulo:

Paulo – Não, a artesanal tá muito ruim, tá muito fraca. A gente tem que ir cada vez mais longe. A pesca industrial tá muito grande, tá acabando com tudo.

Pesquisadora - Hoje está mais difícil do que quando o Senhor entrou?

Paulo – Ah sim, hoje tá no máximo 30% do que quando eu entrei. Tá acabando por causa da pesca industrial, da poluição, que é um dos grandes vilão. Às vezes chega um cardume de peixe, mas ele não fica mais na beirada, fica um dia e some, porque ele sente que tem algo estranho na água, que tem veneno ali, que tem coisa ruim na água, então ele recua, ele vai pra alto mar.

Senhor Antônio acha que a pesca artesanal também tem sua contribuição na redução da quantidade de peixe:

Pesquisadora – Mas por que o Senhor acha que isso aconteceu? Que o peixe diminuiu.

Antônio – Ah, a procuração, os barcos, tudo isso aí. A procuração foi acabando.

Pesquisadora - O Senhor acha que foi a pesca industrial?

Antônio – É, diretamente sim, mas a nossa também. A nossa também ajuda, porque tem em todo canto isso aí, todo canto tem, como aqui, em Armação, Praia Alegre, Piçarras e Itajuba e assim vai e todo mundo procura no mar.

Tal convívio gerou uma série de conflitos, principalmente pela falta de fiscalização dos órgãos responsáveis (MPA, IBAMA, Guarda Costeira e Polícia Ambiental), já que as áreas delimitadas para cada tipo de pesca não são respeitadas. Tanto um grupo, quanto o outro, extrapolam seus respectivos limites.

Um fato corriqueiro no encontro desses dois grupos é devido ao modo como o artesanal pesca. Eles saem todas as noites por volta das duas horas da manhã e colocam as redes, que presas a boias ficam no mar até a sua retirada no final do trabalho (no início da manhã). É muito comum eles perderem essas redes e o que foi pescado, pois como eles nos informaram, alguns barcos de pesca que fazem arrasto passam e levam suas redes. Quando eles voltam para recolhê-las só encontram os pedaços, quando encontram. Como se percebe nas seguintes falas:

*Paulo - Hoje em dia a gente não tá pegando peixe bom porque vai ali fora e têm 40, 50 barcos pescando, eles tão ali. **Se tu colocar rede lá, no outro dia não tem mais nada, eles acabam com tudo, arreventam tudo, estragam tudo e você perde tudo.***

Pesquisadora - Então quando vocês saem para pescar vocês veem eles lá?

Paulo – Ah, sim.

Pesquisadora – Mas nunca aconteceu atrito, briga com eles?

*Paulo – Ah, teve sim, mas não se briga muito com eles porque não tem como chegar neles. Mas de boca, já teve muita briga. A gente briga muito. **Já aconteceu de barco passar e engatar nos cabos e até virar a canoa**, mas isso é de facilitar também, chega até virar a embarcação. Aí eles dizem que: “Isso aqui não é lugar de vocês pescar”. Porque na verdade a gente tem permissão de pescar até 1 milha[1852m], mas não se pega nada. Já quando eu iniciei na pesca já não se pegava nada, agora então, vai sobreviver como? Deveria existir um respeito entre eles e nós, nós não prejudicamos ninguém, eu pelo menos, com o meu tipo de pesca não prejudico ninguém. Porque nós usamos só malha grande, malha de 10(cm) pra cima, e a nossa rede é de espera. A gente coloca a rede ali e ali ela fica até o outro dia, não atrapalhamos ninguém, passa ali quem quer. Eles não, eles colocam a rede de arrasto e vão levando tudo pela frente.*

De acordo com o presidente da Colônia Z4, esses atritos são muito comuns. Quando perguntado sobre a fiscalização e se já levaram esse problema às autoridades, ele relata que não há o que ser feito, pois dificilmente alguém vê o momento exato em que os barcos industriais passam arrastando as redes e, que algumas vezes, as redes estão em área proibida para a pesca artesanal.

Somente quando os pescadores pegam em flagrante dentro de seu território legal, se conseguirem juntar provas, como nome da empresa, da embarcação e de preferência com fotos, aí sim, eles costumam negociar com a própria empresa, que na maioria das vezes, devolve o material perdido. Mas esses casos são muito raros.

Outra questão importante sobre esta condição do pescador artesanal, diz respeito à legislação. As áreas marinhas são delimitadas para cada tipo de pesca, porém, o pescador artesanal, fica a mercê das condições de sua área delimitada, além de sujeito aos problemas decorrentes da concorrência territorial com a indústria. Com a restrição de espaço, a indústria que possui meios e recursos para explorar maiores áreas e mais distante da costa, é menos penalizada que o pescador tradicional, que além da restrição da lei, ainda está limitado pelas suas condições materiais e técnicas. Podemos ver nos depoimentos a seguir como se dão esses atritos entre esses dois grupos:

Pesquisadora - E a pesca industrial atrapalhava vocês?

Antônio – Algumas vezes sim, rebentavam rede, carregavam rede, os barcos carregavam rede. Os barcos trabalhavam de arrasto e onde eles passavam pegavam isso aqui, por exemplo, e levavam embora. Nem ligava... Uma rede, ou duas, ou três ou cinco, o barco carregava e pronto não sentia peso e ia embora.

Pesquisadora – Quando vocês iam pegar a rede já não estava mais.

Antônio – É já não tava mais, às vezes tava só um pedaço. Era tudo assim, os barcos pegavam as redes e iam embora.

Pesquisadora – E sobre a pesca industrial? O que o Senhor acha?

Paulo – Hoje eles têm tecnologia e vão em cima do cardume. Antigamente a pesca industrial era na base do olho igual a nós. Então eles tinham que procurar, hoje em dia não, eles ligam o aparelho, é sonda, é sonar, é coisarada... Então o cardume tá daqui a mil metros, eles localizam o cardume, vão lá e cercam o cardume e pegam o peixe. Então é muito complicado pra nós, e aí o limite deles? Eles não têm limite! Eles tem o imposto pra pagar, nós não pagamos nada, o governo liberou eles pra pescar a 3 milhas da costa, 3 milhas pra nós não é nada, devia de ser umas 20 milhas, 20 também não digo, mas devia ser umas 15, que eles não pudessem entrar.

Esses limites de áreas entre os diferentes tipos de pesca e embarcações foram criados justamente com o intuito de evitar os conflitos entre os pescadores e proteger os recursos pesqueiros e suas áreas de reprodução próximas à costa. Pelo que nos foi relatado, essas leis não atingiram o objetivo de impedir os conflitos entre a pesca artesanal e a industrial, pois no descumprimento dessas normas um acaba invadindo o espaço do outro. Espaço este que precisa ser revisto, esses limites já não são obedecidos, pois não dão a capacidade de sobrevivência do pescador artesanal que se vê forçado a extrapolá-los. Como eles não tem a mesma mobilidade dos barcos industriais, e também não conseguem se manter pescando somente na sua área legal, se veem obrigados a desobedecer estas leis e a disputar território e cardumes com os barcos industriais.

Todos os elementos elencados nos mostram quão desleal é essa “concorrência”. Semelhante aos conflitos entre os pequenos agricultores e o agronegócio, as leis acabam protegendo e ou facilitando os interesses dos “grandes” produtores em detrimento dos pequenos.

Salientando que Barra Velha está a 37 km de Itajaí, onde estão instaladas grandes empresas beneficiadoras de peixes (Quaker do Brasil (coqueiro), Leardini, Kowalsky, entre outras) com uma grande frota pesqueira. Daí tamanha rivalidade no território marinho, onde não importa quem está na atividade há mais tempo e sim quem tem os incentivos do Governo Federal, do grande Capital e da alta tecnologia.

Mesmo não podendo dizer que os pescadores artesanais sejam concorrentes, da indústria, tamanha a diferença entre seus modos de produção, é possível afirmar que na disputa por território, o pescador artesanal está em desvantagem técnica e política.

De acordo com o que o senhor Paulo nos informou, o Governo tem feito algumas sanções aos pescadores industriais em relação ao tipo de peixes que estes podem ou não pescar. É o exemplo da corvina, espécie que tem aumentado sua população desde que o governo proibiu sua pesca em escala industrial, liberando-a a pesca artesanal. Mas em compensação no período de pesca da tainha (inverno) pesca mais lucrativa para o pescador artesanal de Santa Catarina, o governo do estado liberou 5 milhas da costa para a pesca industrial capturá-la, já que os cardumes ficam nessa faixa do mar. Ai, novamente o conflito se dá, pois o pescador artesanal não tem condições de competir com a pesca de cerco ou de arrasto feita pela indústria, e, a cada ano vê os cardumes desta espécie também diminuir:

Paulo – É. Pra nós a Corvina melhorou bastante. Esse ano já melhorou e tamo achando que vai melhorar mais, porque os barco, as traineira estavam liberados pra pegar... Hoje elas tão proibida. Hoje eles não podem pegar mais corvina, o barco que chegar com corvina é multado.

Pesquisadora – Então, pra vocês sobra o que escapar da pesca industrial?

Paulo – É, a corvina pra nós esse ano já melhorou bastante, já vimos um aumento da população já. Porque foi proibido o ano passado já, e se continuar a proibição, acho que vai melhorar mais.

Em vários momentos durante as entrevistas eles falam sobre espécies marinhas que hoje desapareceram ou diminuíram de tamanho e número dos cardumes por causa da pesca predatória, como o exemplo da tainha:

Paulo – A tainha também acabou a pesca pra nós aqui... Uma que a praia tá muito ruim e outra que a pesca industrial tá acabando com ela né. Se o governo não limitar a pesca industrial é outro peixe que tá pra ser extinto também. Como nós conhecemos a tainha... Pra ver hoje... Meu Deus! Tem nem comparação! Nessa nossa lagoa aí, entrava peixe que se você ia lá e dizia: “eu quero matar cem peixe”. Você matava cem peixes.

Paulo - Hoje não, hoje é diferente. Hoje em dia pra você acertar um cardume na lagoa é um milagre.

Pesquisadora – Ele não entra?

Paulo – Não... Água suja, muita poluição, depois o pessoal monta muita rede né. A fiscalização existe, mas falha um dia, dois, três, o pessoal começa a colocar rede e o peixe que bate na rede ele volta. Antigamente ninguém colocava uma rede. Tem tudo isso. Tainha mesmo se o governo não abrir o olho... Mas esse ano já foi bem limitada a pesca da tainha, os barco já foi reduzido uma porção.

Essa limitação do governo em relação aos barcos industriais se dá anualmente, as empresas precisam entrar em contato com o IBAMA e requerer

autorização para pescar durante a safra de cada espécie. É outra forma de proibir a pesca por parte dos barcos que, de alguma forma, não se adequam as normas, ou são ilegais, como barcos estrangeiros que já foram pegos na costa brasileira.

Apesar dos atritos entre os pescadores artesanais e os industriais, em alguns momentos existe uma “camaradagem”, como detalhou o senhor Paulo. No depoimento a seguir, ele demonstra isso, ao relatar a pesca da sardinha feita pelos grandes barcos industriais que quando lotam seus barcos, liberam o excedente aos pescadores artesanais.

Fazem isso quando sabem que a fiscalização estará os esperando no porto, sim, pois com os equipamentos de comunicação, rádios e celulares, dificilmente são pegos no ancoradouro, isso é mais frequente quando pegos de surpresa no mar.

Como esses barcos estão mais susceptíveis a fiscalização e multas por excesso de peso e conservação inadequada do pescado nos barcos, eles tendem a “cumprir” essas regras, então algumas vezes quando atingem o limite soltam o excedente no mar ou liberam às embarcações artesanais que estiverem próximas.

Pesquisadora – E sardinha, vocês chegaram a pegar?

Paulo – Nós não, mas na época a gente ganhava muito deles. Porque eles cercavam quantidade, carregavam o barco e aí o que sobrava eles tinha que soltar... O resto, então eles davam pra nós. Ih!!! Eu trouxe algumas canoadas de sardinha. Meu Deus!... (...) As vez enchia as canoas, 8, 10 canoas e ainda soltava quantidade. Só que tudo morto também, tudo esmagado, porque a rede vai cercando, ela fecha né. Elas vão cercando, cercando e aí enche o barco né. Tinha barcos deles que dois barcos encostava um no outro, carregava a rede e carregava dois, três barcos com um cerco só. Não era pouco não, era 80, 100 toneladas cada barco daqueles.

Esses trabalhadores possuem outra racionalidade produtiva que diverge, em partes, da capitalista, eles também ao longo do tempo aderiram a certas modernidades, mas não alteraram o modo de pescar.

Os barcos são no mesmo estilo, tamanho, e principalmente, capacidade. Houve mudanças, mas as tradições permaneceram. Eles respeitam os ciclos naturais, no defeso, só pescam o que suas redes e barcos suportam, quando um barco excede o seu limite (pela própria capacidade de carga) eles repassam os peixes de uns para os outros. As redes de espera só capturam os peixes que passam por elas e ficam presos, neste caso, eles também respeitam os tamanhos de malhas permitidos por lei (maiores de 10 cm).

Outro fato levantado por eles é o de que os barcos industriais possuem tecnologias como os sonares, por exemplo, capazes de saber com exatidão onde estão os cardumes, para assim cercá-los com maior eficiência, tornando-os ainda mais predatórios.

Com essa forma de pescar, espécies proibidas como os golfinhos e tartarugas ficam extremamente vulneráveis e a fiscalização não dá conta de contabilizar quantos animais são mortos devido à sua captura. Já para os artesanais existe um respeito em relação a essas espécies, principalmente, os golfinhos que muitas vezes lhes dão a indicação dos cardumes, pois eles, sem os recursos tecnológicos e dentro de outra lógica produtiva, se guiam pelos sinais da natureza, do mar.

O mar na região de Barra Velha é fiscalizado pelo IBAMA de Joinville, FUNDEMA e Guarda Costeira de Itajaí. Quando inquiridos sobre a ineficiência da fiscalização no mar da região, A FUNDEMA²⁴ se justificou utilizando a “falta de equipamentos, barcos e de pessoal capacitado”, como causa das falhas na fiscalização. A presença desses órgãos na fiscalização das atividades pesqueiras é de suma importância para a manutenção do equilíbrio entre pesca e a reprodução das espécies.

Um grande passo foi dado no sentido de proteger as espécies na época da procriação, quando da criação do Salário Defeso, em 1991, pelo projeto de Lei nº 1.592, pois durante esse período os pescadores não podem pescar. Mais tarde, no Governo Lula, houve uma reformulação do programa o que facilitou o acesso e o recebimento do salário no período de reprodução das espécies, de 91 mil pescadores beneficiados em 2002, para 437 mil pescadores artesanais em 2009 (MPA, 2010).

Dentre as exigências do programa em relação aos pescadores artesanais está a comprovação de no mínimo um ano de atividade como profissional da pesca, e eles devem estar inscritos em alguma das Colônias de Pescadores do país.

Em 2010, o Governo Federal via MPA, também instituiu um registro nacional dos pescadores, essa nova carteira profissional será obrigatória a todos os pescadores, que deverá ser renovada todos os anos. Esta medida possibilita um controle maior sobre quem realmente está na pesca. No mesmo ano também houve uma deliberação que passou às Colônias um Código Sindical, o que dará maiores poderes as Colônias na busca por seus direitos. Os pescadores artesanais também adquiriram o direito aos financiamentos via PRONAF, como já mencionado.

²⁴ Informação oral passada pela responsável da FUNDEMA (Fundação do Meio Ambiente de Barra Velha) em 2011.

Todos esses avanços têm contribuído para a permanência/sobrevivência dos pescadores artesanais em sua atividade tradicional, especialmente o salário defeso.

Como ressalta Porto Gonçalves (2007, p. 389):

O salário defeso é uma inovação no campo do direito. O princípio é claro: Já que a sociedade considera a produtividade de biomassa existente num determinado ecossistema é fundamental para ela, ou seja, a natureza passou a ser um *valor*, então a sociedade chama para si, na condição de coletividade, aqui por intermédio do Estado, a responsabilidade de preservá-la. O salário defeso permite-nos escapar dessa armadilha conceitual, em que ou se vai contra os pescadores ou se vai a favor dos pescadores, ou, então se vai a favor de uma espécie ou de um ecossistema, ou se vai contra uma espécie ou um ecossistema. (...) a sociedade preserva o que não é o homem – o rio, a praia, a lagoa e seus peixes – e, ao mesmo tempo, preserva os pescadores com a sua cultura.

Essa classe de trabalhadores que passou tempos esquecida ou ignorada pela sociedade e pelo poder público, está começando a ser tratada com direitos de cidadãos. E estão deixando de receber toda a carga de responsabilidades pelos problemas ambientais marinhos e a escassez dos seus recursos.

Enfim, pode-se afirmar que o Governo Federal, ao longo dos anos, tem prestado maior atenção à pesca e seus agentes. Como já mencionado, desde a ditadura militar a pesca entrou em pauta nas políticas públicas do Estado. Inicialmente, a atenção era toda voltada para a organização e expansão da indústria pesqueira e o pescador artesanal era lembrado como mão-de-obra qualificada para o setor, pois tinha o conhecimento necessário à atividade, que naquele tempo não possuía os instrumentos de hoje, ou, como possível recurso militar em caso de invasões pela costa.

Estas conquistas, embora ainda não generalizadas e a contento das necessidades do pescador tradicional estão circunscritas nas lutas travadas pela categoria, por alguns grupos no país.

O Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE) teve início em 1987, quando pescadores e pescadoras se reuniram com a finalidade de levar as reivindicações da classe até o Governo para que este as incluísse na nova Constituição Brasileira (1988). A organização do movimento está embasada em “refletir, monitorar e propor Políticas Públicas para a melhoria da qualidade de vida das comunidades pesqueiras; e

Articular e Fortalecer as lutas dos Pescadores e Pescadoras Artesanais no Brasil”²⁵.

Este coletivo também se propõe ao cumprimento de alguns desafios, que seriam eles:

Contribuir na elaboração de Política de Pesca que valorize a pesca artesanal; Defender o direito do acesso a moradia e atividade pesqueira dos(as) Pescadores(as) Artesanais; Incentivar o uso sustentável dos recursos pesqueiros (acordos de pesca, resex etc); Reconhecimento na participação das mulheres na pesca; Fortalecer as organizações dos(as) pescadores(as) artesanais nos estados; Dinamizar a vida institucional da organização; Estabelecer parcerias com pescadores artesanais de outros cantos do mundo (idem).

Infelizmente, na Colônia Z4 não existem pescadores engajados no movimento sindical e de classe, ainda. Porém, esta adesão poderá ocorrer, na medida em que haja fortalecimento nos movimentos.

Uma das principais contestações do Movimento é de que o Estado Brasileiro nunca deu a devida importância “econômica, social e cultural do segmento” sempre agiu em prol da indústria, “flexibilizando a legislação ambiental, de forma a promover a expansão do hidronegócio” (ibidem).

Os atores hegemônicos do capitalismo precisam de uma sociedade individualista, pois dificultaria a união, a luta e aumentaria a alienação. A globalização tem esse caráter de “des-envolver” as pessoas, as comunidades, enfim, esta é uma de suas características mais fortes, mas, também existem outros aspectos que são contrários a estes. Sob a proteção do discurso e da “racionalidade” desenvolvimentista são cometidas as maiores atrocidades, sem que isso seja percebido por todos. Concordamos com Porto Gonçalves quando este escreve que:

Des-envolver é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantém com seu espaço, com seu território; é subverter o modo como cada povo mantém suas próprias relações de homens (e mulheres) entre si e destas com a natureza; é não só separar os homens (e mulheres) da natureza como, também, separá-los entre si, individualizando-os (PORTO GONÇALVES, 2004, P.39).

Agem na maioria das vezes retirando “poder e influências” das comunidades mundo á fora, porém, muitas vezes as pressões exercidas, de fora para dentro, acabam tendo um efeito reverso. Ao invés de desestruturar os atores locais ela

²⁵ Fonte: Arquivos do MONAPE, em: <www.portaldomar.org.br/sujeitos-da-mobilizacao/monape>, Acesso em 20/01/2013.

acaba lhes impulsionado e dando forças na luta pela identidade local (GIDDENS, 2010). Alguns grupos quando percebem que estão perdendo sua autonomia, território, espaço ou parte de suas tradições culturais, criam mecanismos de resistência para a manutenção dos mesmos.

Esse grupo sofre pressões tanto em terra quanto no mar. A forma de resistência deles tem sido o próprio trabalho, trabalho esse que é intrínseco a sua cultura ao seu modo de viver o mundo. É no cotidiano, nas lutas diárias, mantendo seu curso que eles ganham força e se mantêm na atividade, mesmo com tantas adversidades.

Os pescadores artesanais, como percebemos em seu discurso e no decorrer desta pesquisa, sabem qual é o seu lugar e a sua vulnerabilidade diante do mar, eles respeitam os seus movimentos e “humores” (ciclos), eles dizem não ter medo e sim respeito, quando o mar está “bravo” com suas águas agitadas eles não “entram”.

A relação deles com o mar não é somente comercial como na industrial, é uma relação sagrada, impregnada de valores, eles sabem que ao respeitar os ciclos reprodutivos das espécies o mar lhes agradece “dando mais peixes”. O que eles realmente têm “medo” é das incertezas de sua condição perante as ameaças do “hidronegócio” e de seus agentes. No mais, como disse o Seu Antônio:

“Tão vivendo, o povo tá vivendo! Gosto muito do meu lugar, meus filhos vem aqui e tem tudo aqui. A pesca da tainha era a melhor coisa pra mim. Não se ganha muito, mais tem que se gastar como se ganha. E assim vai a vida...”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme nos aprofundamos no cotidiano dos pescadores, percebemos que a medida em que a cidade está crescendo e se articulando a indústria do turismo, está havendo uma sobreposição do espaço turístico ao espaço tradicionalmente ocupado pelos pescadores. E mesmo com esse crescimento da cidade e a pressão do turismo massificado, os pescadores resistem. Resistem porque dependem daquele território como base de subsistência e também por possuírem vínculos com o lugar.

Também percebemos que a opção do poder público local tem sido buscar mecanismos de expropriação sem causar polêmicas evidentes. Esse caminho é a transformação do espaço, com projetos modernizantes que, aos poucos, foram diminuindo o território por eles ocupado, e também pela ausência de subsidio aos pescadores.

A opção em trabalhar com entrevistas, para nós, foi um dos pontos mais significativos da nossa pesquisa, pois além de nos aprofundar em nossos objetivos, tivemos a oportunidade de conhecer pessoas, de perceber que por trás dos conflitos e problemáticas estudadas, tem rostos, sentimentos, angústias, alegrias. O contato com nossos entrevistados fez com que trabalhássemos diretamente com os sujeitos da pesquisa. Os quais não hesitaram em nos receber em seus lares e em compartilhar suas memórias, recordações.

Algumas questões foram relevantes para o entendimento do Território dos pescadores artesanais, como alguns destes exemplos:

O fato de poder voltar no tempo através da história do lugar Barra Velha e conseguirmos perceber que este lugar nunca esteve fechado para o mundo. Que diferentes pessoas, em diversos momentos históricos, passaram ou se fixaram nele deixando parte de suas existências, essências e automaticamente, sua marca. Seja em forma de cultura, ou na construção deste espaço. Isso nos levou a pensar que existe certa ligação entre os primeiros grupos pré-históricos, os primeiros homens brancos, os imigrantes europeus/africanos, e por que não, os turistas contemporâneos.

Dessa maneira, o que hoje chamamos de globalização, ou um dos seus lados, o que está relacionado ao seu aspecto social, as trocas culturais entre os diversos lugares e povos, não é algo tão novo, ou “moderno” como pensávamos a priori. E sim uma continuidade de um movimento que acontece quase que naturalmente, ou seja, o

movimento do homem em busca de sua sobrevivência, uma condição natural à espécie. Seja em busca de alimentos como nas culturas nômades, seja em busca de trabalho que não deixa de ser uma busca pela sobrevivência, ou, na busca contemporânea pelo lazer através do turismo (lazer que trata da saúde mental implícita a sobrevivência do homem moderno, a sua qualidade de vida).

Também apreendemos a importância das tradições para a resistência do grupo em seu território, a forma “suprema” de resistências. O papel das heranças culturais dentro de uma tradição, como no caso a pesca artesanal. Onde a diversidade entre culturas de povos distintos, quando unidas em técnicas como a da pesca, se completam.

Sobre a globalização e suas “perversidades”, pode-se afirmar que em vários momentos ela se apresenta no cotidiano dos pescadores de Barra Velha. Através dos conflitos com a pesca industrial e a predileção do poder público federal que por muito tempo favoreceu os atores hegemônicos com suas políticas, ao invés, de proteger quem apresenta maiores carências de suas ações. Neste caso os pescadores artesanais. Também pelo processo local de reurbanização, que desapropriou moradores das áreas tradicionalmente ocupadas, movidos pela especulação imobiliária acelerada pelo turismo.

Arelada a essas questões está o fato de que mais uma vez o poder público, seja local, ou nacional, agiu de acordo com os interesses do grande Capital em detrimento das populações locais. Políticas de ordenamento territorial que desvinculam o desenvolvimento de um lugar, de suas histórias, identidades, pessoas e supervaloriza a “nova ordem” idealizada pelos agentes capitalistas, sejam eles ligados ao turismo, as indústrias, ao mercado imobiliário etc.

Outro fator que tem expropriado os pescadores é a ação da indústria pesqueira, que explora a natureza sem considerar o tempo e o território dos pescadores. A indústria pesqueira retira qualquer possibilidade de reprodução da pesca artesanal e tem no Estado o apoio e incentivos necessários para seu crescimento. Enfim, não temos como prever com exatidão o futuro desta colônia de pescadores, nem as consequências dessa perda ao município e a população local, o que buscamos fazer foi nos aprofundar ainda mais nessa realidade e de alguma forma retribuir a esses homens a generosidade com que compartilharam suas memórias.

Em nosso projeto inicial já havíamos dito que os pescadores artesanais não eram apenas testemunhas das transformações ocorridas neste território, mas, atores, eles lhe deram “cor e movimento”, isso foi confirmado no decorrer da pesquisa, conforme nos aprofundávamos no cotidiano desta comunidade. Sua força e resistência ao moderno, ao Global, são suas tradições e cultura, e estas intrínsecas ao trabalho, a pesca.

Com relação ao seu trabalho na pesca artesanal podemos dizer que eles não apresentam uma ruptura com o tradicional e nem um enlace total com o moderno. Houve mudanças, mas o modo tradicional de fazer este trabalho é o mesmo utilizado desde os pioneiros da colônia. As diferenças aparecem mais em relação à introdução de equipamentos modernos que vieram facilitar o seu trabalho e aos conflitos territoriais por eles enfrentados, como as disputas com a pesca industrial e as tentativas da prefeitura de se apropriar do lugar da colônia (como já se apropriou em outros momentos).

Os pescadores possuem a sabedoria dos homens que lidam com a natureza, que compreendem os seus ciclos, que sabem respeitar os seus momentos de “fúria”, de escassez, de generosidade.

Sobre o futuro da Colônia, pensamos que é primordial o envolvimento de seus membros ou parte deles nos movimentos sociais de luta dos pescadores artesanais, seja pelo MONAPE ou outra das entidades de luta dessa classe, pois, considerando que o Capitalismo e seus agentes se beneficiam da alienação dos trabalhadores é preciso sair dessa condição em relação aos seus direitos, e, buscar as possibilidades de em conjunto ao Estado, propor novas políticas para sua classe. Mas isto dependerá do envolvimento e da condição histórica dos sujeitos, bem como da capacidade de articulação do próprio movimento.

Outra questão fundamental para o futuro da Colônia Z4 é de que ela tenha sua cultura e território percebidos e valorizados pelos gestores públicos locais que, ao invés de excluí-los, eles passem a ser incluídos no planejamento urbano e nas ações voltadas ao turismo no município.

É preciso salientar que as principais dificuldades desse grupo em relação ao seu trabalho, a pesca artesanal, não estão ligadas ao esforço na lida cotidiana e, sim, a desvalorização e precarização de seu trabalho perante a sociedade, o poder público e a indústria (hidronegócio), pois, como eles deixaram claro, eles gostam do que fazem, sentem prazer em trabalhar no mar, “gostam da arte”!

Enfim, podemos afirmar que é do local que virão as respostas para as mudanças em busca de uma nova “racionalidade” ambiental, social, territorial e a valorização da diversidade cultural é necessária para que tais mudanças ocorram, daí a importância dos estudos dos lugares e o papel da Geografia nesse processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALARCON, D. T. *et al* **Abordagem etnoecológica da pesca e captura de espécies não-alvo em Itacaré, Bahia (Brasil)**. 2009. Disponível em: <ftp://ftp.sp.gov.br/ftppesca/35_4_675-686.pdf> Consultado em: 15/01/2013.

ARÓSTEGUI, J. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru, SP: Edusc, 2006.

BERNARDES, J. **Projeto descortinando histórias**. Disponível em: <www/julianobernardes.blogspot.com.br/>. Consultado em: 2010/2011/2012.

BOER, P. **Barra Velha através dos tempos**. Barra Velha: Art & Texto Editora Ltda., 1992.

BRASIL. **Regulamento Geral da Pesca Marítima**. De 28 de outubro de 2003, disponível em: <www.faolex.fao.org/docs/pdf/moz52143.pdf>, consultado em: 27/07/2012.

CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4 Ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

CARDOSO, E. S. Pescadores, trabalho e geografia: uma aproximação de escalas, modalidades e embates presentes no trabalho pelas águas. *In: Revista Terra Livre*, São Paulo/SP Ano 25, V.2, n. 33, p. 31-46. Jul-Dez/2009a.

CARDOSO, E. S. **Trabalho e pesca: apontamentos para a investigação**. 2009b. Disponível em: <www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA102/05eduardo1002.pdf> Acesso em: 26/07/2012.

CARLOS, A. F. A. **O Lugar no/do Mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.

CICOUREL, A. Teoria e método em pesquisa de campo. *In: GUIMARÃES, A. Z. (org.) Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1980.

COSTA, A. L. **Cartilha PRONAF pesca**. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP). Disponível em: <www.aprendendoaexportar.gov.br/_pescados/_.../cartilha-pronaf-pes,2003>. Consultado em: 26/01/2013.

CUNHA, L. H. O. Tempo natural e tempo mercantil na pesca artesanal. *In: DIEGUES, A.C. (org.) A imagem das águas*. São Paulo: Hucitec, NUPAUB/USP, 2000.

DELGADO, L. A. N. **História Oral: memória, tempo e identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

_____ (org.) Os ex-votos marítimos da sala de milagres da Basílica do Senhor Bom Jesus de Iguape São Paulo. *In: A imagem das águas*. São Paulo: Hucitec, NUPAUB/USP, 2000.

_____ **Povos e mares: leitura em sócio-antropologia marítima**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1995.

_____ **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

EPAGRI - EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA. **Diagnóstico da pesca artesanal em Santa Catarina**. Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural. EPAGRI/CEDAP, Abril / 2004.

FAGUNDES, J. C. Barra Velha: Portal das praias catarinenses. *In: FAGUNDES, J. C. et al. Perfil cultural e turístico dos municípios catarinenses*. Barra Velha: Glück Edições Ltda., 2008.

FONTELES, J. O. **Turismo e impactos Socioambientais**. São Paulo: Aleph, 2004.

GIDDENS, A. **Mundo em Descontrole: o que a globalização está fazendo de nós**. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

GIDDENS, A. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

GOMES, M. F. V. B. **A Trajetória ambiental de Guarapuava sob as lentes (carto) geográficas**. 2009. 352p. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita filho, Presidente Prudente.

GUERRA, A. T. **Dicionário geológico-geomorfológico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1978.

GUPTA, A.; FERGUSON, J. **Mais Além da “Cultura”**: espaço, identidade e política da diferença. *In: ARANTES, A. A. (org.). O Espaço da Diferença*. Campinas, SP: Papius, 2000.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. *In: SANTOS, M.(org.) Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3ª edição, Rio de Janeiro, Lamparina, 2007.

_____ **Da desterritorialização à Multiterritorialidade.** *In:* Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – AGB/USP, março de 2005.

_____ **O mito da desterritorialização:** do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAURESKO, C. **Entre Tradição e Modernidade:** O lugar das comunidades faxinalenses de Taquari dos Ribeiros (Rio Azul-PR) e Anta Gorda (Prudentópolis-PR). 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – UNESP, Rio Claro/SP.

IBGE. **Censo demográfico 2010.**

LATOUR, B. **Jamais Fomos Modernos:** ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2009.

LEFF, E. **Saber Ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 8ª edição, Petrópolis: Vozes, 2011.

_____ **Epistemologia ambiental.** 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____ **Ecologia, Capital e Cultura:** racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Blumenau: edifurb, 2000.

LIMA, D. A. **As Relações Sociais de Produção dos Pescadores do Canto do Manguê – Natal-RN.** (Dissertação de Mestrado) Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1995.

LUCHIARI, M. T. D. P. Turismo e cultura caiçara no litoral norte paulista. In RODRIGUES, A. A. B. (org.). **Turismo, modernidade e globalização.** São Paulo, Hucitec, (136-154), 1997.

MARTINS, J. S. **A sociabilidade do homem simples.** São Paulo: HUCITEC, 2000.

MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, A. A. (org.). **O espaço da diferença.** Campinas: Papirus, 2000. p. 176 – 185.

MATOS, M. I. S. **Cotidiano e Cultura.** História, cidade e trabalho. Bauru: EDUSC, 2002.

MEIHY, J. C. S. B.; RIBEIRO, S. L. S. **Guia prático de história oral** - Para empresas, universidades, comunidades, famílias. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral.** São Paulo: Loyola, 2002.

MORIN, E. **A Religação dos Saberes:** O Desafio do Século XXI. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

MPA – MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. **Boletim Estatístico da Pesca de 2010**. Disponível em: <www.mpa.gov.br/index.php/topicos/300-boletim-estatistico-da-pesca-e-aquicultura-2010>.

MUNHOZ, L. **Fé e tradição em Barra Velha**. Jornal A Notícia, Joinville, p. 10, 26/05/2012.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A invenção de novas geografias: a natureza e o homem em novos paradigmas. *In*: SANTOS, M.(org.) **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3ª edição, Rio de Janeiro, Lamparina, 2007.

_____. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **O Desafio Ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

PORTUGUEZ, A. P. **Desarrollo local y estrategias de supervivencia de las comunidades de pescadores del litoral norte del estado de espíritu santo**. 2010. 613p. Tese (Doutorado em Geografia), Universidad Complutense de Madrid. Programa de Doctorado del Departamento de Geografía Humana. Madrid.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

_____. **Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio técnico científico informacional**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SANTOS, S. C. dos. **Os índios Xokleng: memória visual**. Florianópolis: Ed. Da UFSC; [Itajaí] Ed. da UNIVALI, 1997.

SAQUET, M. A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

SOUZA, M. L. Território da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. *In*: SAQUET, M. A. *et al* **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOSCAN, G. **Projeto para rotatória aguarda por recursos**. Jornal O Correio do Litoral, Barra Velha, p.09, 21/05/2010.

VENEZIANI, M. **De pai para filho: elogio da tradição**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

YÁZIGI, E. **A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas**. São Paulo: CONTEXTO, 2001.

ZIMMERMANN, F. **O Funcionamento da Armação da Lagoinha: Hierarquia do Trabalho e o Controle dos Escravos na Caça à Baleia (Ilha de Santa Catarina, 1772-1825)**. TCC, UFSC, 2006.

ANEXOS

ANEXO 1

Roteiro de entrevistas com pescadores artesanais de Barra Velha/SC

1. Qual sua idade? Sua naturalidade?
2. Escolaridade (dele, mulher e filhos)
3. Qual a origem de sua família? (ver se tem ligação com os primeiros pescadores da região)
4. Há quanto tempo está na pesca? Como foi que iniciou na profissão?(com quem aprendeu e como foi esse processo)
5. Quem da família pesca e/ou já pescou?(pai, avós, irmãos, filhos...)
6. Se os filhos não pescam ver por quê?
7. Pesca sozinho ou com alguém? De quem é o barco? Como é o barco?(se é artesanal ou foi comprado, se tem motor...) (sempre foi assim...)
8. Que dias trabalha? Horário? Como é a rotina (tem laser, o que fazem nas horas vagas)?
9. Onde mora? A família morava mais perto da praia? Se sim, como foi que saíram?
10. Como faz para ir à colônia? (transporte)
11. Como é a relação com o sindicato? Vocês são unidos?
12. Como era a colônia quando você entrou na pesca? Sabe como era antes (como os antigos viviam e pescavam)?
13. O que permanece igual ao tempo dos pais (avós) e o que mudou?
14. Hoje está melhor que antes (início na pesca) para pescar? Vender o pescado? Para viver e sustentar a família etc. Ver o que mudou. Se os estoques diminuíram perguntar por quê? (o que ele acha que aconteceu)
15. O que pensa sobre a pesca industrial? Se atrapalha as atividades deles de alguma forma.
16. Em algum momento já pensou em desistir da pesca? Se sim, por quê?
17. O que sabe sobre a história da colônia e de Barra Velha?
18. Já teve algum conflito dos pescadores com outros moradores ou prefeitura em relação à praia (ou pesca)? (questão das gaivotas que vem comer os restos de peixes na praia, por ex.)
19. Quando falavam em mudá-los de lugar (prefeitura) o que pensava? Quantas vezes isso aconteceu? Fizeram alguma coisa contra isso? O que?
20. Em relação às festas: Quais são? Há quanto tempo acontecem e qual a origem?

21. Pararam de fazer alguma? Por quê?
22. Qual sua religião e crenças? É a mesma de sua família? Cultua Iemanjá (Nossa senhora dos Navegantes)? Participa da procissão no dia 02 de fevereiro? Se sim, como é a procissão?
23. Ver sobre alimentação dele hoje e da família no passado. Se tem algum prato tradicional... o que mudou, se mudou...
24. Tem algum costume ligado a rotina na pesca? (se benzer, pedir proteção, usar algum amuleto...)
25. Tem medo do mar? (em relação aos acidentes) Quando é que vocês deixam de ir ao mar? (em relação ao tempo) Como fazem a previsão hoje e antes como era? (se usam algum equipamento ou informação meteorológica)
26. Tem alguma preocupação ambiental com o mar, praia? Perguntar sobre poluição, esgoto na Praia Central e sobre diminuição dos cardumes etc. Sobre animais proibidos como os botos, tartarugas...
27. O que você acha sobre a construção dos molhes? De lá pra cá mudou alguma coisa pra vocês na pesca?
28. O que achou da construção do asfalto dividindo a área deles e do barracão novo construído pela prefeitura? Vocês foram consultados sobre as obras?
29. O que pensa sobre o futuro da colônia?

ANEXO 2:**- Questões específicas feitas para as mulheres da Colônia Z4**

1. Nome e idade?
2. Qual sua atividade junto a colônia?
3. Possui vínculos familiares com a Colônia?
4. Como é sua rotina diária?
5. A quanto tempo trabalha como “fileteira”?
6. O que pensa sobre o futuro da Colônia?
7. O que sabe sobre a história da Colônia e do município.

- Questões específicas feitas ao pescador tripulante, além de algumas do roteiro anterior dos pescadores.

1. Como entrou na pesca? Quando? E por quê?
2. Quais os vínculos com a Colônia?
3. Como se dá a relação de trabalho com o dono do barco?
4. Quanto você recebe por mês (aproximadamente)?
5. Recebe o defeso?
6. Gosta da profissão? Por quê?
7. Pensa em seguir nesta profissão? Comprar um barco?
8. O que pensa sobre o futuro da Colônia? E o seu?

- Questões feitas para as duas moradoras do município

1. O que sabe sobre a história de Barra Velha?
2. E sobre a Colônia de pescadores?
3. E sobre a antiga ocupação da orla da praia e a vila dos pescadores?
4. Quais os agentes desse processo?
5. O que pensa sobre a colônia? Sobre o futuro dela?
6. Qual a importância deles para o município?
7. O que pensa sobre o papel da prefeitura diante das questões ambientais presentes no município?

ANEXO 3

**UNIVERSIDADE DO CENTRO-OESTE/ UNICENTRO
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E AMBIENTAIS- CEDETEG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

TERMO DE CONSENTIMENTO DE USO DE ENTREVISTA E IMAGEM

A pesquisa intitulada **“O Velho e o Novo”**: As Transformações na Paisagem de Barra Velha/SC e suas Influências no Cotidiano dos Pescadores Artesanais da Colônia Z4; visa investigar a forma em que as transformações da paisagem e a modernidade influenciaram a vida dos pescadores de Barra Velha/SC. Por ser uma análise qualitativa torna-se necessária a utilização de entrevistas gravadas e fotografias dos principais sujeitos desta pesquisa os pescadores.

Os dados dos depoimentos estarão sob sigilo ético e não deverão ser divulgados até o momento de publicação da pesquisa, de modo que ela não ofereça nenhum risco ao/a informante.

A pesquisadora responsável pela pesquisa é a Mestranda Cristina Buratto Gross Machado, do Programa de Pós-Graduação em Geografia (mestrado) da UNICENTRO, que se compromete a esclarecer toda e qualquer dúvida dos informantes, antes, durante e depois das entrevistas. Podendo ser contatada pelo telefone: 47 34570325 ou pelo endereço eletrônico: cris_buratto@yahoo.com.br

Eu, _____
Portador do documento _____, declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha imagem e entrevista, para que seja utilizada no todo ou em partes, no âmbito da pesquisa acima citada.

Também informo que:

- () permito a citação de meu nome na redação final da pesquisa
() não permito a citação de meu nome na redação final da pesquisa

Barra Velha/SC, _____ de 2012

Participante da pesquisa

Cristina B. Gross Machado